

Miradas Gênero, Cultura e Mídia

Linda Rubim
Organizadora



Miradas

gênero, cultura e mídia



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Caluby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Miradas gênero, cultura e mídia

Linda Rubim
Organizadora

saladeaula 11

EDUFBA
Salvador, 2014

2014, autores
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito Legal.

Projeto gráfico
Alana Gonçalves de Carvalho Martins

Editoração e Arte-Final
Matheus Nascimento Ferreira

Revisão de Texto e Normalização
Rosane Rubin

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Miradas : gênero, cultura e mídia / Linda Rubim, Organizadora. - Salvador: EDUFBA, 2014.
172 p. - (Saladeaula, v. 11)

ISBN 978-85-232-1209-4

1. Mulheres. 2. Mulheres na comunicação de massa. 3. Cultura. 4. Jornalismo.
I. Rubim, Linda. II. Série.

CDD - 305

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n
Campus de Ondina, Salvador-BA
CEP 40170-290
Tel/fax: (71) 3263-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

*Que nada nos limite. Que nada nos defina.
Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substancia.*

Simone de Beauvoir

Sumário

Apresentação... 9

Sobre os autores... 19

As mulheres do 8 de Março... 23

Adriana Jacob Carneiro

O lugar das mulheres em “Desmundo” e “Anjos do Sol”... 43

Denise Bastos de Araujo

As herdeiras do colonialismo na América Latina... 49

Carolina Guzman Vásquez

A mulher idosa em narrativas filmicas... 63

Ana Regina Messias

Artes e gerações em Nilda Spencer... 85

Marcos Uzel

Feminismo e pornografia: distanciamentos e aproximações possíveis... 101

Léa Menezes de Santana

Ecos do patriarcado nas eleições do Distrito Federal... 119

Fernanda Argolo Dantas

As mulheres das paisagens rurais... 139

Cláudia Cambuzzi

Apresentação

Miradas sobre a relação entre gênero, cultura e mídia

Este livro lança olhares sobre a relação entre cultura, mídia e gênero, com ênfase na situação da mulher e sua história de lutas para se tornar sujeito da sua vida, em um mundo pautado por construções sociais que incidem em situações de desigualdades e preconceitos.

É uma publicação elaborada por diversos autores e, em consequência, múltiplos olhares, advindos de diferentes formações, opções sexuais, classes, raças e territórios. No entanto, pessoas que, nas suas diferenças, acreditam na construção do conhecimento pautada pela concepção democrática da multidisciplinaridade e no compromisso de lutar por um mundo menos desigual, mais humano e sem qualquer tipo de preconceito.

Os autores são pós-graduandos de Mestrado e Doutorado e, na sua maioria, alunos do Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, onde participam do “Miradas”. Um grupo de pesquisa que se estabeleceu no universo acadêmico a partir do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), orientado por um percurso de compromisso com a tríade ensino, pesquisa e extensão, pilares estruturais para a formação universitária. Nessa ambiência, o “Miradas” produz reflexões sistemáticas à luz da multidisciplinaridade sobre as interseções entre cultura, mídia e gênero, temas essenciais para pensar e viver o mundo contemporâneo.

Nos escritos contidos nesse livro, parte-se do pressuposto de que gênero é uma construção cultural, que se conforma socialmente, ancorado na diferença sexual, que estabelece a sua existência em sociedade, a partir do ser homem ou mulher. Um discurso que tem como referente os corpos sexualizados e que, sem dúvida, aponta uma sucessão de dicotomias desde a sua origem. Ao fixar a identidade biológica como determinante, por exemplo, pode até promover um

território de conforto porque institui um lugar social de existência do qual se pode interpretar e interpelar o mundo. No entanto, também estabelece como contrapartida, que limita e reduz possibilidades, quando encarcera as pessoas em corpos anatômicos, subsumidos pelas classificações das sociedades as quais pertencem sobre um certo modo de ser para homens e mulheres.

São tradicionais modelos sociais tecidos a partir dos artefatos simbólicos de cada cultura em tempos e espaços determinados. Fato reafirmado pela pesquisadora Marta Lamas¹ quando em seus estudos argumenta:

[...] esta simbologia cultural da diferença anatômica, ganha forma num conjunto de práticas, ideias, discursos e representações sociais que influenciam e condicionam a conduta objetiva e subjetiva das pessoas em função do seu sexo.

A pesquisadora argumenta ainda que “mediante o processo de constituição de gênero a sociedade fabrica ideias de como devem ser os homens e as mulheres”.

Por força do habitus estabelecido pela cultura, para desvelar as estratégias culturais do gênero, penetra-se na rede de inter-relações e interações sociais da ordem simbólica vigente, para tentar compreender as redes comunicantes que interagem para elaborar essa complexa arquitetura.

Esse é exatamente o propósito dessa coletânea. Do seu conteúdo, emergem objetos de estudos, diferenciados, assim como o são, os percursos metodológicos e muitos das correntes teóricas escolhidas. No entanto, é visível, por exemplo, a frequente presença nos textos do conceito de representação, como instrumento de compreensão dos discursos da mídia, que de modo consensual entre os pesquisadores funciona não apenas como divulgadora de mensagens, mas também como produtora de sentidos e, por conseguinte, reproduz

¹ LAMAS, Marta. *Gênero é Cultura*. s.d Disponível em: <http://www.oci.es/euroamericano/ponencias_derechos_genero.php> Acesso em: 13 dez 2013.

nos seus materiais simbólicos interesses e opiniões. No que se refere a conceitos ainda aparecem de forma recorrente: patriarcado, identidade e poder, dentre outros. Isto também evidencia a confluência de preocupações e interesses.

Sobre os textos

O texto “As mulheres do 8 de Março” de Adriana Jacob, que abre a publicação, trata da mulher representada pela mídia, através de reportagens especiais da *Folha de São Paulo*, no período de 2000 a 2011. A pesquisadora parte do pressuposto que a mídia enquanto conformadora do mundo na atualidade está continuamente produzindo conhecimento sobre a realidade através dos seus discursos. Em consequência, Jacob aponta, “os meios de comunicação e em particular a imprensa, como campo privilegiado para o estudo das identidades”, inclusive da mulher. Uma compreensão que refirma esse lócus como objeto de estudos desde os anos 70, quando as feministas já questionavam sobre até que ponto os discursos midiáticos estariam produzindo uma cultura de gênero que atendesse aos interesses dos homens mais do que as mulheres. Estudos, portanto, que na sua origem já estavam preocupados com o estigma da desigualdade entre os gêneros.

Quanto à mulher da atualidade, representadas pela mídia no simbólico dia internacional da mulher nos anos 2000, segundo o estudo realizado por Adriana Jacob, elas anexaram às suas antigas demandas, novas discussões que gradativamente se estabelecem em novos espaços para além da esfera privada. Elas já têm a prática do trabalho fora de casa, um dos mais importantes passaportes para a sua entrada na esfera pública, mas a maternidade ainda aparece como o principal elo de sua vinculação com o espaço privado. Outro dado curioso que a pesquisadora ressalta é que embora as pesquisas realizadas denotem que a mulher tem conquistado gradativamente, com sucesso, o mundo do trabalho, o texto aponta que nos cadernos

são frequentes os discursos que elogiam a competência da mulher nas suas respectivas ocupações, mas, em contraponto, são também frequentes as queixas sobre a defasagem do salário em relação ao do homem, por um trabalho igual. Assim, se conclui que a igualdade de gênero, nesse particular, ainda carece ser alcançada de modo efetivo.

O texto aponta ainda a presença de um número significativo de anúncios – cosméticos, roupas e até carros – destinados a essa nova mulher, que trabalha e está nas ruas. Isso demonstra o interesse com esse nicho de mercado que surge com a nova mulher profissional que recebe salário e se caracteriza como potencial consumidora. Mas, em outra perspectiva também se pode inferir, que pela quantidade de anúncios destinados à mulher em um caderno especial da *Folha de São Paulo* para comemorar o dia internacional da mulher, a consciência de gênero capturada pelas mídias, que como indústria cultural que se preze é tecida nas malhas do lucro.

O texto de Denise Bastos, “O Lugar das Mulheres em Desmundo e Anjos do Sol”, sai do campo da pretensa “realidade” do jornalismo, para se debruçar sobre o cinema, mídia historicamente potente na produção das linguagens narrativas. Os filmes investigados são ambientados em tempos diversos (1570 e 2002) e, embora o tempo ficcional tenha uma distância de 453 anos, a autora acaba encontrando neles a presença do patriarcado como lugar incontestável de poder, que é acionado como categoria de análise. Sobre o patriarcado, o texto infere que a desigualdade das relações de gênero se articula pela tradicional força simbólica dos personagens masculinos que submete o feminino. Equação que permanece inalterada, apesar dos tempos diferenciados, já que há interesse na manutenção dessa pelas classes sociais hegemônicas em todas as sociedades.

Além de Lauretis, Mulvey e outras autoras que refletem a questão de gênero e creditam ao cinema o valor de fonte de aprendizagem, Denise Bastos também convoca para o seu texto a pesquisadora E. Ann Kaplan, que se dedica aos estudos da mulher no cinema narrativo clássico considerado como um signo do patriarcado. Em diálogo com os estudos dessa autora Denise Bastos ressalta as análises sociológicas e psicanalíticas de Kaplan as quais tematizam sobre a postura

Voyeur, do homem diante do cinema que, com o seu olhar aprisiona e submete a mulher.

Tal reflexão estabelece uma certa convergência com as teses de Laura Mulvey que também sob o aporte teórico da psicanálise e do feminismo, que explora a dicotomia do ativo/passivo, na qual o homem ocupa o lugar do olhar e a mulher o lugar da imagem. Reflexões que fazem do texto “Visual Pleasure and Narrative Cinema” um clássico da crítica feminista do cinema.

Em “As Herdeiras do Colonialismo na América Latina” Carolina Guzmán promete um “recorrido” sobre os processos de construção da América Latina, orientada pelos conceitos de colonialismo, colonialidade e eurocentrismo. Para início, a pesquisadora foca, sua atenção nas populações que estão às margens das sociedades latinas, a exemplo dos negros, indígenas e, sobretudo as mulheres. Elas, excluídas que são, do grande banquete dos seres sujeitos, se incluem entre os “infames” a galeria dos excluídos de Foucault². O propósito de Guzmán é produzir, através de um olhar histórico, anotações sobre os princípios de exclusão desses povos, e por fim, lançar o seu foco sobre a mulher, no sentido de entender a origem da sua submissão considerada pelas forças hegemônicas como destino.

Depois de um percurso longo e íngreme, escavando fatos que pudessem dar conta do seu intento, a pesquisadora reitera os compassos e descompassos da colonização e aponta o capitalismo como um dos fatores responsáveis para discriminação de gênero. Por outro lado, ela também assegura que a mulher se torna uma presa fácil das estratégias simbólicas do poder porque passa a ser uma presença recorrente nas tessituras da mídia. E, por conseguinte, acaba colaborando com a ideologia da dominação das classes hegemônicas.

Por fim, a autora enfatiza que a colonialidade do poder; o capitalismo e o eurocentrismo foram os três grandes vilões da formação latino-americana e sugere que a eles seja acrescentado a colonialidade do ver, um dos males virulentos dos processos de dominação. Nesse

² “Infames” é a denominação dada por Foucault para aqueles que estão às margens das estruturas sociais, sejam elas econômicas ou culturais.

sentido sinaliza: “[...] É preciso refletir sobre a necessidade de trabalhar a desierarquização para superar as desigualdades culturais que afligem os países da América Latina e suas mulheres”.

“A Mulher Idosa em Narrativas Fílmicas”, texto de Ana Messias, traz à reflexão o fenômeno conhecido como “a revolução da longevidade”, que traduz um dos grandes desafios dos tempos contemporâneos que é conviver com uma população de idade cada vez mais avançada, em sociedades sem condições para atender as demandas advindas desse grupo social. Um desafio que não se traduz apenas pela necessidade de criação de políticas públicas que garantam a sobrevida do idoso.

Em verdade, o texto de Ana Messias nos faz compreender que o problema é muito mais complexo. Tomemos, por exemplo, um país como o Brasil, que até muito recentemente vivia embalado pelo imaginário de país jovem, e agora se coloca como objeto desse problema. Certamente é um fato que se torna ainda mais sério porque requer medidas muito mais ampliadas, que atendam não apenas a sobrevida material, mas também a emocional dessas pessoas e suas intrincadas demandas, especialmente no trato com a mulher, um gênero cuja hierarquia de valor está diretamente vinculada à beleza e juventude. Nesse trabalho da pesquisadora Ana Messias, é o cinema que aparece como mediador da discussão, através de duas personagens femininas de filmes brasileiros, Dora, vivida por Fernanda Montenegro em “Central do Brasil” (1998) e Doris, encenada por Irene Ravache, em “Depois daquele Baile” (2005).

Marcos Uzel, em seu texto “Artes e Gerações”, apresenta a imagem pública da conhecida atriz baiana Nilda Spencer, buscando perceber as intersecções existentes entre cultura, gênero e geração no percurso de construção da imagem pública de uma das mulheres mais respeitadas no cenário artístico da Bahia recente. É um trabalho que se reveste de singularidade em relação aos demais textos dessa coletânea já que, a mídia não é tomada em perspectiva inicial como mediação.

Em verdade, nesse caso é geração que em lugar da media compõe a tríade de conceitos do trabalho. Não por acaso, ela também se configura como categoria essencial para o trabalho de Uzel, já que a

trajetória do seu objeto de estudos, a atriz Nilda Spencer que, transita de forma confortável e intensa por variadas gerações com o mesmo, ou maior vigor, à medida que vai envelhecendo.

No entanto, isso não significa que a mídia deixe de ter inserção no trabalho. Ao contrário disso ela estará presente sob novas configurações de responsabilidades, ajudando a formatar os novos papéis a serem desempenhados por Nilda Spencer na trajetória do seu sucesso. Quando então a atriz é alçada ao status de formadora de opinião no lugar de respeitável dama do cenário cultural baiano e brasileiro.

Tal patrimônio certamente foi um dos grandes instrumentos da força que possibilitou a essa mulher romper as amarras da sociedade engendrada, da velha cidade da Bahia, para subverter as amarras dos arquetípicos femininos, normatizados nas ambiências dos velhos sobrados coloniais. Reflexões que o trabalho de Marcos Uzel sinaliza quando faz imersão em alguns contextos da vida baiana.

“Feminismo e pornografia: distanciamentos e aproximação possíveis” de Léa M. Santanareflete sobre uma temática que marca presença na história dos tempos: a busca do prazer de uma sexualidade sem amarras. Por outro lado, ainda hoje, é um assunto que em tese permanece no campo das sombras, das transgressões, pela sua associação ao pecado, à proibição. Por conseguinte, é um tema que acaba não sendo encarado às claras. Ele inclusive é praticamente banido da produção acadêmica que trata do comportamento e da sexualidade. Ele, recorrentemente, é reconhecido apenas pelo estigma da perversão. Embora nos dias atuais seja exibida de forma estandardizada pelas mídias em espaços públicos e na nossa cotidiana e familiar sala de jantar.

Léa Santana procura nesse texto investigar esse fenômeno e suas contradições na perspectiva das teorias feministas, nas quais as discussões se revelam ricas, seja através de correntes que vêm na pornografia a personificação do patriarcado, que sempre submete e torna a mulher objeto, seja por meio daquelas que se opõem a esse modo de compreensão, considerando a necessidade de novas leituras a respeito da sexualidade da mulher, sempre condicionada a repressões que silenciam seu desejo sexual e anulam possibilidades de prazer e de

descobertas. Tais discussões são aprofundadas pela pesquisadora na sua dissertação de mestrado onde ela estuda o cinema pornográfico produzido por mulheres na atualidade.

Por fim, o trabalho “Ecos do Patriarcado nas Eleições do Distrito Federal” de Fernanda Argolo Dantas trata da inserção da mulher no campo político, um lugar tradicionalmente habitado pelo gênero masculino. No decorrer da sua reflexão, Fernanda discorre sobre o percurso histórico desta participação e convoca conceitos e categorias, tais como patriarcado, capital político e política de presença, que otimizam uma aproximação mais efetiva com o seu objeto de estudos.

Inicialmente o texto revisita o patriarcado como uma prática cultural do comportamento humano, com foco na realidade brasileira, país que possui um dos menores índices de participação das mulheres no poder legislativo. Tal situação, na reflexão da autora, tem origem no Brasil colonial, onde os senhores de engenho, dono das terras e da vida de seus subordinados, reproduziam o sistema feudal, no qual suseranos e vassalos cumpriam ordeiramente os papéis determinados pelo poder patriarcal estabelecido.

Em um dos momentos instigantes do texto ele traz para a pauta de discussão a ainda frágil “política de presença”, ou seja, a participação das mulheres nas casas legislativas, defendida como a possibilidade de realização da efetiva defesa dos interesses das mulheres. Política que em lugares como a França reivindica 50% dos cargos para cada sexo. Tal proposição, para os opositores da política de presença, vai de encontro ao ideal do indivíduo universal. Uma tese plenamente rebatida por Joan Scott (1995)³ quando argumenta ser o universalismo quem melhor preservou a sexualização do poder e que a paridade, na contramão, tenta dessexualizar e estendê-lo para os dois sexos.

O texto trata ainda das representações estereotipadas personificadas por algumas candidatas a cargos políticos que naturalizam alguns traços de personalidade como propriedade do ser feminino. Prática que acaba por produzir um efeito violador dos propósitos de participação

³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

da mulher na política no sentido de que, além de fortalecer a cultura das diferenças do gênero advinda de uma cultura sexista, também encarcera a mulher a um padrão inviolável que interessa sobremaneira às forças dominantes.

Assim, finalizamos a apresentação dessa coletânea de textos, produzida pela necessidade de fazer saltar, de forma coletiva, inquietações e inquietudes de um grupo de estudos que se mantém já há um tempo razoável, não apenas pelas demandas acadêmicas de produção, mas também pelos desígnios universitários que nos aproximou e tornou esse encontro um prazer de estar junto, afetivamente, refletindo a cultura da vida em sociedade, como um dos caminhos para a realização da nossa cidadania.

Vale ressaltar que este livro foi pensado como um material a ser publicado pela Coleção “Sala de Aula”, criada pertinentemente pela EDUFBA, com a finalidade de difundir o conhecimento produzido na dinâmica do efêmero cotidiano das salas de aula. Memória que, para além da essencial função de formação no ambiente cotidiano desses espaços, precisa ser retida, no sentido de reproduzir o seu potencial poder de alcance para além das fronteiras internas e externas da UFBA. Uma ação que certamente está relacionada com o compromisso social inerente à Universidade.

Boa leitura!

Linda Rubim

Organizadoras

Sobre os autores

Adriana Jacob Carneiro

Jornalista e mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Ana Regina Messias

Graduada em Economia e mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Carolina Guzmán Vásquez

Psicóloga clínica e mestranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

Cláudia Cambuzzi

Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Miradas Femininas. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense Campus Rio do Sul.

Denise Bastos de Araujo

Professora da secretaria da Educação do estado da Bahia, lotada na Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica – SUDEB, mestra pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA e doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Fernanda Argolo Dantas

Jornalista e mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Léa Menezes de Santana

Relações públicas e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Marcos Uzel

Jornalista, escritor, membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, mestre e doutorando no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

As mulheres do 8 de março

Adriana Jacob Carneiro
adriana-jacob@uol.com.br

Em 2010, completou-se o primeiro século desde que as mulheres socialistas reunidas em Copenhague aprovaram a proposta de criação do Dia Internacional da Mulher. Da homenagem iniciada em 1910, com o objetivo de contribuir com a conquista do sufrágio feminino, principal bandeira da primeira onda do movimento feminista¹ até os dias atuais, muitas lutas e conquistas ajudaram a escrever a história das mulheres. Diversas dessas manifestações e direitos adquiridos ganharam espaço de destaque na cobertura jornalística do Dia Internacional da Mulher – que passou a ser comemorado, desde 1921, no dia 8 de março – no Brasil e no mundo. Consideramos a data em questão um momento privilegiado para realizar estudos de gênero, sobretudo tendo como foco a mulher na mídia, já que nesse dia a cobertura dos meios de comunicação busca homenageá-la.

Neste artigo, buscamos identificar a(s) mulher(es) construída(s) pela mídia na cobertura jornalística dessa data, tomando como baliza os estudos de gêne-

ro. Além disso, pretendemos investigar quais são as representações desse gênero elaboradas nas reportagens especiais da cobertura midiática da Folha de São Paulo² no Dia Internacional da Mulher entre os anos de 2000 e 2011. Pretendemos, ainda, analisar de que forma o conteúdo do jornal pesquisado dialoga com o contexto histórico do período estudado.

Indicadores de transformação sociocultural, os textos da mídia são afetados pela história, pelos estereótipos e por fatores sociais. São as manchetes de jornais e telejornais, capas de revistas e, mais recentemente, as postagens nas redes sociais, que muitas vezes pautam o cotidiano contemporâneo. Tendo em vista que a mídia constrói e reconstrói discursos sobre a realidade – entre eles os discursos identitários, consideramos os meios de comunicação, em particular a imprensa, um campo privilegiado para o estudo das identidades. Ao selecionar fatos, fontes e suas abordagens, as matérias jornalísticas contribuem, entre outras questões, com o fortalecimento de algumas identidades e com o silenciamento de outras.

Um dos pontos centrais de nossa pesquisa é identificar a mulher construída pela mídia na cobertura jornalística do Dia Internacional da Mulher. Segundo Oliveira (2005), os textos jornalísticos constroem conhecimento e produzem saberes, legitimando certas identidades e excluindo outras. Dessa maneira, reforçam certos estereótipos e categorias muitas vezes estanques, o que pode limitar e fixar as identidades femininas. “Podemos dizer que ‘a mulher’ foi construída no encontro de discursos articulados, que assumiu diferentes posições de sujeito em vários momentos históricos”. (OLIVEIRA, 2005, p. 28)

Apesar de a mídia representar as mulheres dentro de uma aparente perspectiva de igualdade dos sexos, essas representações, de fato, mostram as mulheres homogeneamente, representando-as em oposições que trazem à

superfície uma luta pela hegemonia em que certas identidades predominam sobre outras. (OLIVEIRA, 2005, p. 7)

A representação da mulher nos meios de comunicação estabelece identidades individuais e coletivas e fornece possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? De acordo com Woodward (2000), os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. A autora destaca certas identidades de gênero das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso, a exemplo do “novo homem” das décadas de 1980 e 1990. “A mídia nos diz como devemos ocupar certa posição-de-sujeito particular – o adolescente ‘esperto’, o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível”. (WOODWARD, 2000, p.18-19)

Na capa da edição de 8 de março de 2007 da *Folha de S.Paulo*, a pergunta “Por que elas não têm humor?” traz, nas entrelinhas, a afirmação da falta de humor do sexo feminino. O assunto é abordado a partir da ótica de um “polemista” norte-americano que afirma ter desenvolvido estudos sobre o assunto. Em alguns casos, a cobertura jornalística tenta encontrar uma explicação biológica para o que supõe ser característica da mulher. É o caso da matéria *Sexo frágil tem voz forte em 80% das compras*, que tenta explicar quimicamente a pesquisa que indica que as mulheres têm maior poder de decisão nas compras:

O bem-estar durante as compras é químico. Vem da endorfina, hormônio produzido pelo cérebro, liberada durante a aquisição de um produto. Mas sua ação dura, no máximo, 30 minutos. ‘O prazer independe do valor da compra’, avisa a psiquiatra Alexandrina Meleiro, do Instituto de Psiquiatria da USP. Tachar a mulher de compulsiva, no entanto, é um erro. No supermercado, 58,2% delas chegam com a lista pronta, contra 52,1% deles. ‘Elas são mais dispersas, entretêm-se com novos produtos, daí a

necessidade de uma relação de compras’, justifica Meleiro. [...] A diretora do programa de marketing da BBS (Brazilian Business School), Maria Cristina Proença, revela que o varejo procura se adaptar para despertar o impulso gastador delas. ‘Foram criados quiosques em supermercados e praças em shoppings para que elas fiquem mais tempo lá’. (BOCATO, 2005b, p. 6)

Como destaca Fairclough (1995), as notícias são socialmente construídas e todo o contexto social influencia a escolha do assunto que poderá ou não ser considerado noticiável. Unidade básica de informação do jornalismo, a notícia baseia-se nos fatos jornalísticos, que constituem sua menor unidade de significação. A seleção e o recorte desses fatos, de acordo com os critérios de noticiabilidade de cada veículo de comunicação, obedecem a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, e compõem a base da crítica à objetividade e à imparcialidade da mídia.

A objetividade implica uma compreensão do mundo como um conjunto de ‘fatos’ prontos, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Dessa forma, caberia ao jornalista apenas relatá-los ao público. Recortes de um fluxo contínuo, os fatos jornalísticos são uma parte que, em certa medida, são separados arbitrariamente do todo. Dessa forma, os fatos são em si mesmos, uma escolha. Para tentar evitar o subjetivismo, essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por um modelo de procedimentos que busca, de certa forma, responder às pressões acerca da prática e dos resultados do trabalho jornalístico.

Os textos são mediados pela linguagem, pelos sistemas culturais – incluindo ideologias e símbolos - e também são mediados pelo que está convencionalizado como gênero. Assim, as ‘verdades’ devem ser vistas como sistemas, construções, estruturas; como histórias e contingentes, operando através das diferenças e dos deslocamentos,

em um embate de discursos contraditórios. (OLIVEIRA, 2005, p. 28)

Estudos realizados em 1990 pela Media Watch, organização feminista sem fins lucrativos que estuda a representação feminina na mídia nos jornais canadenses, mostram que os homens são consultados ou citados mais frequentemente como especialistas do que as mulheres, e que as matérias sobre problemas ou assuntos considerados femininos são esporádicas ou superficiais. De acordo com a pesquisa, publicada na dissertação *A mídia e as mulheres: feminismo, representação e discurso* (OLIVEIRA, 2005, p.27), os homens determinam o que é notícia e como ela será passada ao público, uma vez que eles ocupam os cargos executivos dentro das empresas jornalísticas.

A mesma organização desenvolveu, em 1995, uma análise internacional das representações midiáticas das mulheres. O estudo demonstrou que apenas 17% dos atores das notícias eram mulheres. Cinco anos mais tarde, em 2000, esse número havia subido somente 18%. Mesmo nos países em que este número era mais elevado, menos de um terço das fontes das notícias eram mulheres. Muitas delas podem ser consideradas invisíveis na cobertura: mulheres pobres, idosas, deficientes. (SILVEIRINHA, 2004)

Uma notícia contém representações de discursos de várias pessoas, mas essas vozes estão hierarquizadas; algumas são destacadas e outras, marginalizadas. Basta observar, para tanto, que em uma matéria as vozes de algumas fontes têm mais espaço e destaque do que outras, que são apenas mencionadas pelos jornalistas. “Conclui-se, assim, que a distribuição das vozes no discurso jornalístico é desigual e, neste domínio, as mulheres parecem estar no lado dos ‘invisíveis’ ou ‘visíveis’ com pouco destaque” (CERQUEIRA, 2008, p.140). De acordo com a pesquisadora, a marginalidade e a falta de poder das mulheres estão refletidas não só nos modos

como se espera que as mulheres falem, mas também nos modos como se fala das mulheres.

No discurso midiático, a exclusão ou secundarização das vozes femininas implica que o conhecimento accionado neste discurso e produzido pelo mesmo é necessariamente parcial e, como tem sido mostrado, muitas vezes selectivo e negativo, portanto, propiciador da reprodução de atitudes e de ideologias que legitimam a dominação masculina. (MOTA-RIBEIRO; PINTO-COELHO, 2005, p.3)

No artigo *A imprensa e a perspectiva de gênero - quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher*, a pesquisadora Carla Braga Cerqueira (2008) afirma que diversos estudos feitos em vários países constataram que em muitos casos continuam a prevalecer os estereótipos e as mulheres representadas como vítimas, sobretudo da violência doméstica. Há alguns padrões de gênero na cobertura noticiosa que podem encorajar os leitores a aceitar certas justificativas ideológicas para os atos de violência sexual masculina como uma característica típica, fatal, da vida cotidiana.

Nesse aspecto, o próprio incêndio que teria acontecido em 1857 e aparece na cobertura jornalística associado à origem do Dia Internacional da Mulher, posiciona as mulheres como vítimas. Diversos meios de comunicação do Brasil e do mundo atribuem a origem histórica do Dia Internacional da Mulher a um incêndio que teria ocorrido em 8 de março de 1857 e provocado a morte de 129 operárias em uma fábrica têxtil de Nova York. Houve, de fato, um incêndio, só que em 25 de março de 1911 e de forma diferente da narrada pela imprensa, tendo provocado a morte de 13 homens e 123 mulheres.

A origem da escolha do 8 de março como Dia Internacional da Mulher foi a homenagem a 190 mil mulheres que protagonizaram, em 8 de março de 1917, em Petrogrado, o protesto contra a escassez de alimentos e a alta dos preços decorrentes da Guerra.

Essa manifestação espontânea foi considerada o primeiro momento da Revolução Russa. (GONZÁLEZ, 2010) Os acontecimentos da Revolução Russa que motivaram a escolha do dia 8 de março como a data de homenagem às mulheres, colocam a mulher em um papel de protagonismo. No entanto, esses últimos acontecimentos são comumente silenciados pelos meios de comunicação.

Após os anos 1970, os estudos de gênero foram reforçados por contribuições psicanalíticas, semióticas, estruturalistas e pós-estruturalistas, passando a significar não apenas um elemento constitutivo das relações sociais com base nas diferenças entre os sexos, mas uma importante forma de significar as relações de poder. A partir dessas diferentes perspectivas, as pesquisas passaram a mostrar como os meios de comunicação participam da construção dos gêneros. Representações da mulher na publicidade, na televisão, nas revistas, nos jornais, no cinema, nas artes e na literatura, revelaram mulheres como esposas, donas de casa, mães e objetos sexuais. Dessa forma, perpetuavam o estatuto da mulher na sociedade e imagens estereotipadas que poderiam reforçar comportamentos retrógrados e sexistas.

Como mostra o pioneiro trabalho de Gaye Tuchman, na década de 1970, as mulheres eram simbolicamente aniquiladas pelos meios de comunicação. Na época, já constituíam cerca de 40% do mercado de trabalho, mas essa realidade era ignorada, afinal elas eram apresentadas com seu papel de mães, como figuras decorativas ou elementos do sexo fraco com necessidade de proteção. Os conteúdos televisivos pesquisados pela autora vitimizavam ou trivializavam as mulheres. (TUCHMAN, 1972)

A essa análise, destaca Silveirinha (2004), não escapam os jornais, pois neles, mesmo que haja alguma mudança progressiva, a atenção às mulheres é relegada às seções especiais, sendo raramente sujeitos de interesse social e político por direito próprio. Trabalhos acadêmicos como o da pesquisadora Carla Bassanezi utilizam a

imprensa escrita, tendo como objeto as revistas femininas para compreender quais aspectos são associados à mulher. “As revistas femininas são também espaços onde as relações sociais, com sua distribuição de poder, se estabelecem, são produzidas, reforçadas e reproduzidas”. (BASSANEZI, 1996)

Quem controla os discursos define também o que é ‘realidade’ ou o que é considerado ‘verdade’, que varia de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, de época para época, sempre de acordo com uma negociação e com os conflitos discursivos. Assim, a ‘realidade’ é o produto entre o texto e o leitor, o qual negocia ‘ativamente’ com o texto. (OLIVEIRA, 2005, p.45)

A jornalista e pesquisadora Dulcilia Buitoni (2009, p.11), no livro *Mulher de papel*, afirma que a imprensa feminina “diz” a mulher. Em sua análise das revistas femininas brasileiras do século XIX até o século XXI, a autora afirma que faltam mulheres de verdade nessas publicações. Aponta, ainda, que há um leque restrito de temas predominantes e que não há uma vinculação das pautas com a atualidade:

Os temas tradicionais da imprensa feminina resumem-se a meia dúzia de itens: moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, celebridades, um conto, etc. Naturalmente, esses assuntos privilegiados pela imprensa feminina apresentam pequena ligação com o momento atual. (BUIIONI, 2009, p.24-25)

Como observa a pesquisadora, o próprio tratamento das matérias não favorece a ligação mulher-mundo. Nesse sentido, tenta-se criar um mundo da mulher, onde ela fique restrita e não saia para a esfera pública. Gilles Lipovetsky (2000) destaca o papel da imprensa feminina e da publicidade para incutir nas mulheres uma visão consumista da beleza. Não cuidar de si mesma e não procurar corrigir as imperfeições estéticas torna-se, nesse

contexto, motivo para culpa, porque a mulher é feita naturalmente para agradar. Além disso, de acordo com grande parte dessas matérias, a beleza é uma vantagem significativa na luta pela vida, e uma forma de as mulheres conquistarem felicidade e status.

Nos Estados Unidos, na década de 1980, diversos meios de comunicação passaram a divulgar que a luta da mulher pela igualdade havia sido amplamente vencida. A pesquisadora Susan Faludi (2001) mostrou que, apesar desses veículos alardearem o fato de a luta pelos direitos femininos ter sido vencida, essa mesma cobertura jornalística afirmava que a mulher nunca havia sido tão infeliz.

Esse boletim de desespero está afixado em todos os lugares – nas bancas de jornais, na telinha da televisão, nos anúncios, nos filmes, nos consultórios médicos e nas publicações acadêmicas. As mulheres profissionais estão entrando em “parafuso” e sucumbindo a uma “epidemia de infertilidade”. As solteiras estão se queixando devido à “falta de homens”. O *New York Times* revela: as mulheres sem filhos andam “deprimidas e confusas” e cada vez em maior número. A *Newsweek* afirma: as mulheres não-casadas estão “histéricas” e prostradas numa profunda crise de “falta de confiança”. (FALUDI, 2001, p.9)

No livro *Backlash – O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*, Faludi (2001) lança o questionamento de como as mulheres podem estar tão mal justamente quando deveriam sentir-se felizes, devido à conquista dos direitos pelos quais tanto lutaram. Para a autora, a opinião geral da década de 1980 aponta como resposta para a causa do sofrimento da mulher o excesso de igualdade. As mulheres estariam infelizes justamente devido ao fato de serem livres. A luta por autonomia, carreira e independência financeira só teria levado a mulher a se distanciar do que realmente era importante em sua vida. Nesse período, publicações do *New York Times* e *Vanity Fair* fizeram constantes acusações contra

o movimento feminista, que teria sido o principal culpado pelas conquistas que só teriam levado a mulher à infelicidade e a uma crise de identidade.

Faludi (2001) questiona esse cenário a partir de dados que mostram que essa tão alardeada igualdade, na verdade, não existe. Entre as estatísticas, está o fato de as mulheres americanas representarem dois terços de todos os adultos pobres. Além disso, o salário médio de uma mulher continua tão inferior ao dos homens quanto há 20 anos e uma mulher com formação universitária continua ganhando menos que um homem que tenha apenas o curso secundário. Em suas próprias casas, as mulheres também não gozam de igualdade. Elas ainda se encarregam de 70% das tarefas. Em muitos estados, os maridos que violentam suas mulheres ainda não são condenados e presos. Ainda que as matérias afirmem que as mulheres foram “liberadas”, não é isso que elas próprias afirmam nas pesquisas. Quase 70% das mulheres ouvidas pelo *New York Times* em 1989 disseram que o movimento pelos direitos das mulheres estava ainda engatinhando. Elas também não apontam o movimento feminista como sendo a causa de sua suposta infelicidade. Nas pesquisas de opinião pública, as mulheres classificam, em sua maioria, a desigualdade no trabalho e no lar como sendo o tema mais relevante para elas.

Da “falta de homens” à “epidemia de infertilidade”, do “estresse feminino” à “prejudicial dupla jornada de trabalho”, estas pretensas crises femininas tiveram sua origem não nas condições reais da vida das mulheres mas sim num sistema fechado que começa e termina na mídia, na cultura popular e na publicidade – um contínuo feedback que perpetua e exagera a sua própria imagem fictícia da feminilidade. (FALUDI, 2001, p.14)

Em sua análise, a autora afirma que os anos 1980 presenciaram um poderoso contra-ataque aos direitos da mulher, levando a um

retrocesso, a uma tentativa de reduzir as vitórias que o movimento feminista conquistou através de suas lutas. Esse refluxo antifeminista, ou *backlash*, enfeita-se como verdade e proclama que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma melhor posição foram responsáveis por sua ruína. O que tornou as mulheres infelizes, nos últimos anos, não foi a igualdade, da qual elas ainda não desfrutam, mas sim a pressão cada vez maior para deter, e até reverter, a busca feminina pela igualdade. Esses ataques contra o avanço da mulher, que Faludi (2001) denomina *backlashes*, surgem sempre como reação contra o avanço das mulheres.

Para a pesquisadora, entretanto, *backlash* não é fruto de uma conspiração, e as pessoas que estão envolvidas com ele nem sempre estão conscientes de seu papel. Nem todas as suas manifestações têm o mesmo peso e significado; muitas não passam de coisas efêmeras. Embora o contra-ataque antifeminista não seja um movimento organizado, nem por isso deixa de ser destrutivo. Ao contrário, o movimento tem sucesso justamente na medida em que parece não ter conotações políticas, na medida em que não se mostra como uma luta:

Ele é tanto mais poderoso, quanto mais consegue transformar-se numa questão privada, penetrando na mente da mulher e torcendo a sua visão para dentro, até ela imaginar que a pressão está toda na cabeça dela, até ela começar a impor as regras do *backlash* a si mesma. (FALUDI, 2001, p.21)

Foi a imprensa que cunhou termos que passaram a fazer parte do cotidiano das mulheres e dos homens: “relógio biológico”, “falta de homens”, “corrida para ser mãe” e “pós-feminismo”. Também foi a imprensa a primeira a apresentar e resolver o paradoxo que seria tão importante para o *backlash*: se as mulheres conseguiram tanto e mesmo assim sentem-se infelizes, devem ser as realizações

do feminismo, e não a resistência da sociedade contra essas realizações, a razão para esse sofrimento.

Assim como Dulcília Buitoni constatou nas revistas femininas brasileiras, Susan Faludi apontou, na imprensa norte-americana, a falta de mulheres de verdade em matérias jornalísticas. Apesar dos artigos prognosticarem profundas mudanças no comportamento social das mulheres, eles ofereciam pouquíssimas evidências para justificar suas generalizações. Esse jornalismo que pretende retratar tendências, oferecendo notícias sobre a transformação dos costumes, tende mais a passar a receita do que investigar. Como características do que Faludi (2001) classifica como jornalismo voltado para tendências comportamentais, estão: a falta de provas ou dados reais; a tendência para citar somente três ou quatro mulheres, a maior parte de forma anônima, a fim de definir o novo comportamento; o uso de frases vagas como “tudo indica”, “parece haver” ou “cada vez mais”, e o recurso a profissionais como analistas de mercado e psicólogos, que muitas vezes baseiam suas afirmações em dados divulgados pela própria imprensa.

Assim como o entretenimento midiático, vem ganhando nos meios de comunicação o jornalismo que Silveirinha (2004) chama de confessional e terapêutico. Mas a autora destaca, majoritariamente, o chamado jornalismo de consumidores, ou seja, aquele construído em torno de uma cultura de consumo e do que tem sido chamado de pós-feminismo.

A Mulher na cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo*

Algumas das antigas e novas bandeiras do movimento foram abordadas entre os anos de 2000 e 2011 na cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo*. Destacamos, nesse período, os dois cadernos

especiais que a *Folha* publicou em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, nos dias 8 de março de 2005 e 8 de março de 2007. Além deles, durante três anos – 2002, 2003 e 2004 – a *Folha* publicou, na edição do dia 8 de março, um caderno de veículos com temática voltada para as mulheres.

Uma das constatações mais enfáticas que a *Folha* passa a publicar é aquela que o periódico afirma ter se tornado um fenômeno urbano no Brasil: a mulher chefe de família. Torna-se cada vez mais frequente a utilização de dados de pesquisas na cobertura do período. Os números são utilizados, no jornalismo, para comprovar uma realidade que o senso comum, muitas vezes, tenta mascarar. São as pesquisas que mostram, por exemplo, a disparidade do salário entre homens e mulheres para uma mesma função, ou as diferenças salariais entre mulheres brancas e negras. São também os dados que revelam a realidade da violência contra mulheres no século XXI. Como afirma a repórter Raquel Bocado (2005b) na matéria *Representação aumenta à sombra do machismo*, publicada no Caderno Mulher de 8 de março de 2005, a violência, especialmente doméstica, é uma mancha na trajetória da emancipação feminina.

A cada 15 minutos, uma mulher é espancada no país. Segundo a Fundação Perseu Abramo, 33% das brasileiras já foram agredidas. Há quem defenda que um dos motivos para tanto é o fato de a mulher ainda ser vista como um objeto. ‘O individualismo, o desemprego e a tensão do dia-a-dia acirram o machismo’, argumenta a coordenadora-geral da Sempreviva Organização Feminista, Nalu Faria. (BOCATO, 2005b, p.4)

A realização de pesquisas sobre os mais diversos aspectos da vida e da condição feminina, a exemplo da violência, economia, escolaridade não é, naturalmente, fruto do acaso. Ao contrário, mostra a relevância que a situação da mulher conquistou mundialmente.

Além da utilização de dados de pesquisas que conferem mais credibilidade e peso à informação, observamos que a cobertura passa a contar com um leque de fontes especializadas em determinadas bandeiras ou aspectos da luta das mulheres. Assim, há organizações não governamentais, institutos e centros de pesquisa com profissionais que, supostamente, têm um conhecimento específico para levar informação de gênero atualizada e coerente à sociedade.

Esse leque mais diversificado e especializado de fontes, entretanto, não fez com que a *Folha de S. Paulo* deixasse de noticiar, em pleno século XXI, a versão do incêndio de 1857. Ao contrário, no caderno especial dedicado à mulher em 8 de março de 2007, um quadro com a trajetória do movimento feminista chega a celebrar os 150 anos do incêndio que não existiu. De acordo com o box, 129 operárias haviam morrido queimadas numa ação policial quando reivindicavam a redução de jornada de trabalho de 14 para 10 horas além do direito à licença-maternidade.

Entretanto, constatamos que o mesmo caderno especial, intitulado *Mulher – Que feminismo é esse?*, publica, em artigo assinado pela professora de sociologia contemporânea da Unesp Lucila Scavone (2007), que o incêndio é, na verdade, um mito. A autora, porém, minimiza o equívoco propagado por anos, em nome da importância de sua força simbólica. A impressão, ao comparar os dois trechos, publicados em páginas diferentes de um mesmo caderno especial elaborado para o Dia Internacional da Mulher, é de que não houve uma comunicação interna e um alinhamento editorial do conteúdo do caderno.

É oportuno lembrar que um dos mitos de origem da celebração do dia 8 de março é uma greve de costureiras de uma indústria têxtil de Nova York, em 1857. Por ser fato tão conhecido e citado, um grupo de historiadoras feministas francesas, coordenadas por Françoise Picq,

resolveu pesquisá-lo e, surpreendentemente, não encontrou nenhuma pista dessa greve. Ao analisarem o enigma, concluíram que esse mito deve ter sido muito útil para as mulheres nos últimos 150 anos. A comemoração de um dia delas abriu espaços que, se não atenderam a seus anseios, tiveram a pretensão de os evidenciarem. O que importa é a força simbólica desse mito. Com esse ato político, as operárias inauguravam bandeiras de lutas relacionadas ao trabalho, ao mesmo tempo em que abriam as portas para a ocupação do espaço público. De fato, “fazer parte da cidade” foi um processo lento para as mulheres, que começou com o trabalho assalariado e ainda não se completou. (SCAVONE, 2007, p. 8)

Apesar de, em muitos casos, a cobertura da *Folha* tentar mostrar características supostamente ligadas às mulheres, em outros momentos o jornal associa a mulher a questões antes comumente relacionadas ao masculino. É o caso dos automóveis. Durante três anos consecutivos, de 2002 a 2004, o periódico publicou cadernos especiais de veículos em homenagem à data. Em 2002, a chamada de capa foi *A preferencial é delas*, que afirmava que as mulheres participam de 75% das decisões de compras de automóveis, disputam provas de automobilismo, provocam mudanças nos carros e têm descontos de até 35% nos seguros.

Já a edição de 2003 é intitulada *Mães na contramão* e afirma que muitas mães, para aumentar a segurança dos filhos, acabam recorrendo a dispositivos condenados por especialistas. Na lista de pautas, as mais variadas dicas de segurança, itens que não podem faltar no carro da mãe, dicas de mecânica para mulheres e orientações para adquirir a cadeirinha da criança. Em 2004, a chamada foi *Sinal fechado para o preconceito*, com notícias sobre o fato de as mulheres estarem envolvidas em apenas 5% dos acidentes com mortes em São Paulo e os riscos da vaidade no volante.

Um ponto que chama atenção na decisão do jornal de publicar esses cadernos durante três anos é o aspecto comercial. Nesses

espaços, são muitas as páginas com anúncios publicitários de veículos. Além disso, matérias como a publicada em 2003, com o descritivo de diversos veículos têm, também, forte apelo comercial. Não podemos afirmar categoricamente que o caderno especial de veículos foi originado a partir de uma demanda comercial e não uma decisão meramente editorial, mas não podemos perder de vista o jornalismo como um negócio.

Considerações finais

O Dia Internacional da Mulher chega ao fim da primeira década do século atual consolidado, ao menos no que se refere à cobertura jornalística da data. A *Folha de S. Paulo* noticia a data anualmente, no dia 8 de março. Entre as antigas bandeiras, consolidam-se novas esferas da discussão entre o público e o privado. A mãe, rainha do mundo privado, conquista as ruas, seja no mercado de trabalho ou nas pistas. Tanto que a *Folha* dedicou três cadernos especiais de veículos à cobertura voltada para a mulher. A mulher e a mãe, porque o noticiário vincula o carro escolhido por elas às melhores características para atender aos filhos de todas as idades.

O incentivo ao consumo também está presente. Não apenas através do apelo publicitário direto. As matérias orientam qual a melhor marca de veículo para cada “tipo” de mulher. A mulher que não deveria fumar em público, nos anos 1970, para não prejudicar a imagem da família, hoje ocupa espaços antes considerados masculinos. O problema é que elas continuam a ser exceções. É isso o que revelam as pesquisas cada vez mais citadas na cobertura da *Folha*. Pioneiro na impressão total a cores na América Latina e no uso de infográficos, o jornal de circulação mais expressiva do Brasil costuma embasar toda a sua cobertura

nos dados: uma forma, ao menos teoricamente, de garantir dose extra de credibilidade.

O caderno especial que a *Folha* publicou em 8 de março de 2005, intitulado *O que elas querem*, destaca que pesquisas inéditas mostram o que pensam, fazem e almejam as brasileiras. Ou seja, até para se conhecer, para saber o que elas próprias pensam e querem, as mulheres precisam ser orientadas e guiadas pela mídia. O próprio caderno afirma que, entre as vitórias conquistadas, está o fato de as mulheres não precisarem mais de um dia internacional para serem lembradas. Apesar disso, dedica espaço ao tema durante os dez primeiros anos do novo século.

E, nessa cobertura, quais são os temas associados a essa mulher que tanto conquistou? O consumo e a maternidade, sempre; desde a rainha do lar até a mãe que dirige e trabalha fora, todas preocupadas com a educação dos filhos. A mulher que, apesar de emancipada, cuida mal da saúde, a sexualidade, o HIV, a dominação masculina sobre o corpo da mulher. Com a defasagem salarial: a mulher chega ao século XXI ganhando 43% menos que o homem na mesma função. E o assunto que ocupa cada vez mais as páginas da *Folha*: o poder. É ele que assegura a capacidade de decidir sobre a própria vida e também sobre a vida do outro.

A questão do empoderamento ocupou as páginas da *Folha de S. Paulo* no século XXI. O mesmo aconteceu com as representações de mulheres apresentadas. A mulher que trabalha, que é mãe, que se preocupa com a educação dos filhos, mas também com a moda e a excelente forma física, com a decoração da casa e as novidades em tratamentos estéticos. A ditadura do novo, a obrigação de estar atendida responde às leis do consumo e à obrigação, apresentada de forma prazerosa, de atender o homem.

Apesar da permanência da maternidade, é inegável que as mulheres já não são, exclusivamente, destinadas à esfera privada.

A cobertura do jornal analisado mostra essa realidade. Seus papéis público e profissional se beneficiam, hoje, de uma forte legitimidade social. Em consequência disso, pode-se considerar que a progressão das mulheres aos escalões hierárquicos está apenas no começo. Apesar disso, as forças que inscrevem o feminino no âmbito privado conservam tanta capacidade de se impor que autorizam dizer que a supremacia masculina nas organizações não está às vésperas do declínio.

Notas

¹ Ambientada na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a primeira onda do movimento feminista foi caracterizada por uma campanha direcionada para a garantia de direitos das mulheres, sobretudo do direito ao voto. O movimento sufragista, considerado uma das principais características do período, espalhou-se pela Europa e Estados Unidos. No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, antes reservados apenas aos homens.

² De acordo com dados do Instituto Verificados de Circulação (IVC), a tiragem da Folha de São Paulo é a maior do país, uma média de 295 mil exemplares diários em 2009. Nesta pesquisa, buscou-se analisar um periódico de público-alvo não segmentado e de tiragem e circulação expressivas.

Referências

BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BOCATO, Raquel. Representação aumenta à sombra do machismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2005. Caderno Mulher. p. 4, 8.

_____. Sexo frágil tem voz forte em 80% das compras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2005. Caderno Mulher. p. 6, 8.

- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.
- CORAZZA, Helena. Questão de gênero: inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático. In: SIMPOSIO BRASILEIRO GENERO E MIDIA, I., 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 2005.
- CERQUEIRA, Carla Braga. A Imprensa e a Perspectiva de Gênero. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. **Observatorio (OBS*)**, Portugal, v. 2, n.2, p.139-164, 2008. Disponível em:
<<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/101>>. Acesso em: 15 jan. 2013
- FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. Londres: Edward Arnold, 1995.
- FALUDE, Susan. **Backlash**: o contra-ataque da guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sepre- viva Organização Feminina, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MÃES na contramão. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 mar. 2003. Caderno especial veículos.
- MOTA-RIBEIRO, S.; PINTO-COELHO, Z. Imagens de mulheres na imprensa portuguesa. In: CONGRESSO DA SOPCOM, IV., 2005, Aveiro – Portugal. **Actas...** Aveiro-Portugal: Universidade de Aveiro, 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5308/1/RibeiroS_CoelhoZ_mulheresimprensa_05.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima Cabral Barroso de. **A Mídia e as Mulheres**: Feminismos, Representação e Discurso. 2005. 144f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- A PREFERENCIAL é delas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 mar. 2002, Caderno especial veículos.
- O QUE elas querem. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 mar. 2005. Caderno especial.

- SCAVONE, Lucila. Representação aumenta à sombra do machismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2007. Caderno Mulher. p.8.
- SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001, 384 p.
- SILVEIRINHA, Maria João. Representadas e Representantes: as mulheres e os Media. **Media & Jornalismo**, Coimbra, ano 3, n. 5, nov. 2004.
- SINAL fechado para o preconceito. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 mar. 2004. Caderno especial veículos.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. **American Journal of Sociology**, Chicago: Universidade de Chicago, v. 77, n. 2, p.74-90, 1972.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000

O lugar das mulheres em “Desmundo” e “Anjos do Sol”

Denise Bastos de Araújo
denibastos@ig.com.br

Este artigo pretende fazer uma reflexão sobre dois filmes brasileiros que foram subsidiados por documentos históricos para o relato da vida das mulheres. *Desmundo* e *Anjos do sol* foram escolhidos pela similaridade de suas narrativas, embora seus contextos remetam a 1570 e 2002, respectivamente.

Ambos os relatos apontam para a luta inglória de suas protagonistas que tentam resistir às escolhas masculinas, sendo vencidas por duas instituições que apontam para a sujeição feminina. Dessa forma, casamento e prostituição representam as tensões dos papéis estereotipados de Maria e Eva, respectivamente santa e puta, para apontar as relações de poder em que as protagonistas estão submetidas.

Com o advento do cinema, no final do século XIX, foi criada uma engrenagem com capacidade de reconstruir a história inspirada em fatos que acon-

teceram em outras épocas. Embora se saiba que, com as atuais tecnologias, não seja possível a captura total do momento passado que se deseja narrar, os(as) cineastas se esforçam e nos presenteam com filmes que podem nos informar sobre os aspectos do *modus vivendi* de algumas sociedades, em determinadas épocas.

Não raro, tais profissionais investem em pesquisas historiográficas para traduzir o cotidiano dos seus personagens. Como o(a) autor(a) da obra está sempre implicado(a) com o interesse da narrativa, ele(a) tem o seu lugar de fala que carrega o seu ponto de vista. Portanto, o que é dado como realidade sobre determinado fato passado, hoje, está compilado nos registros históricos em uma versão em que está implicada a posição, muitas vezes, de um único autor.

Neste trabalho, mostram-se duas produções fílmicas brasileiras que serão observadas sob as lentes de gênero, em que a organização do patriarcado¹ é determinante para a análise de suas protagonistas. Ambas as produções, embora fictícias, são inspiradas em documentos da história do Brasil. *Desmundo* e *Anjos do sol* têm como cenário o isolamento de suas personagens na zona da floresta brasileira e a trama se desenvolve a partir da indisciplina das protagonistas, que não aceitam as determinações de seus opressores.

Os Filmes: Inspiração, contexto e temática

Desmundo foi dirigido por Alan Fresnot, teve seu lançamento em 2003 e é inspirado no romance de Ana Miranda (1996), que narra a história baseada em uma carta de padre Manuel da Nóbrega, em 1554. Segundo o filme, a narrativa é ambientada no Brasil de 1570, e retrata a vinda de algumas órfãs portuguesas para desposarem os primeiros colonizadores que aqui se encontravam.

A protagonista é uma dessas órfãs, Dona Oribela, interpretada por Simone Spoladore, que recebe a indicação de casar com Francisco de Albuquerque (Osmar Prado), homem rude que mora com a mãe e uma suposta irmã/filha em seu engenho de açúcar.

A outra produção, *Anjos do sol*, dirigida por Rudi Lagemann, procura retratar o cenário das publicações da imprensa brasileira baseado nos relatórios das organizações não governamentais que tratam das estatísticas da exploração sexual de meninas e adolescentes, bem como os seus relatos oriundos da região nordeste do Brasil. O filme foi lançado em 2006, e conta a história de Maria, interpretada por Fernanda Carvalho, então com 12 anos de idade.

Ambientado em 2002, o relato acompanha a menina desde a comercialização entre o recrutador de virgens e seu pai, e mostra a sua participação em um leilão junto com outras meninas. Nessa ocasião, ela é adquirida por um político para presentear o próprio filho em seu aniversário de 15 anos. Depois disso, Maria é enviada para um garimpo na região da floresta amazônica para ser explorada sexualmente.

As similaridades

Algumas similaridades entre os dois filmes chamam a atenção. Ambos os filmes indicam o processo de recrutamento das protagonistas, como também a não aceitação do que lhes é proposto.

As duas jovens passam por grande deslocamento até chegarem ao seu destino, portanto, estão distanciadas de suas respectivas famílias e do lugar onde sempre viveram. Dona Oribela vem de Portugal para o Brasil de navio, sendo que a segunda etapa da viagem é feita no lombo de um animal. Maria se desloca do seu lugar de origem a pé, depois de canoa, a seguir de caminhão.

Depois é orientada para novo deslocamento, feito de helicóptero, quando chega ao garimpo.

No momento em que vão ser escolhidas, as jovens participam de uma exposição, em contextos semelhantes. Em *Desmundo* elas estão enfileiradas em posição frontal, para serem escolhidas para os seus futuros maridos e em *Anjos do sol*, elas têm a mesma organização quando são leiloadas pelos futuros “protetores”.

Os dois protagonistas que aparecem nas tramas de *Desmundo* e *Anjos do sol* são, respectivamente, Francisco – marido de Dona Oribela, e Saraiva – cafetão de Maria. Embora sejam dados como donos e protetores das jovens, eles também são seus opressores. As duas mulheres são estupradas na trama, e ambas têm relação com a religiosidade cristã.

Ambas demonstram resistência à situação em que se encontram e, portanto, de início não põem a termo as escolhas feitas pelos seus tutores, se rebelam, investindo cada uma em duas fugas.

Depois da primeira fuga, ambas as rebeldes têm como resposta o castigo e são algemadas e isoladas do convívio social. Dona Oribela fica presa em um quarto, algemada pelos tornozelos, e Maria, acorrentada pelo punho na cama durante um mês, apenas recebendo os clientes.

Os desfechos dos filmes acontecem depois da segunda tentativa de fuga. Em *Desmundo*, Dona Oribela aparece entregue à situação de maternidade, o que leva o espectador a supor que os planos de retornar para Portugal não mais existem, ou agora são bem mais remotos. Já Maria, foge para o Rio de Janeiro, volta a ser assediada para o mesmo ofício por uma cafetina e, quando consegue se desvencilhar da situação, foge novamente para qualquer lugar na carona de um caminhão, cujo motorista cobra como pagamento justamente aquilo que é o propósito de sua fuga.

As protagonistas

Dona Oribela é trazida de Portugal para atender às necessidades da sociedade colonial, regida pela igreja católica que condenava as relações sexuais entre brancos e índias. A diocese local se responsabiliza pelo pagamento do dote ao seu futuro marido, sendo duas vacas, o valor pago pela transação conjugal. A chegada de Dona Oribela seguida do casamento com Francisco é justamente para compor o prestígio de Francisco, que se casa e passa a construir uma família.

Maria está imbricada em uma cadeia econômica, onde várias pessoas ganham ao comercializar seu corpo. Primeiro, é o seu pai que a vende para um recrutador de meninas. Ele a entrega a uma cafetina e, por esse trabalho, ele tem o seu ganho. A cafetina promove um leilão onde Maria e demais meninas são adquiridas. Ao ser transportada para o prostíbulo, o cafetão passa a explorá-la. Na tentativa de sair dessa cadeia, Maria foge e encontra uma nova cafetina no Rio de Janeiro, que a vende para um francês. Novamente foge, agora para qualquer lugar e, ao tentar a carona de um caminhoneiro, ele lhe cobra como pagamento, o corpo.

Algumas reflexões sobre as relações de gênero

Com o desenvolvimento dos estudos de gênero nos meios acadêmicos, foi aberto um leque de proposições teóricas na tentativa de explicar o *status* da mulher, as relações de poder a que estão submetidas, as interseccionalidades das categorias que as oprimem, seus desafios, lutas e conquistas. Enfim, as mulheres passaram a falar sobre si, contrariando o percurso histórico de até então.

Nos filmes em questão, as relações de poder exercidas sobre as jovens são oriundas de dois homens. Em *Desmundo*, a opressão é representada pelo marido, e em *Anjos do sol*, são vários homens e mulheres que formam uma cadeia de exploração econômica, sendo que Saraiva, o dono do bordel, é o mais constante.

Como os filmes restringem as relações de gênero à heterossexualidade, vamos discutir as/os personagens dentro do modelo binário hierarquizado, mesmo correndo o risco de reafirmar os papéis tradicionais de homens e de mulheres. Hoje, com o feminismo pós-moderno as novas configurações incluem as múltiplas sexualidades que podem desarticular esse binarismo.

Como as tramas dos filmes trazem como foco as resistências das mulheres, é plausível convocar algumas considerações sobre as relações de gênero. Apesar de o senso comum considerar mulheres e homens como detentores de uma essência natural que identificaria características exclusivas para cada um dos sexos, gênero é uma construção social. (SCOTT, 1990) Dessa forma, desde a década de 1970, com o desenvolvimento desses estudos, feministas avançaram ao identificar que o sistema sexo/gênero² traz em seu bojo as relações de poder.

Como nas tramas as protagonistas tentam por duas vezes fugir dos seus opressores, ou seja, exercem resistência ao poder de forma recorrente, não é demais convocar Foucault, e as suas considerações a respeito da circularidade do poder, quando afirma que:

O poder deve ser analisado como algo que circula [...] nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação. (FOUCAULT, 1979, p.183)

Tais pressupostos são inseridos nas dinâmicas das relações de gênero por Heleieth Saffioti (1992) que, ao se referir à posição das mulheres conclui que - “sua subalternidade [...] não significa ausência absoluta de poder”, intuindo sobre a dinâmica que se estabelece entre poder e resistência. Essa mesma autora utiliza o mesmo conceito de circularidade para apontar que:

Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia [...] Como na dialética entre o escravo e o senhor, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania. (SAFFIOTI, 1992, p.184)

Então, mesmo que os homens dos filmes exerçam o poder a ponto de subjugar as mulheres, Maria e Dona Oribela conseguem subverter a ordem hegemônica quando se rebelam, desobedecem, fogem e são também capazes inclusive de sonhar com suas liberdades.

Visto isso, podemos considerar que o patriarcado foi definidor dessa construção, e aliado a esse processo encontra-se a situação de penúria das duas personagens. Dessa forma, não é demais afirmar que classe social é também uma categoria que pode explicar a vida das duas protagonistas.

Dona Oribela vive em uma sociedade pré-industrial, onde a estrutura de parentesco cria uma unidade de produção familiar. Dessa forma, o espaço privado é o palco das funções domésticas, do cuidado com as crianças e das funções sociais, que incluem a aprendizagem de habilidades e técnicas indispensáveis para o desempenho do trabalho de produção familiar. Como as esferas do público e privado não são tão definidas, família, formação e trabalho ocupam o mesmo espaço (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Maria vive em outra época, quando o capitalismo está plenamente solidificado. Como o patriarcado já tinha deslocado a mulher para um menor *status*, o capital conseguiu potencializar essa posição, tratando inclusive de transformá-la em mercadoria. Assim, Maria não se prostitui, mas participa dessa mesma rede ao ser objeto de exploração sexual.

Autoras socialistas tais como Rosaldo (1979), Sacks (1979), Eisenstein (1980), Nicholson (1987) e Hirata e Kergoat (2003) afirmam que a tendência hoje é a de analisar as duas categorias que se interseccionam porque gênero e classe social são coexistentes, ou seja: patriarcado e capitalismo formam um sistema integral, onde um depende do outro e ambos potencializam a ação que discrimina as mulheres. Na análise de classe social, invariavelmente se inclui também a discussão do trabalho doméstico que ainda mantém-se na mão das mulheres. De forma geral, as mulheres conquistaram o espaço público, mas também passaram a lidar com a dupla jornada de trabalho.

Então, as vidas de Maria e de Dona Oribela passam pela questão de gênero e de classe social porque casamento e prostituição são, inequivocamente, instituições que dado os contextos dos filmes, promovem a opressão feminina, seja pela exploração do trabalho doméstico, seja pela exploração do corpo.

Considerando a vida das protagonistas e ainda trazendo algumas contribuições relacionadas a classe social, não é demais citar Engels (2005, p. 70) que, ao lançar mão de um velho manuscrito redigido por ele próprio e Marx em 1846, aponta que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”, e o mesmo autor continua:

Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 2005, p.70-71).

Sem esquecer que Engels, ainda subsidiado pelos escritos de Morgan, aponta que o heterismo³ passa a coexistir a partir da exigência da monogamia feminina, é exatamente esse ponto que justifica a escolha dos dois filmes nesse trabalho - o antagonismo das posições sociais das duas protagonistas (uma vista como mulher respeitável e a outra como útil aos homens, embora de menor valor), que vivem na trama, a mesma condição de opressão/exploração.

Mais de um século depois dos achados de Engels, Carole Patman (1995) analisa o casamento a partir de sua releitura da obra roussoiriana *O contrato social* (1762), para mostrar como as mulheres são oprimidas com o contrato sexual. A obra de Rousseau aponta uma forma de garantir os direitos do cidadão a partir de duras críticas ao absolutismo e ao feudalismo. Ao questionar essas duas forças e ao privilegiar a participação popular, ele propôs limites ao poder soberano.

Considerando que o casamento também é um contrato de cunho social, Patman (1995) analisa o contrato do casamento para questionar como as mulheres podem participar do contrato original se elas não são indivíduos? Para essa mesma autora, o contrato social é uma história de liberdade, enquanto o casamento é uma história de sujeição da mulher. O contrato social é tomado como um instrumento que dá direito à propriedade e o casamento outorga o direito de uma pessoa sobre o direito da outra.

Os discursos

O arranjo que identifica o masculino e o feminino como elementos de um sistema binário, ao ser disseminado pelos discursos, muitas vezes produz retratos sociais, que ao se repetirem também se naturalizam. Dessa forma, a prática do discurso foi determinante para eleger o homem como o protótipo da raça humana e colocou a mulher com menor valor, no mundo social.

O fato não preexiste à sua dimensão textual, de linguagem, de discurso; não temos acesso ao mundo ‘real’ a não ser a partir das representações construídas sobre os eventos. Todo documento é uma versão, uma interpretação do que ‘realmente ocorreu’, da história ‘verdadeira’, esta inapreensível em termos de origem. A produção de representações é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. (REIS, 1992, p. 70).

Como as construções discursivas pertencem às classes hegemônicas, não é novidade que elas funcionem para a manutenção dos modelos da sociedade conservadora. Sobre essa questão Roberto Reis (1992, p.69,70) argumenta da seguinte forma:

O discurso da chamada alta cultura tem, o mais das vezes, estado a serviço do poder e do Estado: os sistemas sónicos, as práticas significantes (a linguagem cinematográfica, da televisão, da ficção, das ciências, da religião) produzem efeitos e moldam formas, de que se tem mais ou menos consciência, que estão relacionadas muito perto com a manutenção ou transformação dos sistemas de poder existentes.

Em consonância com as afirmações de Reis, Teresa de Lauretis (1994, p.211) aponta que - “embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos

em cada sociedade”, havendo um insistente apelo das forças hegemônicas para que essa organização dialógica se mantenha.

Essa mesma autora trata o cinema como uma fonte de aprendizagem do ser homem e mulher. Os dois filmes de certa forma foram baseados na história do Brasil e refletem sobre sua temporalidade, são retratos de 1554 e 2006, respectivamente, onde há o confronto com o mesmo tipo de opressão/exploração sobre o feminino. Se, na representação do passado, as jovens aparecem sendo convocadas para casamentos sem escolha, em 2006, 452 anos depois, novamente são elas que forçosamente são encaminhadas para a exploração sexual. Qual o significado da diferença entre essas mulheres? O que muda em seu *status*?

O processo de construção dos sujeitos, de uma forma geral, cria e recria modelos tanto do dominado como do dominador. Tal engrenagem foi e ainda vem sendo muito utilizadas pelo cinema, em especial no cinema hollywoodiano, mesmo que aqui estejamos nos reportando a exemplos do cinema brasileiro.

Kaplan (1995) propõe análises sociológicas e psicanalíticas para compreender as relações de gênero apresentadas no cinema hollywoodiano. Ela repousa sua crítica sobre o significado do olhar masculino, do qual a mulher é prisioneira. Para ela, os filmes hollywoodianos trazem uma modelagem que serve para educar as mulheres para as restrições do seu sexo. Kaplan (1995, p.201) conclui em sua obra *A mulher e o cinema* que precisamos saber como manipular os discursos reconhecidos como dominantes, para começarmos a nos libertar deles.

Ao analisar os personagens femininos sob os signos do patriarcado, essa mesma autora assinala que o olhar masculino tem colocado a mulher como o outro. Em suas análises fílmicas, ela traz exemplos de clássicos do cinema que, mesmo quando a personagem é subvertora da ordem social, o olhar masculino trata essa

insubordinação, tentando trazê-la para o seu lugar de mulher, como é percebível nos desfechos de ambos os filmes.

É dentro desse modelo, e através da linguagem fílmica, que Lauretis (1994, p.208-9) confirma que “as diferentes tecnologias sociais, como o cinema, os discursos, as epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana,” são as responsáveis pela formação do masculino e do feminino. Para essa autora, gênero é uma representação construída através da história pela produção da arte e da cultura erudita ocidental. Essa construção ocorre em todos os lugares, inclusive alguns inusitados, “na mídia, nas escolas públicas e particulares [...] na família nuclear, extensa ou mono parental”. (LAURETIS, 1994, p.208-209)

Ao analisar filmes infantis, Sabat (2005, p.4) adverte:

[...] se torna importante estarmos atentas/os para as formas através das quais as representações de gênero têm sido reafirmadas na sociedade ocidental contemporânea, contribuindo para educar sujeitos e normalizar condutas.

Considerações finais

Algumas considerações parecem extremamente importantes para concluir a discussão sobre as duas narrativas. As relações de poder e de gênero se intersectam produzindo um modelo hegemônico da heterossexualidade, que assenta o binarismo hierarquizado. Dentro desse modelo é possível convocar o conceito das representações sociais para mostrar que, subsidiadas pelo modelo judaico cristão, elas reforçam novos binarismos, baseados nos mitos de Maria e Eva, que “classificou” as mulheres em santas e putas.

Em ambos os filmes o destino se impõe tragando qualquer possibilidade de resistência das suas protagonistas, que são vencidas pela exaustão. Como o cinema tem o poder de construir e disseminar modelos, percebe-se aqui o paradoxo que Scott (2005) aponta em seu artigo *O enigma da igualdade* no qual discute a diferença e a igualdade, para em seguida mostrar que as políticas afirmativas ao tempo que corrigem injustiças de determinado segmento, também podem reafirmar a diferença. Nas tramas, quando os filmes denunciam a situação de opressão das mulheres, e inegavelmente são filmes de denúncia, eles podem também estar reafirmando os papéis tradicionais de dominação e de subalternidade em que ainda se encontram muitas mulheres.

Além disso, não se pode deixar de arriscar que em ambas as situações as protagonistas estão submetidas ao poder de uma sociedade patriarcal, onde casamento e exploração sexual aparecem como forma de escravizar, dominar, castigar e que, apesar da rebeldia das protagonistas, nenhuma delas foi capaz de libertar-se. Ou seja, Dona Oribela e Maria são vencidas, elas não queriam tal situação para as suas vidas e por isso mesmo elas tentam se safar, mas são derrotadas e retomam os lugares a que foram destinadas desde o início da narrativa.

Em virtude de o casamento e a prostituição serem, às vezes, uma estratégia para o sucesso econômico do feminino em virtude da sociedade de classes, esse não foi o propósito de Dona Oribela tampouco de Maria, porque os filmes mostram muitos de seus momentos de resistência, para finalizar expondo como a engrenagem social funciona para aprisionar os corpos, determinando suas posições sociais.

Embora sabendo que o cinema seja uma das possibilidades de retratar a realidade e que os filmes escolhidos para analisar o *status* feminino tenham imagens que determinam a opressão da mulher,

cabem algumas considerações a respeito das transformações que ocorreram nas últimas décadas.

Podemos afirmar que houve sensível avanço em relação ao status feminino no que diz respeito às questões de liberação do corpo com o desenvolvimento dos métodos anticoncepcionais, com o acesso à educação, a tentativa de enfrentamento da violência doméstica por meio da lei Maria da Penha, da abertura do mercado de trabalho, da criação e desenvolvimento de núcleos de estudos sobre gênero e feminismo, da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e de surgimento da possibilidade de discussão a respeito das relações de gênero, algo que em tempos não tão remotos era inadmissível. Em contrapartida, os jornais diários insistem em mostrar modalidades de investidas masculinas sobre as mulheres, em geral, suas companheiras ou namoradas que sofrem agressões e às vezes morte.

Dessa forma, à medida que o movimento feminista discute e avança, as formas de opressão e violência se metamorfoseiam. *Desmundo* e *Anjos do sol* trazem violências física e psicológica, suas protagonistas aparecem em cárcere privado, em situações extremas de sofrimento, mas que podem ser confundidas com histórias que fazem parte do nosso cotidiano. Apesar de algumas políticas públicas estarem voltadas para a valorização da mulher, inclusive com a pretensão de empoderá-las, tais como a distribuição de títulos de propriedade de terra proveniente da reforma agrária que passaram a ser concedidos às mulheres, ou mesmo o benefício da Bolsa Família que é encaminhado mensalmente para as mães das crianças favorecidas, seus resultados ainda estão aquém daqueles esperados. De forma tal que, apesar das lutas empreendidas pelos movimentos feministas, a interseccionalidade entre patriarcado e classe social ainda continua a produzir Oribelas e Marias.

Notas

- ¹ Segundo Costa (2005, p.4) “Patriarcado é organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio público. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino dominante (arquétipo viril)”.
- ² Termo utilizado por Glayle Rubim em *O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo*. Tradução Edith Piza com supervisão de Heleiceth Saffioti, Campinas, 1998.
- ³ Segundo os estudos de Morgan publicados em 1871 e traduzidos por Engels na primeira edição de *A origem da família, da propriedade privada e do estado* em 1884. hiterismo são as relações extraconjugais – existentes junto com a monogamia – dos homens com mulheres não casadas.

Referências

ANJOS do sol. Direção: Rudi Lagemann. Produção: Luis Leitão. Intérpretes: Antonio Calloni, Chico Díaz, Darlene Glória, Otávio Augusto, Vera Holtz, Fernanda Carvalho, Bianca Comparato. Roteiro: Rudi Lagemann. Música: Flu, Felipe Radicetti e Nervoso. Brasil: Downtown Filmes. 2006. 1 DVD (92 min.), color.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2005. Disponível em: <http://api.ning.com/files/jatjT-suyigBJkgAmwBQGq-KxVR*WZu13Ben1hqarMxDyuyyEAaZX0GsXjJlJWhjVQOIvL02PR-fuKEli0xG4JefJWquwRL0d3/Empoderamento.pdf> Acesso em: 12 nov. 2012.

DESMUNDO. Direção: Alain Fresnot. Produção: Van Fresnot. Intérpretes: Simone Spoladore, Osmar Prado, Caco Ciocler. Roteiro: Sabina Anzuategui e Alain Fresnot. Música: John Neschling. Brasil: Sony Pictures. 2003, 1 DVD (101 min.), widescreen, color. Baseado no livro *Desmundo* de Ana Miranda.

EISENSTEIN, Zillah R. Haccia el desarrollo de una teoria del patriarcado capitalista y el feminismo socialista. In: PATRIARCADO capitalista y feminismo socialista. México, D.F: Siglo XXI, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução, Revisão Técnica Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In.: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Orgs.) **As Novas Fronteiras da Desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- KAPLAN, E. Ann. **A mulher e o cinema**: os dois lados da câmera. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico. In: BENHABIB, Seyla ; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- PATMAN, Carole. **El contrato sexual**. Trad. Maria Luisa Femenías. Barcelona: Antropos; Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana, 1995.
- REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, Luis José **Palavras da crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago/Biblioteca Pierre Menard, 1992.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROSALDO, Michelle. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SABAT, Ruth. Imagens de gênero e produção de cultura. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. (Orgs.). **Gênero em discursos da mídia**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.
Tradução SOS: Corpo e Cidadania. **Revista Educação e Realidade**, v. 16,
n. 2, jul./dez. 1990.

_____. **O enigma da Igualdade**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis-SC., v.13. n.1, 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 25 de out 2012.

AS HERDEIRAS DO COLONIALISMO NA AMÉRICA LATINA

Carolina Guzmán
carlinaguzman@hotmail.com

Este artigo pretende fazer um recorrido entre alguns dos processos de construção da América Latina e sua população, especialmente as mulheres, baseado no colonialismo, na colonialidade e no eurocentrismo. Pretendemos analisar os processos de construção das sociedades, do machismo e do poder, a partir de um olhar histórico que dê conta dos caminhos seguidos desde a conquista até alcançar hoje determinadas crenças nas quais as mulheres são consideradas objetos e não sujeitos com direitos.

Durante vários séculos, as mulheres, como os negros, os indígenas e as crianças, têm sido considerados sujeitos inferiores, com base em uma ideia eurocêntrica que chegou à América Latina e construiu um cânone, um lugar de fala e uma representação simbólica e discursiva que tinha como parâmetros o homem branco, europeu e de classe social alta, “La exclusión fue un principio constitutivo de identidad”.

des y actores sociales en la sociedad clásica latino-americana en la medida que fue asociada a formas de explotación y dominio”. (GARRETON, 2003, p. 52) Foi assim que se formaram os sujeitos latino-americanos no processo da conquista, que até os dias atuais, da conta desses discursos racistas e machistas expressados nas mais variadas formas. Influenciadas por esses discursos, constroem-se as identidades latino-americanas, como diz Quijano (2005, p.1):

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder.

Entender quais foram às implicações dos ditos processos, permitirá ter uma completa ideia das suas significações na formação da América Latina. Assim, por uma parte encontra-se a ideia de raça entre o novo mundo e os conquistadores e por outra parte, o controle do trabalho. No primeiro tópico, a raça nasceu com a ideia que os povos conquistados eram biologicamente inferiores aos conquistadores (QUIJANO, 2005), o que resultou no aparecimento de categorias como negro, branco, índio, mestiço. Ou seja, a ideia de identidade, nessa época, surge a partir da noção de diferente enquanto existia alguém que fosse superior ou inferior do outro, porém, desigual no acesso ao trabalho, casa, comida, direitos, dignidade, vida ou inclusive a morte. Baseando-se nessa ideia, foram sendo distribuídas as riquezas, os locais de trabalho e as posições na escala social.

É na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabeleci-

das como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p.2)

A raça converteu-se no melhor mecanismo de dominação dessa época. A latino América foi construída sobre esse conceito e identidades como negro, índio e mulher construíram-se na relação de hierarquização, superior-inferior, dominado-dominante. Foi “através de la razón moderna eurocentrada que organizaba el mundo en oposiciones binarias que se estructura una órden cuya lógica es la dominación”. (LEÓN, 2010, p. 42)

Apesar das identidades serem móveis, com o passar do tempo e a história, elas são marcadas pelas bases como foram construídas. Neste caso, essas marcas foram influenciadas tanto pelas culturas europeias como pelas culturas nativas. O conceito de identidade tem sido definido por Garreton (2003, p.57) como a: “expresión cultural de la pertencia a un espacio por parte de personas, individuos y colectivos. Esto implica la forma en que se perciben a sí mismos y a otros.” Espaços aos quais as mulheres pertencem quando mais em estado de exclusão e discriminação. Nesse sentido, questões tais como: Como são percebidas pela sociedade hoje em dia as mulheres? Como a mulher percebe a si mesma? Será que a ideia de sujeito dominado (mulher) mudou? Estas perguntas surgem para interrogar a ideia de uma mulher submissa que ainda permanece nos imaginários coletivos. Porém, com a diferença que agora também a mulher é pensada, não só como dominada e relegada para a casa e filhos, mas também como objeto por parte desses homens que as dominam.

A base do capitalismo, segundo Quijano (2005) encontra-se na Europa, que impôs seu domínio colonial sobre toda a América Latina, partindo dessa ideia eurocentrista, o capitalismo, e com ele o consumismo, tem várias formas de se expressar e se relacionar com as pessoas. Por um lado, tem a ver com a obtenção de mão

de obra barata para produzir trabalho e bens materiais, a câmbio de salários baixos e condições humanas ruins. E por outro, com as novas formas de consumismo: entendido como um consumo de objetos banais, determinados pelo mercado.

É importante falar do início do capitalismo já que esse foi o segundo processo histórico de organização do poder. A relação trabalho-sujeito-salário chegou para definir as relações de poder e a distribuição dos espaços, as mesmas que configuraram segundo Quijano (2005, p.3) “um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder”, deixando os negros, os índios e as mulheres, na escala de mão de obra barata, ou no caso específico das mulheres limitadas ao trabalho da casa, dos filhos, do privado.

É a partir dessa ideia de controle euro e androcêntrico, que as mulheres são criadas como sujeitos inferiores, reforçadas por uma história de submissão que tem marcado os imaginários, tanto europeus como latinos. Assim, em base a ditas crenças foi “pensada de manera analógica toda otra serie de relaciones de dominación que surgen en los campos de la sexualidad, la autoridad, la subjetividad y el trabajo con la instauración de la modernidad-colonialidad”. (LEÓN, 2010, p. 42)

Nessa dominação totalitária, a mulher ficou por fora, sem direito a opinar sobre sua possível atuação no campo masculino, e de fato em nenhum campo. Europa, com a ideia de “superioridade” frente ao novo mundo marcou as relações entre os seres humanos criando um “jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa”. (QUIJANO, 2005, p. 10) Com isso criaram-se os binarismos: público-privado, cultura-natureza, superior-inferior, sujeito-objeto e homem-mulher. Marcando ainda mais a postura inferior da mulher para com o homem que já existia nos povos colonizados.

Extrapolando tudo isso na época atual da América Latina, a ideia do superior vem relacionada com o externo, a Europa e também os Estados Unidos, dessa forma o que vem de fora é o mais valioso, é o que tem o poder. Porém, os latino-americanos, marcados pela colonização, constroem-se, em sua maioria, com ideias de inferioridade, de coisas que não lhes pertencem, criando uma subjetividade alheia, mas que por sua vez, é também parte fundadora deles mesmos. Segundo Ferreira (2005), a hierarquização do outro nasce da ideia que esse outro, os chamados primitivos, devoravam uma cultura superior, a eurocêntrica, que chegou desde Europa a América Latina com a colonização. Por tanto, a cultura eurocêntrica tornou-se o modelo e junto com ela instituíra-se todos seus valores, normas, leis, pensamentos, tradições, etc. No entanto, a construção dos sujeitos latino-americanos tem parte da Europa, mas também das diversas comunidades que existiam antes de chegada dos conquistadores, e das tribos que eles também trouxeram de fora. Essa construção identitária, influenciada pelo poder eurocêntrico e seus ideais, enfatizou as relações de poder e, em consequência, definiu os lugares dos excluídos e dos sujeitos nas sociedades. Isso fez com que as pessoas naturalizassem tais situações sem quaisquer questionamentos. Como foi o caso da mulher.

Porém, essa naturalização do poder colabora com a construção dos imaginários e, ligando ao que se quer trabalhar neste artigo, o papel de submissão da mulher também tem sido pensado como normal, sua posição de subordinação frente ao homem acaba sendo habitual. O estado de colonização termina sendo naturalizado na América Latina, dado que, com o passar do tempo, as pessoas perdem a memória histórica e, com ela, o senso crítico relativo às implicações do eurocetrismo nas suas vidas.

Mas, qual é o problema de pensar isso como “normal”? O problema se dá, por exemplo, quando se vê, com normalidade imagem

publicitária de uma mulher nua vendendo um carro ou promovendo com seu corpo a venda de uma cerveja. Nessa imagem, carregada de poder simbólico, a mulher se vê como parte desse objeto a ser consumido já que, somada ao carro e a cerveja, ela também torna-se um objeto de consumo. É um pacote único. Aqui se faz um paralelismo do que Barriendos (2010, p.147) denomina como a “exclusão inclusiva del mal salvaje”, o que quer dizer que se dá um desaparecimento do “sujeto a través de hacerlo visible como objeto”. A mulher, como os negros e os índios, ainda são considerados seres de raça inferior. Desse lugar, as mulheres tornam-se um ícone bastante presente nos sistemas comerciais da produção mediática e isso reforça o lugar recorrente nas estratégias simbólicas do poder de consumo das massas. Poder que, através das imagens publicitárias, utiliza o corpo feminino, sua beleza e juventude como material promocional dos produtos de venda do mercado, já que:

[...]uno de los efectos de la colonización del poder y el conocimiento fue la asimilación de la multiplicidad de culturas visuales al orden binario del eurocentrismo que asigna lugares hegemónicos y subalternos. (LEÓN, 2010, p. 43)

É importante destacar neste ponto o papel primordial que tem o poder no jogo do consumismo, entendendo que o poder não está solto, é dirigido por pessoas, grupos, instituições, que o encaminham aos seus interesses. Como diz Ana Pizarro (2006, p.22), “este crescimento exagerado do mundo simbólico é veiculado pelas indústrias culturais em processos que operam em escala global, como sabemos, e tem uma condução transnacional de grupos de poder.” São esses grupos que, através das mídias, no caso específico deste artigo, utilizam a publicidade e as imagens para reduzir a mulher a um simples objeto de consumo. Utilizam imagens que violentam simbolicamente aos sujeitos

através de várias perspectivas. Além da impossibilidade de acesso aos bens de consumo, devido aos ingressos econômicos, cria-se a frustração da desigualdade porque estão inabilitados daquele mundo de beleza e poder mostrado pela publicidade. Por outro lado, as mulheres são violentadas quando o mercado utiliza seu corpo como objeto de consumo e ainda mais quando esse corpo é belo, magro e loiro, ou seja, responde aos padrões hegemônicos da publicidade e o consumo.

Os sujeitos são influenciados pelo sistema, segundo Canclini (2008, p.32)

[...]o que nos une é o que nos vendem. Numa época em que as empresas fabricam não apenas bens úteis, mas também atitudes, estilos de vida e aparências pessoais, as marcas globalizadas vinculam milhões de consumidores.

E também fabricam corpos estereotipados para serem consumidos. Nessa corrente consumista, as pessoas fazem o possível e o impossível, para tentar ter o que o mercado marca e determina. Em resposta aos interesses de poder, as subjetividades, os imaginários, as representações, os discursos e as relações ficam interferidas. Tanto a colonialidade, como o capitalismo, vem marcando a construção das subjetividades nos latino-americanos, e neste caso, das mulheres, através das

[...]lenguas, los códigos de las miradas y la visualidad se interseccionan con los demás órdenes jerárquicos de la modernidad-colonialidad y sirven como parámetros para la racialización e inferiorización de las poblaciones``.
(LÉON, 2010, p. 43)

Segundo Barriendos (2010) no seu texto "La Colonialidad del Ver", foi através das imagens religiosas que os indígenas do Caribe foram conquistados em num primeiro momento, já que os conquistadores não sabiam falar os idiomas nativos, apresentavam

suas imagens religiosas com o fim de “civiliza-los” ou “culturiza-los”. Foi com base na “lógica etnocêntrica sobre la que se ponen en marcha los procesos de inferiorización racial y epistémica que han caracterizado a los diferentes regímenes visuales de la modernidad-colonidad”. (BARRIENDOS, 2010, p. 134) Nessa referência de hierarquias estéticas, criam-se os estereótipos visuais e culturais, segundo o que achavam lindo os conquistadores, decidiam o que tinha que se manter, o que tinha que desaparecer das populações indígenas, e com eles de seus imaginários, de suas subjetividades, modificando suas vidas. Pode-se pensar que, foi partir dessa colonialidade do ver que os imaginários têm suas raízes. Não na ideia exclusiva do religioso ou do indígena, mas sim da ideia de colonizar ao outro em base ao que “eu” acredito que é bom, belo e vale a pena ser consumido.

A dominação ao outro através das imagens, e o que a publicidade faz. Ela elege certas imagens: mulheres lindas, magras, com bundas enormes, corpos perfeitos, gostosas, para promover a venda de artigos, predominantemente masculinos. Ou seja, a publicidade utiliza as imagens como forma simbólica de poder para conquistar os imaginários masculinos para consumirem, e ao mesmo tempo para conquistar os corpos femininos como objetos de consumo.

O binarismo que tem se desenvolvido, através dos:

Regimes hierárquicos e epistêmicos de racialização da alteridade, pois a partir desses elementos que articulam as matrizes binárias de gênero, classe, raça, etc, e reproduzir estruturas biopolíticas do patriarcado, o capitalismo, o desenvolvimentismo, multiculturalismo, multiculturalismo, da globalização, etc. (BARRIENDOS, 2010, p. 137)

Marcaram as relações sociais, culturais e imaginárias reforçando ainda mais a ideia de que o homem é melhor que a mulher. Com as raízes compósitas dessa história, a publicidade trabalha a venda dos seus produtos. As campanhas de marketing jogam

com os imaginários coletivos, que vão detonar no inconsciente, para que seus produtos sejam vendidos através do uso, e abuso, das imagens.

Resumindo, foi através desse caminho histórico, colonial, eurocêntrico e machista, entre outras coisas, que construíram-se as representações e os imaginários do latino-americano, definindo as relações entre homens e mulheres, a divisão do trabalho, e com ele as posições sociais, que tinham as mulheres, reforçando o papel de inferioridade frente ao homem, marcando assim sua subjetividade. No entanto, o presente artigo se interessa diretamente sobre os processos coloniais, não deve-se deixar por fora a história própria de cada um dos povos latinos, que por sua vez também interferiram nas construções do feminino e do masculino. Tema que se trabalhará em outro momento.

Considerações finais

O que começou a formar-se com a América, tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005, p. 13), e neste artigo pode se somar a colonialidade do ver. Porém, as mudanças que têm que se dar nesses campos abarcam um sem número de situações, subjetividades, opções e discursos que tem que estar ligados a uma criação de lugares de falas, de respeito de direitos, de mudanças de paradigmas e de novos enunciados desses povos negros, indígenas, latinos e sobretudo dessas mulheres que não conseguem se libertar do sistema. Situações nas quais estejam contemplados suas próprias expressões, seus desejos, seus olhares, suas subjetividades e opiniões e sobretudo seus direitos como seres humanos.

Uma forma de inclusão pode se dar através da quebra dos binarismos, inferior-superior, bárbaro-civilizado, dominante-dominado. Ferreira (2005) propõe no seu texto “Só Antropofagia no Une” que a antropofagia tem a intenção de acabar com as desigualdades sociais e incluir aos sujeitos. No caso das mulheres, pode ser uma forma de dar um lugar, de dar o lugar que as mulheres têm direito:

Escolhemos outra perspectiva para nos interpretarmos e nos posicionarmos enquanto gente das Américas, herdeiros de muitas tradições em conflito e em conciliação. [...] O conceito de antropofagia dentro e fora do contexto brasileiro, refletindo uma busca de superação das desigualdades sociais. (FERREIRA, 2005, p. 3)

É preciso refletir sobre a necessidade de trabalhar a desierarquização para superar as desigualdades culturais que afligem os países da América Latina, e as suas mulheres. Nessa proposta, pode se pensar nas periferias e nos grupos minoritários como sujeitos de direitos, sujeitos inclusos nos discursos de poder. Sujeitos com culturas, pensamentos, sensações e até emoções.

A anti-hierarquização, expressão mais impactante da antropofagia, propõe desmobilizar os mecanismos de opressão e exclusão com que as sociedades americanas têm-se organizado. A antropofagia *oswaldiana* vem “desnaturalizar” os lugares construídos para os excluídos do discurso hegemônico: índios, negros, mulheres, pobres, homossexuais, adolescentes, caipiras. (FERRERIRA, 2005, p. 6)

No entanto, assim como os considerados selvagens estavam à margem da civilização, as mulheres estavam, e estão, à margem do mundo masculino, ainda é possível mudar esses lugares. As mulheres podem devorar a cultura machista, mas para lutar contra ela. Conhecê-la tão de perto e transformá-la para que a mulher tenha seu espaço no mundo. O texto de Ferreira, fala da

necessidade de saber entender e aproveitar as coisas externas e as internas de cada cultura. Assim, a Europa colonizou a América Latina e impôs seus valores e ideias, mas também foi lá que as ideias dos direitos vinham sendo trabalhadas, processo que ajudou na luta das mulheres por sua inclusão no mundo atual.

Porém, é indispensável uma reconciliação, pensar na alteridade como oportunidade para se construir como sujeito multicultural, sem que uma cultura esteja sobre a outra. É preciso romper com o binarismo eurocêntrico culto-selvagem, superior-inferior, dominado-dominante, para dar passo aos sujeitos como tal, visibilizá-los, inclui-los. A dinâmica do binarismo nega, ou realça, um conceito sobre outro, mantendo o jogo de poder e de hierarquização, que é necessário mudar para que seja possível criar um conceito completo, unificado, total, inclusivo de que existem os seres humanos, sem estar uns sobre outros. Entender que é possível tomar todas as partes das culturas das quais o sujeito é parte, para dar sentido a esse ser humano mestiço e multicultural que é o homem e a mulher latino-americana. A ideia do antropofagismo é valorar, reivindicar, superar as desigualdades, desierarquizar as culturas, os pensamentos machistas, já que:

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. (QUIJANO, 2005, p. 23)

É necessário trabalhar a esfera pública do controle do corpo feminino por parte dos homens. Mudando a falsa ideia, os falsos parâmetros e construtos da suposta inferioridade da mulher, e não só do pensamento masculino, senão também de alguns

pensamentos femininos. Para isso há que desconstruir o “régimen visual eurocêntrico, mercantil-capitalista y racionalizador”, (BARRIENDOS, 2010, p. 140) que vem dominando por séculos os imaginários, as leis, os discursos. O poder euro e androcêntrico é um poder vertical e ditatorial que manipula o consumo, as indústrias e os governos. Com base nessa ideia deve-se deixar de pensar o poder como vertical, para pensá-lo de forma horizontal, que abre a possibilidade de criar lugares de enunciação de subjetividades individuais.

Assim também, é importante pensar na necessidade de demandar, e sobretudo, dar conta das injustiças que estão sendo cometidas em nome de certos grupos de poder. Denunciar este tipo de situações de desigualdade permite, de uma ou outra forma, informar aos indivíduos que, ainda hoje, existem pessoas, negros, índios e mulheres vivendo em situações desfavoráveis, de dominação, racismo e machismo, que interferem como seu desenvolvimento como sujeitos e o livre exercício dos seus direitos como seres humanos, ``es simplemente una cuestión de rescate y de lucha por la dignidade humana y por los derechos básicos, em términos de derechos humanos``. (GARRETON, 2003, p. 81) Direitos que dão conta dos lugares de fala da cada sujeito, como homem, mulher, criança, negro, gay, branco, índio, reconhecendo o valor cultural ao qual pertencem para que assim possam viver e existir desde seu lugar de reconhecimento. Como sujeitos enquanto vivem e falam, com um passado, um presente e um futuro que marcam sua identidade, sua história, e a forma como cada um se constrói. É pensar o poder não de forma dominante senão pensá-lo como a capacidade de oferecer uma expressão própria aos indivíduos, criando diálogos e espaços nos quais seja possível transitar e os sujeitos possam se posicionar.

Referências

ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. Só a antropofagia nos une. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. p. 83-106

BARRIENDOS, JOAQUÍN. La colonialidad del ver: visualidad, capitalismo y racismo epistemológico. In: SCHLENKER, Alex et al. **Desenganche: visualidades y sonoridades otras**. Quito: La Tronkal, 2010, p.130-156

GARRETÓN, Manuel Antonio. (Coord.) **El espacio cultural latinoamericano**. Bases para una política cultural de integración. Santiago: Fondo de Cultura Económica / Andres Bello, 2003

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. Trad. Sergio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008. p. 29-40

LEÓN, CHRISTIAN. Visualidad, medios y colonialidad. Hacia una crítica decolonial de los estudios visuales. In: SCHLENKER, Alex et al. **Desenganche: visualidades y sonoridades otras**. Quito: La Tronkal, 2010, p.34-52

PIZARRO, ANA. **A situação cultural da modernidade tardia na América Latina EM: O Sul e os Trópicos: Ensaio de cultura latino-americana**. Niteroi-RJ: Universidade Federal Fluminense. 2006. p.17-23

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO. 2005. p.227-278. Colección Sur Sur.

A MULHER IDOSA EM NARRATIVAS FÍLMICAS

Ana Regina Messias
anina.messias@gmail.com

O avançar da idade já não é, para muitos, sinônimo de decadência e isolamento. (PEIXOTO)

O olhar apresentado neste artigo se dá por meio das protagonistas de dois filmes da cinematografia brasileira: *Dora – Central do Brasil* (1998) e *Dóris – Depois daquele baile* (2005) e se fundamenta na dissertação intitulada *Um olhar sobre a mulher idosa em narrativas fílmicas brasileiras*, uma vez que o filme é uma reconstrução da realidade e o cinema torna os indivíduos testemunhas da ação ali representada.

Dora e Dóris estão na velhice, período considerado como o último da vida normal, caracterizado pelo enfraquecimento das funções vitais, estado de redução das forças físicas e das faculdades mentais, como, também, certas transformações com a passagem do tempo, entre elas as rugas, os cabelos brancos, sinais esses denunciados por meio do corpo. E a mulher idosa, na atual sociedade, é caracterizada com atributos negativos, ao sugerir nela a imagem de um corpo

“imperfeito”, “enrugado” e “enfraquecido”. O corpo, porém, não revela por si só o envelhecer, é a velhice que, enquanto estigma, instala-se nele.

Para Simone de Beauvoir (1990, p. 345), velhice é “o que acontece às pessoas que ficam velhas”. E, segundo a pesquisadora Guita Debert (1999), a velhice não é uma categoria natural, mas uma categoria que é socialmente construída, isto é, que faz distinção entre um fato natural (ciclo biológico, do ser humano) e um fato universal (fatores sociais e históricos), os quais proporcionam formas diferentes de se conceber e viver o envelhecimento.

A chamada “revolução da longevidade”, ou seja, o envelhecimento populacional está ocorrendo no mundo e no Brasil, e passa a ser um dos desafios para o século XXI. Esse fato indica a necessidade de formulação de políticas públicas destinadas a atender essa população com idade cada vez mais avançada, uma vez que a recessão e a crise fiscal em vigência inibem a ampliação do sistema de proteção social para os diversos grupos etários e, também, para o grupo de idosos. Assim, se faz necessário repensar a situação desse grupo, em particular a mulher idosa, porque o envelhecimento populacional está relacionado a uma vasta lista de questões sociais não resolvidas, como: pobreza, exclusão da população e desigualdades vigorantes nessas sociedades (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Esse rápido processo de envelhecimento no país, segundo Ana Amélia Camarano (2010), está relacionado à queda da taxa de fertilidade e à redução da mortalidade nas idades avançadas. Isso pode ser explicado por fatores como o uso de contraceptivos (que influenciam na redução do tamanho das famílias), e o novo papel da mulher na sociedade (melhor nível de educação e ingresso ao mercado de trabalho, por exemplo). Esses fatores levam a acreditar que o Brasil, ao experimentar o processo rápido de envelhecimento neste início de milênio, deixa de ser um “país de jovens” e passa a ser considerado um “país de população idosa”.

Assim, em uma sociedade em que “a cultura é a parte do ambiente que é feita pelo homem” (SANTAELLA, 2010, p. 31) e em que o cinema é meio de comunicação considerado sinônimo de mídia; difusor de modelos sociais e culturais que ajuda os indivíduos a se comunicarem entre si; que torna os indivíduos testemunhas da ação ali representada e auxilia na recepção ou transmissão da informação e, uma vez que o filme pode ser uma reconstrução da realidade, cabe analisar a mulher idosa na contemporaneidade, atentando para como essa mulher atua hoje, para as mudanças sociais por quais ela passa, observando, como dito acima, as protagonistas dos filmes *Central do Brasil* e *Depois daquele baile*.

A Mulher idosa na sociedade antiga e nos dias atuais

Informações sobre as mulheres, até o começo do século XX, eram conseguidas por meio de cartas e diários escritos pelas que viviam naquela época. Porém, muitas dessas informações foram destruídas pelas casadas, porque desejavam se adequar, conforme nos diz Rocha-Coutinho (1994), aos padrões socioculturais do silêncio e quietude femininos. Por meio da recuperação da história oral e autobiográfica, a história das mulheres passou a ser valorizada e contada, não só no espaço doméstico privado, mas, também, no espaço público.

A realidade da velhice da mulher nas sociedades antigas não é fácil de ser conhecida pelos historiadores, embora se diga que a vida naquela época era muito dura. Os indivíduos deveriam possuir boa saúde e resistência física para superar as inúmeras enfermidades, como descreve Mascaro (2004, p. 25): “a velhice começava cedo e a longevidade era rara e ‘selecionada’ [...], porque cuidar da saúde era privilégio de uma minoria abastada”, e não existia

opinião formada ou institucionalizada a respeito da aposentadoria dos trabalhadores.

O feudalismo foi estruturado e desenvolvido na Alta Idade Média, período em que as mulheres idosas tinham condição de vida muito difícil, de muita inferioridade e “o destino que aguardava essas idosas era solidão e pobreza” (MASCARO, 2004, p. 30). No Renascimento existia uma exaltação à beleza e ao vigor dos corpos jovens, especialmente o corpo feminino. A imagem da mulher idosa era desprestigiada, sendo ela “comparada muitas vezes a uma feiticeira¹”. (MASCARO, 2004, p. 31)

É no final da década de 1950 e início dos anos 1960 que a população mundial de idosos começa a aumentar. Nos países desenvolvidos, este aumento decorre de fatores como a queda de mortalidade, grandes conquistas do conhecimento médico, urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal e ambiental tanto em residências como no trabalho, além da decorrência dos avanços tecnológicos.

No Brasil e demais países em desenvolvimento, nos últimos 60 anos, a ampliação da expectativa de vida é evidenciada pelos avanços tecnológicos relacionados à área de saúde, como a criação de vacinas, antibióticos e quimioterápicos que tornaram possível a prevenção ou cura de muitas doenças.

Devido a essa explosão demográfica, a noção de velhice surge como etapa diferenciada da vida e as diversas discussões e mudanças específicas reordenam o seu curso e motivam condições para o indivíduo que chega à velhice, em virtude de fatores fundamentais e determinantes, como: formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias.

Como diz Tavares (2005, p.101), esse fenômeno demográfico que eleva a expectativa de vida e de maior proporção do número de

idosos nas sociedades, particularmente nos países em desenvolvimento, “tem gerado espanto e suscitado debates sobre a velhice e o envelhecimento em todos os âmbitos, quer sejam leigos, científicos ou governamentais”.

É possível observar, portanto, que a idosa cada vez tem mais esperança de vida. Apesar dessa esperança de vida, Délcio Lima (1998), em sua pesquisa sobre as consequências do envelhecimento populacional no Brasil, identificou que a sociedade se desinteressa pelo idoso, entende que ele não tem futuro, que já desempenhou seu papel no mundo, argumenta que ele não tem razão para viver, pois cumpriu seu percurso natural e deve aguardar a morte para desistir da vida.

Esta representação da velhice que Lima (1998) aponta está relacionada à imagem presente na teoria do desengajamento². O envelhecimento bem sucedido é mais provável de ser conseguido pelas pessoas que permanecem engajadas na sociedade. Na cultura brasileira nem todos desengajam e isso é evidenciado pelo crescente número de pessoas com mais idade que permanecem empregadas, saudáveis, política e socialmente ativas, como as protagonistas dos filmes em estudo.

No Brasil, atualmente, uma vez que para a Organização Mundial de Saúde (OMS) uma população está envelhecida quando a proporção de pessoas com 60 anos ou mais atinge 7%, é possível observar idosos engajados socialmente, com visibilidade e capacidade de organização dessas pessoas como grupo específico por meio de associações e sindicatos.

Esse grupo de pessoas surge com a aposentadoria. E a aposentadoria nasce como uma instituição social que visa assegurar aos indivíduos renda permanente até a morte, conforme crescente necessidade de segurança individual, marca da atual sociedade.

Nesse grupo, o aposentado aparece e é chamado por Júlio Simões (2004, p. 28) de “ator político”, passando a ser identificado de várias maneiras, até mesmo, politicamente, como indivíduo que compartilha o mesmo espaço social. Foram esses novos atores – homens e mulheres – por meio da organização de grupos que alcançaram a aposentadoria e a criação de lei e estatutos.

Com a aposentadoria, porém, isolamento e angústia são sentidos. Isso se dá mais pelos homens do que pelas mulheres, pois segundo Debert (1998) existem diferenças na forma de sentir a aposentadoria por homens e mulheres, ou seja, os homens possuem maiores dificuldades de adaptação neste período, quando eles se dedicam a atividades que antes não tinham tempo como a leitura e a prática de esportes, as quais implicam em passar um tempo maior no espaço privado da sua casa, uma vez que estabeleceram suas relações ao longo de suas vidas, no espaço público e no mundo do trabalho.

Muitos dos homens idosos, assim como não se interessam pelas atividades da casa, também não demonstram interesse pelos grupos de convivência para terceira idade. Assim, esses grupos de convivência são compostos, basicamente, por mulheres, pois elas, no decorrer da vida, além do papel de trabalhadoras, desempenham outros papéis sociais significativos, são mais ligadas à família e ao espaço privado do lar, adaptam-se mais facilmente à aposentadoria e preferem atuar no lar, participar dos grupos de convivência, passear e viajar.

Os idosos, após a aposentadoria, procuram a reinserção no mercado de trabalho. A reinserção é muito importante, uma vez que o emprego é instrumento para a satisfação de necessidades materiais do trabalhador e de sua família. Cabe ressaltar que muitos idosos associam trabalhar não só à sobrevivência, mas também a elementos que compõem o perfil de um excelente trabalhador,

como honestidade, solidariedade, fé, bom desempenho de papéis familiares e sociais.

Para muitos dos idosos, é de suma importância manter-se em atividade. E no Brasil, em finais do século passado e início deste novo milênio, o quadro de preconceito com relação à conservação do idoso no mercado trabalho começa a mudar e o país se organiza e procura formas para absorver os idosos que desejam e necessitam permanecer produtivos.

Assim, no decorrer dos séculos, a visão sobre o idoso tem sofrido mudanças e a criação da Gerontologia³ foi a possibilidade de se entender a velhice como um processo inerente à vida, sem mais se preocupar em encontrar uma “cura” para o envelhecimento biológico (SANT’ANNA, 2000).

Entre os estudos sobre envelhecimento populacional, uma área que tem recebido muita atenção é a “feminização da velhice” (CAMARANO, 2003, p. 35), uma vez que há menor mortalidade feminina, as mulheres predominam entre a população idosa, ou seja, homens morrem mais cedo e mulheres vivem mais.

Se as mulheres vivem mais, cabe, portanto, observar as condições de vida da mulher idosa, atentando para sua inserção na família e na sociedade. Camarano (2003, p.35) prossegue:

A maior preocupação com a questão do envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre do fato de se encarar esse contingente como dependente e vulnerável não só do ponto de vista econômico, como também de debilidades físicas, o que pode acarretar perda de autonomia e incapacidade para lidar com as atividades do cotidiano. [...] É inegável que a idade traz vulnerabilidade, mas o momento em que se iniciam, bem como a sua intensidade, são diferenciados por gênero, raça, grupos sociais etc.

Nos dias atuais, portanto, para que a mulher idosa tenha uma boa qualidade de vida e bem estar é importante observar sua moradia e convívio com a família, pois é no seio da família que ela participa de um ambiente onde, por meio da individualidade de cada um, é possível a identificação com o companheirismo, o respeito, a dignidade.

Mulher idosa, afetividade e sociabilidade

Conforme dito acima, a “feminização da velhice” tem ganhado muita atenção, pois, “quanto mais idoso é o contingente, maior é a proporção de mulheres” (CAMARANO, 2003, p. 37). As mulheres, porém, experimentam maior probabilidade de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa, porque a maioria delas não teve um trabalho remunerado durante a sua vida adulta.

Para muitas dessas mulheres, mais que para os homens, com o envelhecimento ocorre maior período de debilitação biológica. Elas, porém, mais que eles, participam de atividades extra domésticas de organizações e de movimentos de mulheres, cursos especiais, viagens, grupos de sociabilidade e até trabalho remunerado temporário (CAMARANO, 2003).

O “lugar social do idoso” (LENOIR, 1998), em momentos históricos distintos sofre mudanças de uma sociedade para outra e em uma mesma sociedade, em particular para a mulher idosa, em classes e grupos sociais diferentes; e as idades, definidas socialmente se modificam de acordo com a composição da população.

A forma de viver em sociedade é tratada por Antony Seeger em sua pesquisa sobre os índios Suyá:

Uma das lições mais importantes que os Suyá repetidamente me ensinaram foi que aquilo que com muita fre-

qüência eu tomava como sentimentos ou comportamentos individuais era, na verdade, a expressão de sentimentos e comportamentos culturalmente definidos, adequados a determinada categoria de pessoas. Essa descoberta é fundamental para a Antropologia em todas as suas formas, e foi especialmente importante para compreender as atividades aparentemente excêntricas dos membros da classe de idade de pessoas velhas, os *wikényi*. (SEEGER, 1980, p.62)

Esse autor fala de comportamentos culturais e acrescenta que entre os Suyá: “As mulheres velhas normalmente não se tornam tão dependentes quanto os homens velhos. Estão intimamente envolvidas nas atividades domésticas de suas filhas [...]” (SEEGER, 1980, p.62). Isso pode ser observado nos dias atuais de nossa sociedade, pois as idosas se envolvem nas atividades domésticas de suas filhas, cuidando dos seus lares e de seus filhos (seus netos).

Mesmo com o fato do avançar da idade trazer vulnerabilidade à idosa, e o contexto social atual demonstrar certo descrédito quanto a ela, essa mulher está vivendo mais e em melhores condições de vida. Isso se deve como diz Camarano (2003, p. 41), “à ação conjunta de três fatores: a ampliação da cobertura previdenciária, o maior acesso aos serviços de saúde e o crescimento da tecnologia médica”.

Quando se fala de saúde, cabe buscar entender a velhice e a morte como fenômenos patológicos; fenômenos esses que abrem probabilidades de ações práticas que podem retardar, amenizar ou até anular os efeitos do envelhecimento e “enganar” a morte (MORIN, 1997). Cabe ressaltar, porém que o homem ocidental contemporâneo tem avançado cientificamente, particularmente ao desenvolver substâncias e técnicas que contribuem para o aumento do tempo da juventude e para uma vida mais longa.

O homem continua em busca de uma vida mais longa, de rejuvenescer, e segundo Myrian Lins de Barros (1987, p.187):

A pessoa realiza revisões sucessivas durante a vida e a revisão nessa etapa [na velhice] parece se dar também em função do conhecimento no fim da vida e da proximidade da morte.

A presença da morte já faz parte desse momento da vida: vários parentes e amigos de sua geração já morreram, bem como, evidentemente, das gerações ascendentes. Essa presença por si só traz a força da revisão da vida e também a familiaridade com a ideia do fim.

Não é fácil sentir familiaridade com a morte, uma vez que é tendência do ser humano pensar não na sua morte, mas na do outro. O mesmo se dá com relação à velhice, ou seja, se pensa que apenas o outro envelhece. Esse fato demonstra o receio de se encarar a velhice, porque o indivíduo passa por transformações vitais determinadas a todo ser vivo, e é na maturidade que ele tem mais consciência da finitude, repensa o passado, observa o presente e imagina futuro.

É notório que envelhecer é diferente de pessoa para pessoa, isso se dá devido a fatores como tempo, hereditariedade e meio ambiente, os quais exercem influência com o passar dos anos. E a mídia interfere na concepção da sociedade e influencia o idoso, que passa a se comportar como ela o apresenta. E a idosa ativa, gosta de viver, quer viver mais, quer qualidade de vida, bem estar. (MASCARO, 2004)

Qualidade de vida está relacionada à autoestima, ao bem-estar pessoal e envolve aspectos como a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o estado de saúde do indivíduo, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive. E, na busca por qualidade de vida do idoso, brotaram – nos anos 1960 – na sociedade brasileira, ações que visaram possibilitar um envelhecimento bem sucedido.

O Serviço Social do Comércio (SESC) abriu, nessa década, espaço para que associados com idade a partir de 60 anos pudessem se reunir para participar de atividades definidas como de lazer. Nos anos 1980, essas atividades proliferaram, com o encontro das pessoas idosas em grupos organizados de convivência: clubes, escolas e cursos. Nesses programas para a terceira idade, o idoso tem a oportunidade de expressar e propor novos padrões para uma geração que se aposenta e envelhece ativamente. Com isso, é possível perceber a mudança de mentalidade dos idosos.

Uma comunicação cada vez mais adequada e que estimula o pensar, o fazer, o dar, o trocar, o reformular e o aprender do idoso é fortalecida nesse convívio, pois a convivência em sociedade permite o engajamento do idoso em atividades, fazendo com que ele se sinta útil, pelo envolvimento em atividades que lhe proporcionarão prazer e felicidade. Ou seja, eles se mantêm engajados socialmente e a relação com outras pessoas contribui significativamente em sua qualidade de vida.

Com vistas a facilitar o bem viver dos idosos, tem-se buscado a realização de atividades culturais em consonância com o Estatuto do Idoso, Capítulo V “Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer”, Art.20 que delibera: “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (BRASIL, [201-]).

E assim, nasce a Universidade Aberta à 3ª Idade (UATI) com o intuito de integrar o idoso à sociedade, em oposição às instituições asilares e com a intenção de envolvê-lo em atividades culturais, porque ele é, “o agente do processo educativo e que, por isso, o trabalho é feito ‘com ele’, e não ‘para ele, ou ‘por ele’”. (JUNQUEIRA, 1998, p.31)

Nas universidades da terceira idade, as pessoas vão buscar novas amizades e, também,

“[...]vencer a solidão [...] O que há de específico nas universidades da terceira idade é a oferta de atividades voltadas para a educação permanente, mas principalmente, a possibilidade de estabelecer relações com as gerações mais novas”. (PEIXOTO, 1997, p.73).

Alda Motta (2004, p.109), ao refletir sobre sociabilidade, diz que grupo organizado é: “Um fenômeno próprio da sociedade atual, [...] encontro de pessoas idosas em grupos organizados, de variadas propostas, desenvolvendo uma sociabilidade marcadamente intrageracional”.

Motta (2004) observa que os grupos organizados são mais compostos por mulheres, porque as aceitam mais, uma vez que encontram nessa forma de viver em sociedade uma boa relação com seus pares. Essa autora percebeu também, com suas pesquisas que muitas delas gostam mais de serem chamadas de idosa, porque para elas o termo velho representa preconceito.

Ao se falar em preconceito, tratando da mulher idosa, socialmente existe mais fortemente com relação à sexualidade, isto é, há uma concepção de que a idosa é assexuada. Quando ela é vista assim, é como se não tivesse mais direito a amar, a vivenciar a afetividade. Porém, as reflexões sobre o amor remontam de longa data e a idosa, como todo indivíduo, sente desejo pelo outro, quer carinho, afago, companhia.

Esse preconceito é percebido em diversas áreas de sociabilidade, principalmente na internet – nas salas de bate-papo, onde a idade da pessoa idosa é a partir dos 50 anos e não dos 60 anos, conforme é institucionalizado pela OMS. Assim, para esta alta tecnologia, quando se é idoso, o aprendizado de novas linguagens é improvável e, “O corpo e a sexualidade são alvo preferencial”. (BARROS, 2004, p. 21)

A sociabilidade tratada pela pesquisadora Alda Motta (2004) é pura, espontânea, que ocorre no encontro de idosos em praças

e ela acrescenta, ao observar um grupo de terceira idade de uma faculdade por ela investigada na cidade de Salvador, que não há contato de idosos com jovens, nem mesmo nas programações festivas em que as famílias comparecem. E ela rotula esses grupos como “de convivência”.

Ainda refletindo sobre sociabilidade, Motta (2004) diz serem bons o reencontro e a solidariedade geracionais, enquanto o idoso busca uma redefinição de um lugar social, e acrescenta que deverão ser também, base e fortalecimento para busca. Busca essa que deveria ser da sociedade inteira, ou seja, “da convivência, privada e pública, com as outras gerações. [...] Resta, então, por enquanto, o encontro geracional. Que não é tudo, mas também não é pouco [...]” (MOTTA, 2004, p.118-119). E ela defende o encontro entre gerações. E no nosso país, mesmo com os programas existentes, é ao idoso que cabe assegurar sua sobrevivência e estratégias de sociabilidade.

Nas camadas populares, a sociabilidade dos idosos se restringe à relação com a família e com a vizinhança, em virtude de suas precárias condições de vida, uma vez que não têm autonomia financeira. Nas camadas médias, os velhos, para combater a solidão, buscam companhia e distração nos espaços públicos como praças, parques e praias.

Assim, cabe mais uma vez ressaltar a importância da família, uma vez que a sociabilidade do idoso, nas diversas camadas sociais, tem como base o núcleo familiar. E é dentro da família e a partir desta que se desenvolvem as relações e dramas psicológicos e sociais mais significativos do idoso, pois para ele, o mundo só faz sentido e ganha significado com a família nuclear como referência e palco central (VELHO, 1999). E a família é o principal ponto de apoio ao idoso, sobretudo porque o Estado brasileiro não oferece políticas sociais e assistenciais que supram as necessidades da população. (PEIXOTO, 2004)

Cabe aqui concordar com Beauvoir (1990, p.16) que, com seus estudos, tinha como objetivo “quebrar a conspiração do silêncio” com relação à velhice. Esse silêncio vem sendo “quebrado” com o aumento dos estudos sobre o tema e quando idosos são personagens em anúncios publicitários, novelas e filmes. Por meio dos filmes analisados nesta pesquisa, refletir-se-á a respeito de questões relacionadas à mulher idosa.

Dora e Dóris – idosas em narrativas fílmicas brasileiras

Dora – Central do Brasil

Central do Brasil é um filme de 1998, recebeu o Urso de Ouro em Berlim (NAGIB, 2002), seu roteiro é de Marcos Bernstein e João Emanuel Carneiro e sua direção é de Walter Salles. Retrata a vida de Dora (Fernanda Montenegro) e Josué (Vinicius de Oliveira).

Dora, uma professora aposentada de sessenta e poucos anos, complementa sua aposentadoria escrevendo cartas para analfabetos, na maior estação de trens do Rio de Janeiro (Central do Brasil). Esse fato, de complemento do seu orçamento pode ser comprovado na cena em que ela diz a César (Othon Bastos): “Eu fui professora primária, depois que eu me aposentei aí eu comecei a fazer isso para ajudar no orçamento da casa”. (CENTRAL...,1998)

E é com muita sensibilidade que Central do Brasil apresenta o cotidiano dessa mulher idosa que se tornou fria e angustiada ao perder o contato com o afeto. No seu encontro com Josué, um garoto solitário, órfão de mãe e determinado a reencontrar o seu pai, Dora tem a possibilidade de redenção, pois descobre o afeto.

O garoto, por uma série de contingências, leva Dora a vivenciar mudanças profundas em sua vida.

Dora, a mulher idosa que demonstra com seu mau humor iminente, cabelos despenteados, roupas desleixadas, quase masculinas, não se preocupar em ser atraente para ninguém, ao conhecer César (motorista do caminhão) quando pega carona, evidencia que não é assexuada e que quer ter um companheiro. Isso fica mais perceptível quando ela se arruma no banheiro, usa batom. Porém, ao sair do banheiro ela percebe a fuga de César e pela primeira vez chora; seu choro, sua dor, é um somatório de sua frustração com o sentimento que renasce ao desejar um homem.

E a Dora do início do filme: sozinha, mesquinha, rabugenta, sem a menor autoestima, no final do filme, mudou muito em sua identidade. Ou seja, ao acompanhar o pequeno herói da história, Josué, na procura pelo pai, se transforma durante a viagem. A mulher que parte, deixando o menino com seus irmãos, segue usando o vestido novo, dado a ela por ele; e ela leva um colorido novo no rosto e nos lábios, que aprenderam a sorrir e a chorar.

Dóris – Depois daquele baile

Depois daquele baile, filme de 2005, do gênero comédia romântica, é dirigido por Roberto Bomtempo, com roteiro de Susana Schild, baseado em peça teatral de Rogério Falabella. É um filme sobre a terceira idade que trata, conforme consta na capa do DVD, de “pessoas que não desistem da alegria, do amor, da vida”. (DE-POIS..., 2005)

Depois daquele baile conta a história de Dóris (Irene Ravache), uma mulher de aproximadamente 65 anos, viúva, alegre, sonhadora. Usa cabelos loiros e cacheados, à altura dos ombros, saias e vestidos, ou calças com blusas de cores em tons alegres. Sua única filha mora nos Estados Unidos e ela vive em Belo Horizonte em

uma casa espaçosa de uma vila, na companhia de Beth (Ingrid Guimarães), sua sobrinha, uma jovem de aproximadamente 25 anos, que está naquela cidade para estudar.

Dóris, uma mulher na terceira idade, é exuberante e cheia de vida. Especialista em culinária mineira oferece um serviço de pensão para poucos clientes e, para agradá-los, prepara as refeições de acordo com a dieta de cada um; nas noites de sexta-feira promove um jantar dançante. Seus clientes são a idosa Judith (Regina Sampaio), o jovem Cosme (Chico Pelúcio), Freitas (Lima Duarte) e Otávio (Marcos Caruso). Esses últimos são dois amigos que dividem confidências e uma grande paixão por Dóris, ambos disputam a atenção da anfitriã. Ela se relaciona bem com todos eles. Financeiramente, conta com a pensão que recebe após a morte do marido e o valor recebido do serviço de culinária prestado em sua casa.

Dóris alimenta sonho de encontrar um amor, sonho esse pouco alcançável na visão de Beth – cujas decepções amorosas transformaram em uma pessoa crítica e pouco esperançosa. Ela acredita que na idade da tia não é mais possível encontrar um grande amor. Mas Dóris demonstra que todo ser humano “deseja amar e ser amado, ser útil e independente e sentir o significado profundo que representa a sua existência ao longo de todo o curso da vida”. (CAPODIECI, 2000, p.22)

Considerações finais

Setores da sociedade são influenciados e exercem influência na reformulação das representações acerca da velhice e do envelhecimento, à medida que a população idosa cresce e ganha visibilidade, particularmente por meio de anúncios publicitários, de novelas e do cinema.

Na atualidade, no mercado de trabalho, a restrição aos profissionais acima de 40 anos (que apresentavam problemas de saúde, exaustão e redução da capacidade de trabalho, nas décadas de 1970 e 1980) tem diminuído, uma vez que essas pessoas têm mais consciência da importância de se ter saúde e qualidade de vida.

Dora e Dóris – protagonistas dos filmes em estudo – apresentam reformulações das representações acerca da velhice e do envelhecimento, inclusive ao buscarem a reinserção no mercado de trabalho. Dora, apesar de aposentada procura, mesmo informalmente, se dedicar ao trabalho, escrevendo cartas. Dóris, que nunca trabalhou, após ficar viúva, complementa sua renda (benefício recebido como pensionista pela morte do marido) executando um serviço de pensão em sua casa. Elas substituem o vazio financeiro e de isolamento muitas vezes ocasionado pela aposentadoria ao encontrarem atividades substitutivas. Elas demonstram, também, que não cabe supor que a retirada de pessoas mais velhas dos papéis úteis seja algo bom para a sociedade.

Dora e Dóris evidenciam que, apesar de o corpo passar por uma transformação física, há na idosa uma memória, um registro de histórias no horizonte da temporalidade. Elas demonstram que a mulher, após a aposentadoria, anseia por viver e viver bem, desejando exercitar sua feminilidade através do amor e do prazer sexual, e não se deixam deslocar para a chamada zona de entorpecimento (ECKERT; FRANÇA, 2004): Dora, com o trabalho e a ajuda de Josué e o seu interesse por César, e Dóris, ao ser cortejada por Otávio e Freitas. Na verdade, elas buscam outra possibilidade para si, se reconstróem a partir do momento em que aceitam o fluxo que a vida lhes apresenta, por meio de um relacionamento amoroso. Elas são capazes de “reformular” o seu modo de ser no mundo e fazem outras escolhas, que diferem das assumidas anteriormente.

Em suas atitudes, elas demonstram, ainda, que a idosa possui conhecimentos que podem ser trocados com os mais jovens: Dora na sua convivência com Josué e no contato com seus irmãos, Dóris com sua sobrinha Bete e seu cliente Cosme, pois, as concepções são ilusórias ao se pensar que somente os velhos envelhecem, ou que o “velho é sempre o outro”, como escreve Beauvoir (1990).

Dora e Dóris, por fim, admitem ser possível envelhecer adequadamente praticando as renúncias necessárias que um possível declínio do corpo e da juventude solicita, particularmente com relação às práticas sexuais e efeitos do prazer erótico. Como mulher, elas percebem que o limite não é necessariamente a morte biológica, mas a morte social; morte essa que retira do sujeito sua autonomia e sua independência, ou seja, sua condição de agir plenamente como indivíduo.

A família tem um lugar de destaque na criação de uma estrutura que estimula novos caminhos para o idoso, e nos filmes aqui estudados isso é demonstrado por Dora na sua relação com Josué e por Dóris na convivência com sua sobrinha e com sua filha. Cabe aqui, ainda, apontar para a necessidade do encontro de gerações (que também acontece nos filmes na relação de Dora com Josué e de Dóris com Beth), que possibilitará uma verdadeira convivência, por meio de troca de ideias, aprendizado e a possibilidade de uma luta em conjunto para que as leis sejam postas em prática e não fiquem apenas no papel.

Há muito para se refletir a respeito do sentimento da idosa no mundo e no Brasil, porque muitas das construções mentais e experiências vividas por ela foram forjadas e vivenciadas em outro tempo social, o passado. Porém, a experiência é uma jornada que não termina principalmente para aquelas idosas que não vivem presas ao passado, e são vistas cada vez em maior número mais abertas a mudanças, ao novo, e com disposição para aprender. Idosos são aquelas que inovam, participam ativamente da vida

social, das lutas por melhorias e que também, acompanham os avanços da comunicação, da ciência e da tecnologia.

Notas

- ¹ Mulher com imagem distorcida – devido à perseguição que lhes foi movida pela igreja católica, na Idade Média, conhecida também como “Idade das Trevas”, de: uma velha horrorosa, com um nariz enorme, torto e verruguento, com um chapéu de copa alta na cabeça, usando um vestido preto, montada numa vassoura e dando gargalhadas sinistras e históricas. Imaginará também que essa figura repugnante pratica magia negra e devora criancinhas.
- ² Segundo Cumming e Henry (1961), a teoria do desengajamento na velhice parte do senso comum, isto é, pessoas idosas estão menos envolvidas na vida social do que na juventude. O envelhecimento, nesta teoria, é um acontecimento mútuo e inevitável de retirada ou desengajamento, onde diminuem as interações entre aquele que está envelhecendo e os indivíduos do seu sistema social.
- ³ Estudo dos fenômenos que afetam a velhice. Estudo da velhice sob diversos aspectos (morfológicos, fisiopatológicos, patológicos [geriatria], psicológicos, sociais etc.).

Referências

- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. **Autoridade e Afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL. **Portal da Saúde**. [201-]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=360>. Acesso em: 5 dez. 2011.
- CAMARANO, Ana Maria. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 17, set./dez. 2003.
- _____. **Palestra sobre a situação da população do futuro e o seu envelhecimento**. Disponível em: <<http://memoriadodae.wordpress.com/2010/05/14/ana-amelia-camarano-especialista-do-ipea-comenta-a-situacao-da-populacao-do-futuro-e-o-seu-envelhecimento/>>. Acesso em: 20 jul.

2010.

_____.; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAPODIECI, Salvatore. **A idade dos sentimentos: amor e sexualidade após os sessenta anos.** São Paulo: EDUSC, 2000.

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martine de Clemon-Tonnerre e Arthur Cohn. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. Intérpretes: Ferenanda Montenegro; Marília Pera; Vinicius de Oliveira; Sônia Lira; Othon Bastos; Matheus Nachtergaele e outros. Rio de Janeiro: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 1 DVD (111 min), color.

CUMMING, Elaine; HENRY, William E. *Growing Old: the process of disengagement.* New York: Basic Books, 1961.

DEBERT, Guita Grin. A vida adulta e a velhice no cinema. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (org). **Cinema, velhice e Cultura.** Campinas: Alínea, 2005.

_____. **A reinvenção da velhice.** São Paulo: EDUSP, FAPESP, 1999.

_____. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, Guita Grin. (Org.). **Antropologia e velhice.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

DEPOIS daquele Baile. Direção de Roberto Bomtempo. Produção de Guilherme Fiúza e Roberto Bomtempo. Roteiro de Susana Schild . Intérpretes: Irene Ravache, Lima Duarte, Marcos Caruso, Ingrid Guimarães e outros. Rio de Janeiro, Movimento Carioca Produções Artísticas Ltda, 2005. 1 DVD (108 min) color. Baseado na peça teatral “depois daquele baile”, de Rogério Falabella

DICIONÁRIO Online de português. Significado de Gerontologia. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/gerontologia/>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

ECKERT, C.; FRANÇA, M. C. C. Cc. Olhares sobre o viver, o envelhecer e o morrer de mulheres Idosas na cidade de Porto Alegre. **Iluminaras**, v. 5, n. 9, 2004. Disponível em: <<http://www.iluminuras.ufrgs.br/artigos/2004-09-olhares-sobre-viver.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2009.

JUNQUEIRA, Éster Dalva Silvestre. **Velho: e, por que não?** Bauru-SP: EDUSC, 1998.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à prática sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Delcio Monteiro de. **O Peso da Idade: panorama da velhice no Bra-**

- sil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
- MASCARO, Sonia de Amorim. **O que é velhice**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004
- MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- MOTTA, Alda Brito da. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- NAGIB, Lúcia (Org.). **O cinema da retomada**: depoimentos de 90 cineastas dos anos 90. Rio de Janeiro: 34, 2002.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. Introdução: processos diferenciais de envelhecimento. In: _____. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. Histórias de mais de 60 Anos. **Estudos Feministas**, v.5, n.1, p.148-158, 1997.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SANT'ANNA, Mara Rúbia. **O velho no espelho**: um cidadão que envelheceu. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
- SANTAELLA, Lucia. **Cultura e arte do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2010
- SEEGER, Anthony. Os velhos nas sociedades tribais. In: _____. (Org.). **Os índios e nós** (Estudo sobre sociedades tribais brasileiras). Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SIMÕES, Júlio Assis. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- TAVARES, Samila Sathler. O que rima com idade? Identidade e sociabilidade na velhice em tempos de transição. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org.). **Cinema, velhice e Cultura**. Campinas: Alínea, 2005.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARTES E GERAÇÕES EM NILDA SPENCER

Marcos Uzel
marcosuzel@gmail.com

Este artigo se propõe a fazer um estudo das interseções entre gênero, cultura e geração, a partir da trajetória artística e da construção da imagem pública de uma das figuras mais marcantes da cultura baiana no século XX: a atriz Nilda Spencer (1923–2008). Ao atuar nos palcos, no cinema e na televisão, Nilda torna-se uma personalidade midiática, ao mesmo tempo em que consegue superar estereótipos de gênero e geração e se contrapor às construções sociais da imagem da mulher em duas épocas distintas da cultura na Bahia. A primeira compreende as décadas de 1950 e 1960, quando ela se desvencilha da imagem arquetípica das mulheres da época, preparadas para cumprir seus papéis sociais destinados apenas ao casamento, à vida privada e ao exercício da maternidade. Depois, nos anos 1990, quando, já na velhice, volta a romper com estereótipos de gênero atribuídos às mulheres idosas e consolida o título midiático de “dama do teatro baiano”.

No âmbito coletivo, Nilda pertence a uma geração que, a partir de 1956, produz um movimento cultural de grande impacto na Bahia. Individualmente, supera os limites que condicionam o feminino a cumprir os papéis socialmente construídos para as mulheres sem se intimidar com a repressão sexual da época. Ao invés de se colocar à sombra de um homem, ela decide cuidar da sua própria trajetória de maneira livre e independente. Nascida em Salvador, assume essa postura num período em que a capital baiana, mesmo dando mostras de vanguarda cultural, ainda é uma província na qual fazer teatro é uma escolha tida como inadequada para moças de “boa família”.

Nilda poderia ter seguido uma vida previsível como foi a de muitas jovens com o seu perfil, criadas para ter filhos e se dedicar apenas à vida conjugal no ambiente privado, mas rompe com esses arquétipos do gênero feminino ao ingressar na primeira turma de alunos da recém-criada Escola de Teatro da Universidade da Bahia, apropriando-se da esfera pública e redimensionando a própria identidade através de suas escolhas. Importante sublinhar aqui a noção de identidades de Woodward (2011) como construções sociais e simbólicas resultantes do convívio relacional e da necessidade que um determinado sujeito sente de buscar, fora de si, o que ele não é.

Isto significa que esta noção é marcada pela diferença, sendo um conceito estratégico e posicional que emerge das relações de poder e se utiliza de recursos da linguagem (com seus sistemas simbólicos de representação), da cultura e da experiência histórica para determinar não aquilo que somos, mas sim aquilo que nos tornamos. (HALL, 2011) Fluidas e mutantes, não são certezas dadas a ninguém. São condições subjetivas e particulares que passam por processos históricos e se localizam no tempo. Quem as estabelece é a representação, um processo cultural baseado em discursos e sistemas simbólicos que, conforme Woodward

(2011) produzem significados para permear as relações sociais e construir posições e lugares de fala dos sujeitos, produzindo identidades que são moldadas pela cultura e por suas marcas de dominação e subordinação. “A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2011, p.19).

Capital de vanguarda

Na década de 1950, a cidade de Salvador se atualiza e dá um salto na história, relacionando-se com aspectos de uma avançada cultura modernista nacional e internacional. Receptiva à vanguarda, a província baiana da época passa a vivenciar, notadamente no período de 1956 a 1963, sua mais diversificada, criativa e moderna produção no campo das artes. Figuras ilustres e afinadas com a produção universitária desembarcam na cidade naqueles anos 1950, todas envolvidas em um projeto cultural de grande porte liderado por Edgard Santos, reitor da então Universidade da Bahia. (UZEL, 1992) Claro que a produção universitária do período não escapa de críticas. Oposição e brigas também marcam essa fase. Tido por seus opositores como um reitor aristocrático e autoritário, Edgard assiste ao desencadeamento de conflituosas greves durante sua gestão neste momento único da cultura baiana, posteriormente abalado pelos anos de chumbo da ditadura militar.

A mutação cultural na Universidade da Bahia talvez em sua parte mais significativa tenha origem na instituição, ainda que não seja uma deliberada decisão institucional, antes gesto benemérito de um “sumo pontífice”. Daí sua ágil dinâmica e sua fragilidade. (RUBIM, 1999, p.66)

Dentre as personalidades que compõem o vigor da relação triangular entre cultura, universidade e sociedade na Bahia dos anos 1950 e 1960 está o diretor pernambucano Eros Martim Gonçalves, fundador da primeira Escola de Teatro de nível superior do Brasil, inaugurada em 1956. Na turma pioneira de alunos da instituição encontra-se Nilda Spencer, uma representante da elite baiana que assume a carreira de atriz aos 32 anos, subvertendo o que era compreendido culturalmente naquele período como manifestações do feminino. É também a partir da década de 1960 que as situações sociais e políticas ganham espaço maior como bandeiras das lutas feministas em países de capitalismo avançado, a exemplo dos Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Inglaterra. É a fase da chamada Segunda Onda do feminismo, demarcada por novas contestações e amparada pela convicção de que “o pessoal é político”, a frase lema que vira símbolo do estímulo à politização da mulher também na esfera privada.

No momento histórico da Segunda Onda, os estudos feministas passam a se inter-relacionar com as várias áreas do conhecimento, inaugurando um novo momento em relação às questões teóricas e empíricas. A categoria gênero é criada dentro desse contexto de integração e leva o feminismo para dentro da academia. Questiona-se a formação da mulher como sujeito generificado e as arenas sociais até então praticamente intocáveis, dentre as quais a sexualidade e a tradição do espaço familiar, que até hoje faz da maternidade uma “fonte de associação simbólica da mulher ao domínio privado da vida”. (LIPOVETSKY, 2000, p. 299) Reformula-se, enfim, a presença da mulher no mundo, associada às transformações das concepções de identidade, que Castells (2000) considera ser a essência do feminismo. “[...] Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada pela família patriarcal”. (CASTELLS, 2000, p. 211)

Nilda Spencer já atua como atriz nessa época. Antes de fazer sua escolha, passa por uma educação rigorosa comum às famílias tradicionais das primeiras décadas do século XX. Nascida no dia 18 de junho de 1923, atravessa a infância e a adolescência ouvindo óperas dentro de casa, uma predileção de sua mãe, que costuma levá-la aos concorridos recitais no salão do Instituto Normal, no bairro do Barbalho, onde são realizados os concertos de Dona Alexandrina Ramalho, cantora lírica de prestígio, fundadora da Sociedade de Cultura Artística da Bahia. Diverte-se na infância imitando e dublando artistas eruditos, mas sua grande paixão é o cinema americano. É educada pelos pais (uma professora e um tesoureiro do Departamento de Águas de Salvador) para ser pianista e chega a realizar alguns concertos ao lado de colegas como o futuro maestro Manuel Veiga. Aos 19 anos, casa-se com o geólogo americano Julius Clarence Spencer Jr.

Na década de 1940, realiza pequenos recitais em Salvador, incluindo as missas de Natal. O maior deles é o recital em homenagem à Força Expedicionária Brasileira, em 1945, no Clube Bahiano de Tênis, um dos mais elitizados da época. Também participa de alguns concertos nos Estados Unidos e na Venezuela. Nilda estuda no Colégio das Sacramentinas, um dos mais tradicionais da cidade, e passa pelas escolas Jesus Maria José, Nossa Senhora Auxiliadora e Soledade, das Irmãs Insulinas, todas frequentadas pelas chamadas moças de “boa família” da sociedade baiana. Até que um convite feito informalmente pelo diretor Martim Gonçalves, durante um jantar, muda a sua vida. Apresentada ao encenador pernambucano pelo amigo Genaro de Carvalho, ela estreia como atriz em 1956, na peça *Auto da Cananéia*, de Gil Vicente, montada na Igreja de Santa Tereza.

Torna-se frequentadora das aulas públicas que Martim ministra no porão da Reitoria da então Universidade da Bahia, espaço provisório de funcionamento da Escola de Teatro. Além de ouvir

as falas do diretor, ela faz pequenas cenas de peças de Federico Garcia Lorca e Bertolt Brecht, dentre outros grandes nomes da dramaturgia universal. Nos domingos à noite, as aulas são abertas ao público que, gradativamente, vai lotando o espaço. Ainda em 1956, a escola se transfere para o Solar Santo Antônio, onde, dois anos depois, é inaugurado o Teatro Santo Antônio (atual Martim Gonçalves) com o espetáculo *Senhorita Júlia*, de August Strindberg, encenado pela primeira turma de formandos da instituição, diplomada um ano depois. Nilda faz o papel da empregada Cristina, após desfrutar da vivência acadêmica como aluna de grandes professores que Martim Gonçalves traz do sul do Brasil e de outras partes do mundo, num período atípico que tem o cosmopolitismo como uma das características principais da vivência cultural na Bahia.

Além de Martim Gonçalves, muitas outras figuras ilustres e afinadas com a produção universitária local se envolvem no projeto cultural implantado por Edgar Santos. Dentre os que chegam à cidade estão a coreógrafa polonesa Janka Rudzka, para dirigir e organizar a primeira escola de dança de ensino superior do país, nascida sob o signo da contemporaneidade; o escritor português Agostinho da Silva, que leva os emblemas da herança negra para o ambiente acadêmico ao criar o Centro de Estudos Afro-Orientais (o CEAO); e o maestro alemão Hans Koellreuter, à frente dos Seminários Livres de Música, ponto de partida de um projeto musical aderido, no mesmo período, por mestres como os suíços Ernst Widmer e Walter Smetak. É nesse ambiente cultural que Nilda Spencer inicia sua carreira, desfrutando da criatividade e do experimentalismo de uma época que faz história no contexto da produção estética e intelectual do Brasil no século XX.

A Universidade da Bahia renova a cultura, em uma interação nacional e principalmente internacional, em suas modalidades médicas, de investigações sócio-linguísti-

co-espaciais e essencialmente em sua plasmação artística. Os seminários livres de música, a escola de teatro e o curso de dança – inovadores no cenário universitário nacional – são as pupilas do senhor reitor.

A conjugação entre esta agitação universitária e o movimento cultural estudantil aparece como terreno fértil, porque complementar e contraditório, da difusão, do debate e da criação. Obras e criadores culturais novos podem então ferver. A Universidade deixa de ser apenas o lugar do ensino e passa a incorporar – ainda que momentaneamente – sua dimensão mais inerente: a produção da cultura, como ciência e arte, em especial. (RUBIM, 1999, p.66-67)

Entre os anos 1956 e 1969, Nilda Spencer atua em quase 30 peças de teatro na Bahia, além de integrar equipes de outros espetáculos como instrumentista, compositora e assistente de direção. O conhecimento musical a ajuda no teatro e nas aulas de dicção e expressão vocal que ministra na academia. Além de professora, substitui Martim Gonçalves à frente da direção da Escola de Teatro. Também tradutora oficial da instituição, leciona durante 25 anos sem deixar os palcos e os sets de filmagem, a não ser em alguns intervalos para assumir outros projetos, dentre os quais, um curso de pós-graduação em Londres. Sua primeira experiência no cinema acontece em 1968 num filme baiano que nunca foi exibido publicamente: *Juliana e D. Jorge*, de Fred Souza Castro e Oscar Santana, rodado em Santo Amaro da Purificação.

Ainda nos anos 1960, o cinema brasileiro ganha as contribuições de dois marcos significativos na Bahia: o Ciclo Baiano de Cinema (entre 1959 e 1963), com produções que seguem a temática social do Cinema Novo (*Barravento*, de Glauber Rocha; *A grande feira e Tocaia no asfalto*, de Roberto Pires; *O caipora*, de Oscar Santana, dentre outros); e o chamado cinema *underground* (ou *udigrúdi*), a partir da segunda metade da década, quando surgem os longas-metragens *Meteorango Kid, o herói intergalático* (1969), de André Luiz Oliveira, e *Caveira my friend* (1970), de Alvaro Guimarães. Nilda

Spencer atua nos dois filmes, ambos concebidos como relatos de uma geração. É mais uma ousada quebra de estereótipos assumida por uma mulher da elite baiana que envereda pela inusitada seara da produção *underground*, abrindo-se para outras possibilidades artísticas sem preconceitos.

Nas décadas de 1970 e 1980, a atriz segue nos palcos com participações em várias montagens, parte desse repertório na Companhia de Teatro da UFBA, onde encena os espetáculos *Seis personagens à procura de um autor* (1981), *Caixa de sombras* (1982) e *Tango* (1987), ao lado de grandes nomes do teatro baiano. (FRANCO, 1994) A partir de um convite do diretor Bruno Barreto, Nilda atua no clássico cinematográfico *Dona Flor e seus dois maridos* (1976), protagonizado por Sônia Braga, e participa do filme *Tenda dos Milagres* (1977), de Nelson Pereira dos Santos. Sua carreira no cinema inclui, ainda, trabalhos como o documentário *G – Constelação do Céu do Boca do Inferno* (1988), de Póla Ribeiro; *O Super Outro* (1989), de Edgar Navarro; *Eu tu eles* (2000), de Andrucha Waddington, e *Memórias Póstumas* (2001), de André Klotzel. Faz, ainda, uma novela (*Rosa Baiana*, da TV Bandeirantes, rodada na Bahia em 1981) e as minisséries *Tenda dos Milagres* (1984) e *O pagador de promessas* (1985), ambas da TV Globo. Fora de cena, desfruta do sabor da farra noturna com os amigos, outro traçado da sua história a partir do final dos anos 1950, quando se torna uma das personalidades mais presentes da boemia em Salvador.ria artva Nilda Spencer, que iniciou sua trajetda Spencer.rtim Gonçalves, fundador da primeira Escola de TEatro

Gênero e geração

Na década de 1990, Nilda Spencer “reinventa” a sua imagem pública como protagonista de quase todos os espetáculos que encena. Está na velhice e volta a romper com estereótipos de gênero atribuídos às mulheres idosas. Importante sublinhar que historicamente, dentro do próprio feminismo, as distinções intragênero não são levadas em consideração. Em nome do seu reconhecimento político como uma coletividade, a união das mulheres deveria ultrapassar todas as suas diferenças, o que fazia a questão identitária entre elas tornar-se primária (PISCITELLI, 2002, p.12). Nos anos 1980, o surgimento da chamada Terceira Onda se configura com uma reação crítica a esse modelo que despreza as múltiplas identidades femininas e a sua relação com outros eixos de subordinação. Parafraseando Hochschild (2003), nesta onda o pessoal é global e a mulher deve ser sujeito dos feminismos. Simone de Beauvoir já reflete sobre isso no final dos anos 1940 quando sintetiza a sua compreensão das identidades na célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.9), mostrando como o gênero pode ser dinâmico, mutável e multifacetado.

A visão universalista e eurocêntrica de mulher, tendo a branca ocidental como paradigma, refreia uma política mais abrangente de combate às desigualdades de gênero, limitando-a a uma visão que não leva em conta as variantes e toda a complexidade das relações de poder. Na última década, estudos teóricos e a própria militância feminista vêm tentando interceptar a categoria gênero com outras dimensões relacionais, especialmente raça e classe social. Embora os avanços ainda não sejam suficientes, deve-se enfatizar a expansão deste campo analítico.

No entanto, a importância de cruzar o gênero com outras categorias importantes, como idade/geração, permanece negligenciada dentro desta dinâmica, numa demonstração de que ainda existe uma ideia estereotipada da categoria mulher no contexto dessa militância. Geralmente quem trabalha gênero não trabalha geração ou vice-versa. Mas é essencial que se compreendam ambos como categorias fundantes da identidade das pessoas. É preciso discutir sobre desigualdades e preconceitos que se constroem nas relações entre as gerações e as idades, já que a velhice também é uma categoria socialmente construída, ou seja, ao fato natural do ser humano cumprir um ciclo biológico da vida, devem-se somar fatores sociais, históricos e culturais que atribuem significados específicos a cada etapa da vida e proporcionam formas diferenciadas de compreensão e vivência do estar velho.

É fundamental que os estudos de gênero dilatam cada vez mais essas possibilidades de reflexão, associando-as à diversidade das identidades sociais. Faz-se necessário ampliar os limites para além do modelo de mulher associado à idade produtiva, de predominância do trabalho, e à idade da reprodução. Ou seja, da prevalência do arquétipo feminino marcadamente jovem. Esta limitação implica na invisibilidade da idosa, na sua negação, o que se configura em algo contraditório num mundo contemporâneo em que a expectativa de vida aumenta e a velhice não é uma sentença de morte.

Com efeito, as pressões sociais para manter uma aparência jovem, embora atingindo também os homens, caem com muito maior peso sobre a mulher – inclusive porque a mulher com aparência envelhecida tem muito menos “capital simbólico” no mercado afetivo/sexual do que o homem em semelhantes circunstâncias [...].

Não custa lembrar que mesmo mulheres bem sucedidas profissionalmente, ou que de outra feita estão sob a mira do público ou da imprensa, são constantemente cobradas

no sentido de manter uma aparência jovem, estando expostas a críticas quando se recusam a valer-se de cirurgias plásticas ou de semelhantes tecnologias de modelagem do corpo [...] (SARDENBERG, 2002, p. 64-65).

Atitudes, aliás, reinantes na cultura ocidental consumista. Mas não se pode perder de vista que a experiência social no mundo é muito mais rica e diversa do que os modelos que a filosofia ocidental conhece e considera importante. Uma das pesquisadoras mais atuantes do país nos estudos de gênero e geração, Britto da Motta (1998) sublinha que os estudos sobre categorias de idade, principalmente referentes ao envelhecimento e à velhice, estão situados em um procedimento científico pertinente de desvendar uma realidade. A maioria, porém, não se propõe a contextualizar o tema levando em consideração a estrutura das relações entre as idades e as gerações, inclusive com o objetivo de transformação social. A estudiosa destaca, ainda, que “ser jovem ou ser velho é uma *situação*, vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente segundo o gênero, a raça/etnia e a classe social dos indivíduos de cada grupo etário” (BRITTO DA MOTTA, 1998, p.5, grifo da autora). Ela enfatiza a necessidade de se considerar a produção histórica deste binômio, sua dinâmica atual e a condição etária das mulheres, afinal a idade, como objeto de análise reconhecido pela própria antropologia, é um componente biológico, social e histórico estruturador na organização das sociedades:

Para o feminismo, que se construiu inicialmente como movimento de mulheres brancas, ocidentais e “burguesas” (ou “liberais”), parece que não ficou bem percebido que elas eram também jovens ou adultas plenas – portanto, de específicas faixas etárias; aquelas mesmas posições geracionais de onde iria sair, posteriormente, a maioria das lideranças femininas da política partidária, dos movimentos sociais urbanos e dos sindicatos (BRITTO DA MOTTA, 1998, p.1, grifo da autora).

No Brasil, o feminismo eleva nitidamente o seu vigor nos anos 1970, sob os reflexos do que acontece em termos mundiais e como um dos muitos movimentos sociais resultantes das lutas pela redemocratização do país após o golpe de 1964. Obtém grandes conquistas nas últimas quatro décadas, dentre as quais, os encaminhamentos da Constituição de 1988 (cerca de 80% das suas propostas são contempladas); a criação de políticas específicas contra a violência doméstica e sexual, que deixa de pertencer à dimensão do privado e alcança a esfera pública (a Lei Maria da Penha, por exemplo, sancionada pelo ex-presidente Lula em 2006, torna mais rigoroso o combate às agressões sofridas pela mulher no ambiente doméstico ou familiar) e a diversidade de cargos que passam a ser ocupados por mulheres (apesar das desigualdades salariais em comparação aos homens). No entanto, permanece insuficiente a percepção da urgência de estudos teóricos que reconheçam o par idade/geração como aspectos de gênero que são fundamentais na vida social e na luta pelos direitos humanos.

A longevidade da dama

Apesar de todos os preconceitos que ainda persistem contra os idosos, Nilda Spencer envelhece em um tempo que lhe oferece muito mais abertura para ser socialmente reconhecida como uma mulher idosa e, ao mesmo tempo, ativa, produtiva, envolvida com o trabalho e em diálogo com jovens artistas de uma nova geração da cena local. Nesta fase de sua carreira, Nilda, na maturidade dos seus mais de 75 anos, consolida o título midiático de “dama do teatro baiano”, reverenciada pela imprensa, por colegas da classe teatral, por personalidades de outros campos de atuação e pelo público em geral como uma referência da cultura local:

O público de fora da Bahia certamente não sabe, mas existe uma atriz do teatro baiano, tão famosa na terra dos orixás quanto os colegas que decidiram encarar o mercado do Rio ou de São Paulo, entre eles, o ator Othon Bastos. Essa artista, uma bem-humorada senhora de 76 anos (idade que ela evita contar a todo custo) chama-se Nilda Spencer. (MUNIZ, 2000, p.8)

Ainda na década de 1990, Salvador se mostra ao resto do país como a cidade porta-voz de uma das mais vibrantes e importantes peças da indústria do *show business* nacional: a música pop baiana identificada sob o rótulo mercadológico de *axé music*, de sólidas características regionais, apesar do título americanizado. É um momento cultural muito diferente do que a capital vive nos anos 1950 e 1960. O contexto é outro. No teatro, o êxito comercial da comédia *A bofetada*, encenada pela Cia. Baiana de Patifaria acontece na mesma época em que o público de Salvador começa a consagrar espontaneamente uma identidade cultural através da música popular.

Com a constatação da farta disposição das plateias baianas para o riso, sobretudo quando o palco serve de espelho do seu cotidiano, é natural que uma série de comédias venha a caracterizar a cena teatral na primeira metade dos anos 1990. Mesmo quando o espetáculo não se enquadra literalmente no gênero, o fazer rir está de alguma forma presente em boa parte das produções nos palcos e com ótimas bilheterias, levando o teatro baiano a ser reconhecido nesse período como a segunda manifestação artística mais popular de Salvador, perdendo apenas para a música. As comédias são importantes até mesmo para que o ressurgimento de outras tendências comece a ser cobrado por quem vê na exploração do humor um caminho fadado à repetição de uma fórmula de sucesso. O teatro produzido na Bahia atravessa a década de 1990 bem mais próximo do grande público local. (UZEL, 2010)

Nilda Spencer está em evidência neste período em montagens como *Quincas Berro D'Água* (1995), adaptada da obra homônima de Jorge Amado e dirigida por Paulo Dourado; *A mais forte* (1997), de August Strindberg em que divide o palco com a veterana atriz Yumara Rodrigues, sob direção de Marcio Meirelles; *Lábios que beijei* (1998), escrita pelo autor e diretor Paulo Henrique Alcântara (na época com 32 anos de idade) especialmente para ela e para o seu companheiro de cena Wilson Mello; e *Ensina-me a viver* (2001), em comemoração aos seus 45 anos de carreira. Também continua atuando como uma agente cultural que atravessa épocas distintas e marcantes. Integra o elenco de filmes importantes do cinema brasileiro, assina durante três décadas uma coluna semanal no jornal *Tribuna da Bahia*, integra o Conselho Estadual de Cultura e solidifica sua história como a única mulher a consolidar e fazer repercutir uma carreira teatral tão longeva na Bahia.

O lado de seu brilho como artista, desde as primeiras peças, nos anos 50, passando pelo desempenho administrativo – como corajosa executora de um programa teatral ameaçado de interrupção, com o afastamento de Martim Gonçalves, em 1961 – até o amplo trabalho de gestão cultural como diretora da Escola de Teatro da Ufba **são fatos conhecidos por qualquer cidadão razoavelmente informado sobre a arte e a cultura na Bahia.** (MENDES, 2008, p.39)

Ensina-me a viver é a última montagem de teatro na trajetória da atriz (ela ainda faz o papel de Dona Canô, aos 82 anos, em um espetáculo de dança da escola Ebateca). Sua personagem Maúde já havia se popularizado no cinema através da atuação de Ruth Gordon, em 1971, no auge da contracultura e da filosofia hippie. No projeto teatral baiano, dirigido pelo paulista José Possi Neto, Nilda Spencer, aos 77 anos, interpreta uma mulher idosa e cheia de jovialidade que protagoniza uma história de amor com um rapaz recém-saído da adolescência. “Nilda vive

o papel de uma “menina” de oitenta anos, cuja alegria de viver transforma o mundo sombrio de um rapaz de 20 anos, Harold (interpretado por Lucas Valadares)”. (MENDES, 2008, p.41) Na pele dessa personagem transgressora, Nilda encontra identificação com sua própria trajetória tão marcada pela quebra de estereótipos de gênero. Em 2008, ela sofre uma queda em sua residência e se interna para se submeter a uma cirurgia. No hospital Jorge Valente, em Salvador, acaba contraindo uma infecção pulmonar, sofre duas paradas cardíacas e morre aos 85 anos. No mesmo dia em que é internada no hospital, a Universidade Federal da Bahia inaugura, em sua homenagem, a Galeria Nilda Spencer, no Teatro Martim Gonçalves, comemorando os 52 anos de carreira dessa personalidade única na história das artes cênicas na Bahia.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **Geração, a “diferença” do feminismo**. Trabalho apresentado ao I Seminário Internacional Desafio da Diferença – Articulando Gênero, Raça e Classe, Salvador, 1998. Disponível em: <www.desafio.ufba.br/gt7>. Acesso em: 08 abr. 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000

FRANCO, Aninha. **O teatro na Bahia através da imprensa – Século XX**. Salvador: FCJA/COFIC/FCEBA, 1994.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva Petrópolis: Vozes, 2011. p.103-133.

HOCHSCHILD, Arlie Russell; EHRENREICH, Bárbara (Orgs.). **Global woman**: nannies, maids and sex workers in the global economy. New York: Metropolitan Books, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das

Letras, 2000.

MENDES, Cleise. Nilda, estrela. **Muito**, A Tarde, Salvador, n.28, p. 38-42, 12 out.2008.

MUNIZ, Alethea. Senhora arretada – Nilda Spencer, a dama do teatro baiano, também brilha no cinema. **Correio Braziliense**, Brasília, p.3, 18 jun. 2000.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.); PISCITELLI, Adriana; GOLDANI, Ana Maria. **Textos didáticos, n.48**: A prática feminista e o conceito de gênero. São Paulo, IFCH/UNICAMP, nov. 2002.

PROGRAMA do espetáculo **Lábios que Beije**. Paulo Henrique Alcântara. Salvador: Teatro Sesi, nov. 1998.

PROGRAMA do espetáculo **Ensina-me a Viver**. José Possi Neto. Salvador: Sala do Coro do Teatro Castro Alves, maio 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.). **A ousadia da criação** – Universidade e cultura. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 1999.

SARDENBERG, Cecília. A mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista 'cinquentona'. In: FERREIRA, Sílvia Lucia e NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Orgs.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2002, p.51-68.

UZEL, Marcos. **A noite do teatro baiano**. Salvador: P55, 2010.

_____. A Bahia Cultural dos Anos 50/60. **A Tarde**, Salvador, p. 8-9, 14 nov. 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011. p.7-72.

FEMINISMO E PORNOGRAFIA: DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

Léa Menezes de Santana
leasantana@gmail.com

A pornografia sempre foi vista como um tema controverso. Originalmente utilizada como instrumento de contestação, de crítica às autoridades religiosas e políticas, ao final do século XVIII a pornografia passa a ser instrumento de incitação e prazer sexual tanto por conta da popularização da escrita e das tecnologias de impressão, quanto pela necessidade, ainda política, de demarcar as diferenças sexuais. No calor das reviravoltas sociais e culturais causadas pelos movimentos revolucionários da época, os produtos pornográficos se ressignificam, passando a ter o perfil que até hoje reconhecemos, como propagadores de estereótipos de gênero e sexualidade. No âmbito das teorias feministas a pornografia ainda hoje é tema de acalorados debates. Tida por algumas correntes feministas como a mais cruel materialização do patriarcado, responsável por incitar à violência sexual e objetificar a mulher; para outras teóricas é vista como empoderadora, capaz inclusive de ser uma valiosa ferramenta para a emancipação da sexualidade

feminina. O presente artigo tem por objetivo observar os diversos discursos sobre este fenômeno e oferecer um quadro histórico das visões feministas sobre a pornografia.

A pornografia é um produto cultural com data e local de nascimento, como também propósito e objetivo específicos. Apesar de imagens representativas do corpo humano, de órgãos sexuais ou cenas de sexo estarem presentes em diversos momentos e locais na história das civilizações, o termo pornografia só passou a ser definido da forma como hoje o entendemos e é difundido, a partir do século XVIII. Até então a pornografia era uma forma de contestação, de crítica às autoridades religiosas e políticas. A partir da popularização da escrita e das tecnologias de impressão iniciadas no século XIX, a pornografia tomou o rumo mais comercial e passou a ser difundida mais amplamente, já com o objetivo de produzir excitação e prazer sexual. (KAMPF, 2008). Foi com o advento da imprensa, popularizada no início do século XVI, que se percebeu a expansão do público leitor urbano devido à facilidade de produção de libretos baratos, disponibilizando então às camadas mais populares o acesso a escritos e ilustrações que antes eram propriedade exclusiva das classes mais abastadas. (HUNT, 1999) Se até então os escritos eram de acesso restrito, portanto pouco numerosos, a possibilidade de impressão abundante deu espaço ao nascimento do pornográfico enquanto gênero literário. Caracterizado pela presença de imagens e/ou palavras que feriam o pudor, tendo na representação explícita do sexo a sua característica principal.

As primeiras representações de práticas e órgãos sexuais foram encontradas há cinco mil anos. Ainda no Egito antigo já se viam desenhos de felações e sexo entre homens estampadas em cerâmicas gregas. As estampas japonesas ancestrais também mostram imagens de jogos eróticos e na América pré-colombiana foram encontradas figuras antropomórficas com enormes falos, um

grande número de cenas de orgias decora o templo de Lakshmana, na Índia. Na Idade Média os principais protagonistas das representações eróticas eram figuras demoníacas, que apareciam atuando em parceria com freiras e monges. Importante lembrar também das descobertas nas escavações de Pompéia, no século XVII: um enorme acervo de imagens eróticas, que por anos ficaram escondidas em uma área secreta no Museu de Nápoles. Este acervo só foi aberto há visitação anos depois, mas apenas para homens das altas classes; a mulheres, crianças e pobres ainda era proibida a visita aos grafites. (PRADA, 2010)

O tratamento dado às obras descobertas em Nápoles nos dá uma pequena amostra de como, até hoje, são compreendidas as imagens pornográficas. O que em uma sociedade e época é comum e banal, para outras culturas pode ser considerado grosseiro e perigoso. Também as justificativas para a censura dos conteúdos pode variar. Em alguns momentos da história ocidental as representações sexuais explícitas sofreram censuras religiosas, sendo taxadas como imorais ou blasfêmias; censuras políticas são vistas como imagens subversivas. Em meados do século XIX inicia-se a perseguição moral por seu caráter obsceno, justamente quando as camadas mais populares, não só as elites mais abastadas, passam a ter acesso a tais conteúdos. (PRADA, 2010)

O próprio entendimento do que vem a ser considerado pornográfico é fruto de contextos históricos. Para a antiguidade as imagens de representações sexuais eram uma forma de celebração da vida, de exaltação da fecundidade, de louvor aos deuses. Para a Idade Média, o mais importante eram os personagens, padres, freiras, monarcas representados, com intenção de crítica aos poderes políticos e religiosos vigentes. (HUNT, 1999) A partir do século XIX as imagens passam a ter uma leitura como produtos marcadamente voltados à estimulação da prática sexual. Prada (2010) afirma que foram as técnicas de impressão e distribuição

que levaram a pornografia a ser entendida como um problema social, “provavelmente como uma reação burguesa frente a seu potencial subversivo”.

Justamente por esta relação estreita entre a atuação social, a pornografia também pode ser estudada como um retrato da sexualidade humana em cada momento histórico. A produção pornográfica é, antes de tudo, uma categoria “ideológica que possui diferentes significados de acordo com o momento histórico” (KAMPF, 2008, p. 9), como derivado da produção humana, tem uma história, uma intenção, em determinado contexto no tempo, podendo dizer sobre a cultura daquele momento e lugar.

Leite Jr (2012) afirma que a pornografia não existe como categoria ou obra cultural específica, mas sim enquanto conceito, indissociável do momento histórico em que nasceu. Os primeiros textos pornográficos, por exemplo, veiculados na França ao final da década de 1740, associavam-se claramente ao romance, como forma literária, e tinham como alvo criticar a corte francesa, o rei e o clero, as forças de dominação e legislação vigentes. Neste recorte a sexualidade era usada como pano de fundo para contundentes críticas políticas (KAMPF, 2008, p. 19). Ao final dos anos 1740, percebe-se uma mudança de uma pornografia libertina, filosófica e política para uma pornografia comercial que tem como principal objetivo para a sua venda produzir e incitar prazer sexual.

No período que vai do século XVI até XVIII, a pornografia, como estrutura de representação literária visual, apresentou o corpo feminino como um objeto do prazer masculino. Os novos ideais e também os padrões biológicos e morais que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX exigiram a reafirmação da diferença sexual e, portanto, social e política fundamental entre homens e mulheres. Entre 1790 e 1830, a função social e a política da pornografia mudam para tornar-se um negócio comercial. (KAMPF, 2008, p. 21)

O mais popular pornógrafo de todos os tempos, o Marquês de Sade, escreve antes e depois da Revolução Francesa, justamente neste momento, mas suas obras não passam por esta transição. Sade mantém-se fiel ao estilo libertário e filosófico, utilizando-se das descrições das práticas sexuais para criticar a moral vitoriana. O Marquês era fiel à linhagem libertina que usava o romance como de expressão da insatisfação da classe alta contra a moralidade e a ortodoxia religiosa. No correr do século XVIII, tanto a insatisfação quanto a escrita difundem-se entre os artesãos e as classes mais baixas dos países ocidentais; especialmente Inglaterra e França. Os libertinos seriam livres pensadores abertos à experimentação sexual e literária.

Mesmo como instrumento de contestação, a pornografia sempre teve como principal alvo a elite masculina e urbana. Com a Revolução Francesa entram em pauta discursos mais populistas, o que ampliou o consumo para as classes trabalhadoras. Outras mudanças aconteceram entre os séculos XVIII e XIX, causadas pelos novos ideais e padrões morais da época. Era necessário, portanto, marcar a diferença entre os sexos, na vida política e social, e isto pode ser percebido também na narrativa pornográfica. (KAMPF, 2008)

E o feminismo com isso?

Se mesmo como instrumento de contestação a pornografia já tinha como principal alvo a elite masculina urbana, como incitação da libido não foi diferente. O principal ponto de ataque das mulheres à pornografia nos tempos atuais, tanto entre as teóricas quanto entre as possíveis consumidoras, é o fato dos materiais, filmes, revistas, terem uma narrativa e desenho voltados para a apreciação do público masculino. Tal afirmação é facilmente comprovada

sem sequer nos empenharmos numa investigação aprofundada: basta passear o olhar pelas capas de revistas expostas em bancas ou nos DVDs disponíveis nas locadoras, a leitura de textos de divulgação de shows eróticos e chamadas para as boates especializadas. A maior parte da publicidade em torno da pornografia é voltada para o consumidor masculino, para incitar o olhar e apetite sexual do macho humano. Com um pouco mais de curiosidade e investigação percebemos que também a produção é massivamente controlada por homens, tanto operando as filmadoras quanto máquinas fotográficas ou editorias de publicações.

Frente a tal constatação não é surpreendente que tenha surgido, dentre as correntes do pensamento feminista, um intenso debate sobre os valores associados à pornografia, como também considerações sobre as consequências que o consumo de tais materiais traria para as mulheres. Tal debate, que ocorreu mais fortemente entre as décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos, teve como participantes as mais ativas teóricas do feminismo lésbico, segmentadas em dois pólos: as feministas pró-sexo (ou anticensura) e as feministas antipornografia. Chamada de *Feminist Sex Wars*, a discussão girou em torno das formas de se alcançar a liberdade sexual da mulher e de como as práticas sexuais poderiam ser opressoras ou emancipadoras para as mulheres. Neste âmbito, no que diz respeito específico à pornografia, o discurso feminista se dividiu em dois fortes posicionamentos: as feministas anti-pornografia enxergavam nos produtos pornográficos uma violência para com as mulheres e a mensagem básica pode ser sintetizada pela máxima de Robin Morgan (1980) de que “a pornografia é a teoria; o estupro é a prática”. Já as pró-sexo defendiam haver um grande potencial a ser explorado na prática pornográfica, este só não havia ainda sido descoberto. O problema, neste caso, não é o produto *per se*, mas o uso que se faz dele.

As bases deste debate estão no início dos anos 1970, quando os Estados Unidos passavam por um momento de intensa repressão à sexualidade por grupos religiosos e políticos republicanos da extrema direita. Paralelo à cultura hippie, à descoberta da pílula contraceptiva e aos movimentos pelo amor livre, crescia na sociedade americana um movimento de intensificação das leis contra o aborto, impedimentos de extensão aos direitos dos homossexuais e intensa propaganda incentivando as mulheres a abandonar a esfera pública e retornar aos cuidados da família e do lar. Esta retórica normativa e opressora era o que caracterizava a *New Right*. (GREGORI, 2003)

Ironicamente o movimento da *New Right* teve uma boa recepção por uma parcela do movimento feminista lésbico. Tais grupos, que defendiam o lesbianismo como uma opção política, acreditavam que toda relação heterossexual era uma relação de subordinação, em que a mulher sempre seria dominada por seu parceiro masculino. Apesar de muitas destas teóricas e ativistas serem ligadas aos movimentos denominados de feminismo radical (com bases marxistas e, por princípio, contrários aos ideais republicanos), houve certa coalisão de interesses entre os grupos. O feminismo radical postula que a origem da subordinação e opressão feminina está no patriarcado, ou seja, no poder da supremacia masculina, justificado pelas diferenciações sexuais inatas a cada sexo. E se, para algumas estudiosas, a pedra fundamental para manutenção do patriarcado era a capacidade reprodutiva das fêmeas, para outro segmento a resposta encontrava-se na própria sexualidade, no simples fato de ser mulher. Mostrando sua origem marxista, Catherinne McKinnon (1982, p.515) afirma que:

A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que é mais próprio de cada um e o que mais se tira de cada um... A sexualidade é este processo social que cria, organiza, expressa e direciona o desejo,

criando os seres sociais que conhecemos como homens e mulheres, do mesmo modo como suas relações criam a sociedade... Assim como a expropriação organizada do trabalho de alguns para o benefício de outros define uma classe – a dos trabalhadores – a expropriação organizada da sexualidade de alguns para o uso de outros define o sexo, mulher.

Aliadas ao pensamento de MacKinnon, as feministas antipornografia entendem existir um contrato sexual, anterior mesmo ao contrato social nas sociedades ocidentais, que beneficia os homens, dando-lhes direito inclusive de propriedade sobre as mulheres. A pornografia, tal como a prostituição, seria a forma mais brutal de materialização deste contrato, perpetuando a lógica de dominação e ensinando aos jovens rapazes a tratar as mulheres como meros objetos, disponíveis para seu prazer sexual (PRADA, 2010).

Para criar esta hipótese, Pateman (1995) se apoiou na teoria do contrato social de Rousseau e nos princípios de liberdade universal, questionando o quão democrática seria tal liberdade visto que a criação das leis que regulam as sociedades é atividade majoritariamente masculina, estando à atuação das mulheres restrita a espaços privados, como os cuidados da família e do lar. A capacidade reprodutiva das mulheres e as necessidades de cuidados dos filhos associariam as mulheres à natureza e à afetividade, fazendo-as incapazes de lidar com os desafios da vida pública. Aos homens caberiam as tarefas de legislar, guerrear e sustentar a família, e os espaços de cultura. Presas ao lar, alijadas do espaço público, as mulheres estariam também privadas das possibilidades de liberdade, igualdade e fraternidade, fundantes do contrato social. Desta forma, também o casamento e a maternidade seriam afirmações desta dominação masculina, da mesma forma que a pornografia e a prostituição. (PATEMAN, 1995)

Pelo mesmo viés do patriarcado, a feminista Robin Morgan (1989) entende que a comercialização dos corpos das mulheres em ima-

gens pornográficas é a afirmação da cultura de dominação sexual. Morgan (1989), que cunhou a célebre frase “a pornografia é a teoria, o estupro a prática”, acredita que a sexualidade feminina é acionada pela afetividade, ternura e pelo sentimento amoroso enquanto que a sexualidade masculina seria mais objetiva, promíscua e sem compromisso emocional. A pornografia reforça o discurso da sexualidade óbvia, fria, do sexo pelo sexo, associando mulheres as putas, sem respeitabilidade e sem moral. (MORGAN, 1989)

Robin Morgan foi uma das fundadoras da organização *Women Against Pornography* (WAP¹), que contava também com participação, dentre outras, de Andrea Dworkin um dos mais fortes nomes neste time de feministas. A análise de Dworkin (1989) sobre a pornografia é uma das mais contundentes, afirmando que os discursos pornográficos definem papéis fixos para homens e mulheres, sendo as mulheres mercadoria de uso dos homens tendo como significado social, como definição, ser objetos utilizáveis sexualmente, segundo o desejo deles. Na pornografia existe sempre a dualidade dominadores *versus* dominadas, ativos *versus* passivas, confirmando a ideia de contrato sexual e mantendo a ordem social estabelecida, tal qual as propagandas racistas. Dworkin (1989), acredita que a pornografia é, acima de tudo, uma lógica de relações entre os sexos, passível de ser aprendida pelos(as) espectadores(as) na qual a mulher representa a mercadoria, de coisa que se adquire e usa. O grande perigo desta produção é o fato de que, ao homem, não basta apenas o campo da representação, ele quer fazer sexo com aquela mulher vendida pela pornografia.

Dworkin (1989), também foi uma das precursoras do movimento pelo lesbianismo político, afirmando que a sexualidade masculina é por natureza compulsiva e que haveria aí uma vinculação estreita entre sexualidade e violência. Desta forma toda relação heterossexual seria um estupro, ainda que consentida, visto que a sua vontade está sempre submetida a do homem. O consentimento,

na visão do autor, seria apenas aparente e a pornografia é tanto a expressão desta encenação, como é uma expressão de violência.

Parceira intelectual de Dworkin em diversas ocasiões, a advogada feminista Catharine MacKinnon (1989) também acredita ser a sexualidade a principal área de desigualdade entre os sexos afirmando ser na dimensão da sexualidade que se reforça a hierarquia entre os gêneros. A pornografia é o veículo que apresenta a verdade do sexo, já que ali está representado como os homens veem o mundo, como eles acreditam que este deveria operar. Também no que diz respeito à relação entre homens e violência, MacKinnon concorda com Dworkin, quando coloca que os homens se excitam com imagens de mulheres degradadas e ultrajadas. Com base em diversos estudos científicos, MacKinnon (1989) conclui que a pornografia estimula a violência contra as mulheres ao vendê-las como mercadorias para o sexo, e fazendo com que humilhação feminina seja excitante. Segundo MacKinnon (1989, p.384), na “pornografia a violência é sexo. A desigualdade é sexo, a humilhação é sexo”

Também em relação ao direito de recusar o sexo, MacKinnon concorda com a perspectiva de Dworkin. A pornografia cria realidades e visões de mundo, fazendo com que as mulheres tenham a falsa impressão de escolha, quando, na verdade, a decisão cabe apenas ao macho. Tal qual uma geladeira não escolhe gelar ou não o alimento, sendo vendida enquanto mercadoria para satisfação do desejo sexual masculino, a mulher é coagida a participar do ato sexual, o que, para as autoras, explicaria também a participação das mulheres nas produções dos filmes e revistas. Na pornografia as mulheres são objetos a serem dominados e humilhados, tanto individualmente quanto enquanto categoria.

A crítica à análise tanto de MacKinnon quanto de Dworkin, e associadas, é que, ao ver todos os homens como inimigos, elas

não abrem caminho para possibilidades de alianças. A leitura desta linha de feministas, além de dualista, congela as posições de cada personagem em categorias imutáveis: vítima e algoz.

Ironicamente, foi também de dentro dos movimentos feministas lésbicos que surgiu o contra-ataque ao puritanismo. Entendendo que as leituras antipornográficas fixavam a relação entre sexualidade e modelos de dominação, como também com posições estáticas e essencialistas de gênero. Um grupo de estudiosas e ativistas (majoritariamente lésbicas, mas também heterossexuais) saiu em defesa de uma nova leitura da sexualidade que implicava na ideia de que a liberdade sexual da mulher pode, sim, ser empoderadora. Em 1982 uma conferência realizada no Bernard College, em Nova York, deu origem ao mais rico material já produzido sobre tal discussão. Desta conferência foi lançado o livro marco das discussões feministas sobre a sexualidade e dois artigos são historicamente citados como pioneiros na tentativa de criar uma nova teoria para a sexualidade.

Carole Vance (1984) defende que a sexualidade feminina é composta de prazer e perigo. A autora concorda com a premissa de que a sexualidade feminina é um espaço também de intensas repressões, sendo as mulheres constantemente alertadas sobre os perigos de violência, mas também deve ser visto como campo de prazeres, descobertas e engajamento. A autora concorda com as afirmações sobre os possíveis perigos que a fruição livre da sexualidade feminina implica, no sentido em que estupro, abuso e espancamento são elementos possivelmente envolvidos no exercício desta liberdade, mas também está presente a promessa do prazer, da descoberta, do lúdico e de novas possibilidades eróticas, que implicariam, inclusive, na quebra da naturalização da sexualidade, tomada apenas como exercício de reprodução. Vance recorda ainda que o feminismo deve ter outros objetivos, além de resistir à coerção, mas também à ignorância e ao medo

da indiferença. “O feminismo deve servir para o crescimento do prazer e felicidade da mulher, não apenas para diminuir nossa miséria”². (VANCE, 1984, p.24).

A autora aponta ainda que parte da estratégia de proteção à violência contra mulher foi o silenciamento do desejo sexual feminino através de um acordo tradicionalmente feito entre as partes: “Se as mulheres forem ‘boas’ (sexualmente reservadas) os homens iriam protegê-las; caso contrário os homens iriam puni-las”. (VANCE, 1984, p.2). A saída encontrada pelas feministas do século XIX, segundo a autora, foi a de desencorajar os desejos e impulsos sexuais masculinos restringindo os próprios impulsos e desejos. Propagando a própria assexualidade, as mulheres buscavam garantir segurança contra a possibilidade de violência masculina. A segunda onda do pensamento feminista tentou dar maior autonomia à sexualidade feminina como também enfraquecer a lógica da “proteção” masculina. Contudo, apesar de tais esforços, o medo de sofrer represálias pela livre fruição da sexualidade não abandonou as mulheres. O movimento da *New Right* (e o estranho casamento desta com seguimentos feministas lésbicos) foi também parte da manutenção desta lógica punitiva. Vance (1984), alerta que as mulheres que ousam buscar sua libertação sexual sofrem represálias não apenas dos homens, mas também das demais mulheres.

E não só o medo da violência leva as mulheres a calarem sua sexualidade, mas também o medo da ridicularização. A autora, lembra que, ao afirmar que o sexo seria um tema trivial, de menor importância, o discurso da ideologia antipornográfica encontra diferentes formas de constranger as mulheres como, por exemplo, ao afirmar que o interesse no sexo é uma característica masculina, ou ainda que tais preocupações seriam banais e não políticas, considerando a quantidade de questões mais pungentes a serem discutidas. “Nós desacreditamos nossas paixões, ao pensar que

não seriam nossas, mas o construto de uma cultural patriarcal? Podem as mulheres ser sujeitos sexuais?”³ (VANCE, 1984, p.6)

Gayle Rubin (1984), também presente na conferência do *Bernard College*, aponta que, apesar da ideia de que a sexualidade seria um assunto de menor importância em contraste com a guerra, a fome ou a aniquilação mundial, os conflitos e ansiedades sobre as práticas sexuais refletem as ansiedades e conflitos políticos e sociais enfrentados pelas nações em dados momentos históricos. Segundo Rubin (1984), como toda atividade humana, as práticas sexuais também são frutos do seu tempo e história, e estão imbuídas de interesses e conflitos políticos como todo produto da atividade humana. Num longo exame histórico, especialmente da sociedade americana, seu lugar de fala, a autora relaciona o desenvolvimento das leis de regulamentação das práticas sexuais à necessidade de controle e normatização das sociedades ocidentais. (RUBIN, 1984)

Um importante ponto deste artigo é o fato de Rubin (1984) atestar que o campo do feminismo não seria a arena mais apropriada para as discussões sobre a sexualidade. Ela defende que uma disciplina que modela e direciona as expressões da sexualidade e organiza a sociedade em dois sexos antagônicos (homem e mulher) não seria a mais adequada para tratar das relações de poder ali presentes. Rubin (1984) ainda salienta a necessidade de se observar as relações sociais, culturais e de poder presentes nas interações dos casais homossexuais e mesmo entre casais heterossexuais, mas que têm práticas sexuais nãoconvencionais, como os fetichistas ou os não-monogâmicos. Neste artigo ela também apresenta um sistema hierárquico de valoração dos indivíduos baseado nas suas condutas sexuais, em que fetichistas, praticantes de sadomasoquismo ou pessoas com interesses sexuais em parceiros de idades muito díspares (sejam estes indivíduos homens ou mulheres, hétero ou

homossexuais) seriam vistos como menos valoráveis e até com menos direito à cidadania.

No mesmo texto Rubin (1984) avança, apresentando o que ela chama de castas sexuais. Analisando o quanto a medicina, a psiquiatria e a religião influenciaram a formação das leis e hábitos ocidentais, Rubin monta um esquema de estratificação, mostrando o quanto indivíduos com atuações sexuais tidas como não-convencionais são vistos como menos respeitáveis, até mesmo mentalmente insanos. Os mais privilegiados, ocupando o topo da pirâmide das castas sexuais, seriam os casais heterossexuais, casados e com características raciais, etárias e sociais semelhantes. Este seria o sexo bom, saudável e moralmente aceito. Atuações desviantes tais como cruzamentos geracionais, atração pelo mesmo sexo, adeptos de *bondage* ou sadismo estariam na base da pirâmide, fora da linha do socialmente (e até legalmente) aceitável.

Todas essas hierarquias de valor sexual – religiosos, psiquiátricos e populares – funcionam em muito da mesma maneira como os sistemas ideológicos do racismo, etnocentrismo, e chauvinismo religioso. Eles racionalizam o bem-estar do sexualmente privilegiado e a adversidade da plebe sexual. (RUBIN, 1984)

Seguindo a linha de pensamento de Gayle Rubin, Beatriz Preciado defende o rompimento com as velhas demandas do feminismo identitário para a criação de uma nova teoria sobre a sexualidade. Baseada nas leituras de Michael Foucault, Monique Wittig, Teresa De Lauretis, Felix Guattari, Donna Haraway, Audre Lorde, por exemplo, repensa as tecnologias do corpo e das práticas sexuais, como também das performances e conseqüentemente da pornografia, partindo de pressupostos dos teóricos gays, das feministas pós-estruturalistas, negras e pós-colonialistas. Beatriz Preciado (2011) afirma que as tecnologias sexuais e sociais são as responsáveis pela criação da diferenciação sexual, como também a natu-

realizam e permitem que tais pensamentos sejam passados adiante. Para Preciado (2011), a solução seria uma nova cultura do sexo que viesse a ressignificar a forma como este campo é vivenciado. Tomando como base o conceito de Foucault, Preciado (2011) vê a pornografia como constituinte de uma tecnologia sexual focada na biopolítica global de produção e normalização do corpo, sexualidade e prazer, por excluir todas as expressões, práticas e corpos que não se encaixam num conceito de normalidade heterossexual. Seu ponto de divergência com as feministas anti-pornográficas é quando ela defende que a censura não é a solução, mas sim a produção de novas pornografias, com discursos inovadores. A estratégia proposta pela autora é de que a produção de representações alternativas, criadas a partir de olhares divergentes seria o melhor antídoto contra as tentativas de normatização e domesticação dos corpos, investindo em evidenciar áreas dos corpos que teriam sido invisibilizadas ou privatizadas em prol de uma normatividade heterossexual.

Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os *drag kings*, as *gouines garous*, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes, ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (PRECIADO, 2011, p.14)

Desvinculando-se do pensamento feminista identitário, como também dos movimentos libertários homossexuais, Preciado (2011) defende que sejam abertos novos espaços de debates com possibilidade de dar voz a atores historicamente silenciados, como

transexuais, profissionais do sexo, lésbicas negras e todo um contingente que ela apresenta como as multidões *queer*. A partir destas vozes se daria a criação de novos discursos sobre a sexualidade e a pornografia, o que em uma plataforma de intervenção e ação social, um espaço de contraposição às tentativas normatizadoras da pornografia tradicional. Preciado (2011) acredita que este é o momento histórico em que as mulheres detêm capital tanto simbólico quanto material para produzir uma arte própria, realmente autoral, capaz de fazer frente às obras misóginas anteriores e esta seria a forma mais contundente de luta contra a objetificação e a violência.

Em um dossiê sobre feminismo lançado pelo jornal espanhol *El País*, Preciado (2007) defende que tais produções de mulheres seria uma resposta às feministas antipornográficas, como MacKinnon e Dworkin, que defendiam leis de censura à pornografia. Ela aponta que a lei não tem a capacidade de proteger as pessoas de representações semióticas de nenhuma linha, mas sim que estas devem ser combatidas com reflexão, discurso crítico e ação política. (PRECIADO, 2007).

As feministas pró-sexo defendem que a livre expressão sexual é parte fundamental da libertação do patriarcado, inclusive afirmando que a pornografia é um produto pensado para homens, mas que esta também possui um potencial subversivo que não foi totalmente aproveitado. A canadense Wendy McElroy (1995), defende esta corrente apontando que “a pornografia beneficia as mulheres tanto pessoal quanto politicamente”, visto que quebra com estereótipos culturais e políticos e oferece outras possibilidades de atuação sexual que não são comumente apresentadas. Ademais, segundo McElroy (1995), a pornografia e o feminismo têm um ponto de aproximação deveras especial, ambos advogando em prol de uma causa comum: a liberdade sexual da mulher.

Notas

¹ Uma estratégia da WAP foi a criação de uma visita guiada pelos estabelecimentos da indústria sexual na área da *Times Square* para educar os cidadãos de Nova York sobre as relações de produção das *sex shops* e show de sexo ao vivo. O roteiro para tais excursões foi escrito pela também feminista Susan Brownmiller e recebeu ampla divulgação e apoio da imprensa. Em 1979 a WAP organizou uma marcha nesta mesma localidade que contou com mais de sete mil participantes.

² Tradução da autora.

³ Tradução da autora.

Referências

ABREU, N. C. **O olhar pornô**: a representação do obsceno no cinema e no vídeo. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo. **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.21-30.

DWORKIN, A. **Pornography**: Men possessing women, 1989. Disponível em: <<http://www.nostatusquo.com/ACLU/dworkin/PornIntro1.html>.> Acesso em: 18 out. 2012.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000100003&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em: 28 out. 2012

HUNT, Lynn. (Org.). **A invenção da pornografia**: obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800. Tradução de Carlos Szlak. 1. ed. São Paulo: Hedra, 1999.

KÄMPF, Rachel. **Para uma estética na pornografia**. 2008. 77f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008. Disponível em: <http://aplicacoes.unisul.br/pergamum/pdf/93879_Raquel.pdf.> Acesso em: 19 ago. 2012.

LEITE JR, Jorge. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. **Cadernos Pagu**. n.38, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n38/n38a04.pdf>.> Acesso em: 04 out. 2012.

MACKINNON, Catherine A. **Towards a Feminist Theory of the State**. USA: Harvard University Press, 1989.

MCELROY, Wendy. **XXX: A Woman's Right to Pornography**. New York, NY: St. Martin's Press, 1995.

MORAES, Eliane. Efeito obsceno. **Cadernos Pagu**, n.20, p.121-130, 2003.

MORGAN, R. Theory and Practice: Pornography and Rape. In: P LEDERER, P. **Take Back the Night: Women on Pornography**. New York: Morrow, 1980.

PATEMAN, C. **El contrato sexual**. Barcelona: Anthropos, 1995.

PRECIADO, Beatriz. Mujeres en los márgenes. **El País**, Madrid, 13 ene. 2007. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/semana/Mujeres/margenes/elpepuculbab/20070113elpbabese_1/Tes> Acesso em: 06 out. 2012.

_____. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 19, n.1, p.11-20, jan./abr. 2011.

PINTO, P; NOGUEIRA, M. C.; OLIVEIRA, J. M. Debates Feministas Sobre pornografia heteronormativa: estéticas e Ideologias da sexualização. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.23, n.2, p.374-383, 2010.

PRADA, Nancy Prada. ¿Qué decimos las feministas sobre la pornografía? Los orígenes de un debate. **La manzana de la discordia**, Colombia, Univrtsidad Nacional de Colombia, v. 5, n.1 p.7-26 ene./jun., 2010.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex" In: REITER, R. (ed.), *Toward an Anthropology of Women*. **Monthly Review Press**, New York, p.157-210, 1975.

_____. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, C. S. **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality**. Boston: Routledge. 1984.

VANCE, Carole. Pleasure and Danger: towards a politics for sexuality. In: VANCE, C. S. **Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality**. Boston: Routledge. 1984.

Ecoss do Patriarcado nas eleições do distrito federal

Fernanda Argolo Dantas
nandaargolo@gmail.com

A inclusão das mulheres no parlamento e nos cargos de representatividade política tem sido o tema de diversos fóruns ao redor do mundo. A sub-representação feminina nesses espaços é flagrante e tem gerado discussões sobre a necessidade de políticas afirmativas de paridade, em que a presença das mulheres seja legalmente garantida. No Brasil, a situação não é diferente, e o país apresenta um dos mais baixos índices de participação feminina nas casas legislativas. Outro dado é que boa parte dessas representantes pertencem a oligarquias políticas e assume os mandatos para garantir a manutenção da família no poder, caso de nossa análise. Mas para compreendermos a formação desse quadro é preciso contextualizar em que bases a administração pública no país foi construída e como se deu a inserção das mulheres no campo político.

O Brasil foi formado em um modelo patriarcal de desenvolvimento, com foco especial à economia patriarcal que se estabeleceu a partir da escravidão dos

negros africanos. Na sociedade dessa época, o senhor de engenho, dono das terras, dispunha sobre a vida de sua esposa, filhos, empregados e escravos. Todos obedeciam às vontades desses homens, uma repetição remodelada do sistema feudal, com suseranos e vassallos cumprindo ordeiramente seus papéis. O patriarcado concentra-se num modelo personalista de administração em que a autoridade pessoal é a regra, assim ao enveredar nas decisões da esfera pública ele subverte o bem estar social. Weber (2004) avalia o patriarcado em oposição à burocracia, onde a autoridade é exercida por meio de regras circunstancialmente determinadas, e não pela vontade do indivíduo. Pelo imbrincamento entre o patriarcado e a administração pública surge o conceito de patrimonialismo. Nesse sistema exerce-se o poder a partir de relações pessoais de confiança, os interesses pessoais sobrepoem-se às políticas públicas ou mais claramente às políticas de interesse público, com esse exercício de poder legitimado pela tradição.

A dominação do patriarcado impediu o desenvolvimento político e intelectual das mulheres no Brasil. Criadas para serem as donas da casa, poucas aprendiam a ler ou eram incentivadas ao exercício de atividades fora do lar, com exceção das mulheres negras, que trabalhavam em regime de escravidão, e após a abolição tiveram que assumir postos de trabalho para sustentar suas famílias. O direito ao voto, por exemplo, só foi conquistado depois da revolução tenentista de 1930, com a edição em 1932 do novo Código Civil.

Mulheres e eleições no Brasil

A participação feminina em processos eleitorais no Brasil teve início em 1928 no Rio Grande do Norte. As duas primeiras eleitoras cadastradas foram as professoras potiguares Julia Barbosa, de Natal, e Celina Vianna, de Mossoró. Neste mesmo ano, no muni-

cípio de Lages, também no Rio Grande do Norte, o país elegeu a primeira prefeita, Alzira Teixeira Soriano, no município de Lages, pelo Partido Republicano Federal. Filha de um líder político da região, Alzira elegeu-se com 60% dos votos e foi apoiada durante a campanha pelo então governador do Estado, Juvenal Lamartine. O marido, Thomaz Soriano de Souza Filho, também atuava em campanhas políticas e era, segundo relatos da filha do casal, “um dos nomes da lista de candidatos a governador no começo do século”. (SORIANO, 2009) Mesmo como integrante de uma família tradicional com grande influência política na região, consta que a prefeita sofreu diversos constrangimentos para assumir o cargo, chegando a ouvir que isso era coisa de prostituta e não de mulher de família, segundo relato encontrado no *Dicionário das Mulheres no Brasil*. (SHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Mas a participação em âmbito federal ainda não havia sido regulamentada. Isso aconteceria após a publicação do Código Eleitoral de 1932. O código conferia às mulheres casadas, com autorização do marido, às solteiras e viúvas com renda própria o direito de votar e ser votada. Esse direito seria exercido um ano depois nas eleições de 1933. As restrições foram suprimidas pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, mas o voto era obrigatório apenas às mulheres que exerciam cargos públicos remunerados. A obrigatoriedade só foi instituída pela Constituição de 1946.

São Paulo elegeu a primeira deputada federal do país, a médica paulista Carlota Pereira de Queiróz que se destacou durante a Revolução Constitucionalista de 1932 ao organizar um grupo de 700 mulheres para apoiar a Cruz Vermelha no atendimento aos feridos deste movimento civil. Era filha de um abastado fazendeiro e sua mãe integrava uma família de políticos de São Paulo. Conforme os relatos da época o mandato de Carlota primou pelo apoio a políticas de defesa da condição das mulheres e das crianças. Na mesma eleição de 1933, outra mulher, a fluminense

Bertha Luz foi alçada a suplente na Câmara dos Deputados, como representante do Distrito Federal.

De lá pra cá muitas mulheres vêm se destacando no cenário político nacional, e chegamos em 2010 à eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, a economista Dilma Vana Rousseff. No entanto, a participação das mulheres na esfera política nacional ainda é incipiente e o Brasil está no grupo de países com pior desempenho quanto à presença de mulheres no parlamento. O país ocupa o 120º lugar em representação feminina, segundo a Inter-Parliamentary Union, atrás de quase todos os latino-americanos, de outras nações de língua portuguesa como Angola e Moçambique e dos países do G-7. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (2011), as mulheres representam apenas 8,6% da Câmara dos Deputados (44 deputadas dos 513) e 16% do Senado (26 senadoras dos 81). Para garantir a participação feminina nos pleitos eleitorais, a legislação eleitoral brasileira indica uma cota de participação feminina, em que 30% das candidaturas por partido devem ser preenchidas por mulheres.

Verifica-se ainda que boa parte do número de mulheres que ocupam cargos eletivos nas diferentes esferas legislativas é herdeira de capital político familiar, são filhas ou esposas de homens com tradição política e utilizam esse capital simbólico para legitimar sua participação na cena política. Em 2002, 46,4% das deputadas da Câmara Federal eram herdeiras desse capital. (PINHEIRO, 2007, p. 99) A estratégia não é só das mulheres, muitos homens também o fazem como marketing político, mas isso não indica essencialmente que as legislaturas serão ruins ou que esses indivíduos não estejam preparados para atuar no parlamento. A face negativa da questão está na falsa participação dessas mulheres no cenário político. Quando as candidaturas são feitas em nome do interesse dos clãs familiares, quando a mulher atua como fantoche do marido ou do pai.

[...] elas se “aproveitam” do prestígio de familiares para conquistar uma cadeira no Parlamento, e herdaram, não apenas o *savoir faire* político, mas também uma rede de vínculos, compromissos e lealdades (PINHEIRO, 2007, p.90).

Nesse sentido adentramos na discussão sobre a política da presença e seus desdobramentos para a representação dos interesses femininos no cenário político. A política da presença defende que a participação das mulheres em exercícios legislativos é o que vai garantir a defesa dos interesses da comunidade de mulheres, argumento contrário ao dos defensores da política das ideias para quem não importa quem está representando, mas sim os assuntos que estão sendo defendidos. As discussões sobre a questão da representatividade especial dividem opiniões, mesmo dentro do feminismo, com autores prós e outros contra a política de cotas. Existe um movimento na França que reivindica a paridade no Parlamento entre o número de mulheres e homens, com a proposta de divisão dos cargos em 50% para cada sexo. Essa demanda tem gerado complexos debates acerca do ideal de universalismo, do indivíduo universal, contidos nas premissas republicanas. O indivíduo universal não traria o traço de gênero como marca distintiva, apregoam os defensores da política das ideias. O que se questiona em contraponto é o fato da política do universalismo ter sido construída numa base especialmente androcêntrica, em que o modelo do indivíduo universal foi o homem, enquanto a mulher era exemplo do particular.

É paradoxal, mas interessante argumentar que foi o universalismo quem melhor preservou a sexualização do poder, e que a paridade, ao contrário, tenta dessexualizar o poder ao estendê-lo a ambos os sexos. A paridade seria, então, o verdadeiro universalismo. (COLLIN apud SCOTT, 2001, p.376)

No entanto, ao defendermos a assunção de uma política de presença baseada apenas no gênero, acabamos por sublimar os outros aspectos que colaboram para a formação identitária do indivíduo, bem como desprezamos a base política à qual está atrelada. Young (2006) discorre sobre as críticas à questão da representatividade de grupos nas democracias representativas modernas e sobre as nuances da política da presença.

[...]a ideia de representação especial assume que um grupo de mulheres, ou de afro-americanos [...], tem um conjunto de atributos e interesses comuns que pode ser representado, o que na maioria das vezes não seria verdadeiro” (YOUNG, 2006, p.141)

Mas ainda que levantemos as fragilidades da política da presença é inegável a necessidade de uma medida que garanta maior representatividade das mulheres e de outros grupos minoritários nos foros de decisão política para o exercício de uma democracia representativa que considere a complexidade social e a multiculturalidade. A autora defende a representação especial de grupos, e aponta que boa parte dos argumentos contrários distorcem o conceito de representação democrática. “Muitos dos discursos sobre a representação assumem implicitamente que a pessoa que representa se põe numa relação de substituição ou identidade com os muitos representados [...]” (YOUNG, 2006, p. 142). A discussão sobre o tema é complexa e controversa, mas anuindo ao pensamento de Phillips (2001) podemos inferir que é a mistura entre a presença e as ideias que garantirá maior efetividade no cumprimento da defesa dos interesses da coletividade.

A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes:

quando ideias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e ideias. É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra. (PHILLIPS, 2001, p.289)

Outra questão que se coloca no debate acerca da participação das mulheres na cena política tem a ver com as representações engendradas pelas candidatas. As representações estereotipadas do caráter feminino surgem como estratégias de participação que reconfirmam traços ‘naturais’ da personalidade feminina, como honestidade, sensibilidade, o cuidado com o outro, ou seja, uma política maternal, do desvelo. (MIGUEL, 2001) Esse tipo de apelo é utilizado para caracterizar a diferença entre homens e mulheres. Scott (2001) adverte para as armadilhas contidas nesses discursos pelo caráter essencializador das mulheres como seres naturalmente bons, dóceis, incapazes de praticar a política do interesse, associada simbolicamente aos homens. “A menos que se acredite que o feminino esteja ligado apenas a posicionamentos ‘bons’, é de se esperar que a paridade traga para a política mulheres de diferentes correntes”. (SCOTT, 2001, p.378).

À luz desse pensamento de Scott e da discussão sobre as fragilidades da política da presença, resolvemos analisar a entrada na disputa eleitoral pelo governo do Distrito Federal da candidata do Partido Social Cristão (PSC), Weslian Roriz. Nosso objetivo é visualizar de que modo o discurso da representação política especial, no nosso caso, por gênero, pode esconder interesses de outras categorias, e ademais colaborar para a reiteração dos estereótipos ligados à mulher e à sua atuação na esfera política. Destacamos nessa análise a força das culturas patriarcais/patrimonialistas na participação feminina no cenário político brasileiro e de como essas culturas ainda são legitimadas pelo eleitorado.

Comunicação de campanha e o reforço dos símbolos do patriarcado

Em 24 de setembro de 2010, o então candidato ao governo do Distrito Federal Joaquim Roriz decidiu retirar-se da campanha eleitoral. A candidatura de Roriz estava sob ameaça de impugnação pelo Tribunal Superior Eleitoral, por infração à Lei da Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos com condenações em órgãos colegiados da Justiça ou que renunciaram ao mandato para escapar de processo de cassação. Em 2007, Roriz renunciou ao mandato de senador para evitar uma investigação no Conselho de Ética do Senado. No entanto, Roriz tinha as pesquisas de opinião a seu favor e gana de poder suficiente para lançar mão de um coringa: sua esposa Weslian Roriz, que concorreria ao governo em seu lugar.

Dona Weslian, como foi apresentada, é casada há 54 anos com Joaquim Roriz, ex-governador do GDF, com quatro mandatos anteriores. Ela nunca exerceu mandato eletivo, tampouco havia participado como candidata em escrutínios anteriores. Sua participação no espaço público até então estava atrelada à imagem de primeira-dama e às obras assistencialistas que desenvolvia em comunidades carentes do Distrito Federal. No lançamento de sua candidatura o marido Joaquim fez a apresentação, ressaltando as qualidades de esposa da candidata:

Não posso mais ser candidato. Mas a eleição correrá em meu nome e o povo de Brasília me honrará, elegendo Governadora minha amada esposa, companheira de meio século, Dona Weslian Roriz, competente, honrada, humana e digna. Estarei com ela a cada minuto, da mesma forma que ela sempre esteve comigo, e foi a grande responsável pela alta dose de humanismo dos quatro períodos de governo que chefei. (RORIZ, 2010)

A partir desse discurso inicial estava claro que Dona Weslian era uma candidata de fachada. E ainda que enxerguemos como o patrimonialismo se manifesta nessa afirmação da legitimação pela tradição, pela clássica máxima do “você me conhece”, existe distorção ainda maior nesse cenário, que é o uso da mulher na política para a manutenção do poder patrimonial, com forte apelo ao seu papel de sujeição ao homem, nesse caso ao marido. Um retorno aos arquétipos e representações da mulher submissa.

Em seu programa eleitoral de estreia, do dia 26 de setembro de 2010, Dona Weslian fala do sofrimento do marido e de como ela não poderia deixá-lo nesse momento, e afirma que seu ato pode ser compreendido como uma declaração de amor. Ela ratifica que dará continuidade ao jeito Roriz de governar e sua imagem nos remete aos estereótipos da mulher cristã, comprometida com o bem-estar da família e submissa às ordens do cônjuge. Como quem confirma o seguinte pensamento da doutrina cristã:

Mulheres, sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. De fato o marido é a cabeça da sua esposa, assim como Cristo, salvador do corpo é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo a seus maridos (EFÉSIOS, 6:22-24 apud BIBLIA,1991).

As representações da mulher que se seguem a esse discurso nas propagandas eleitorais da candidata vão ressuscitar os discursos da sensibilidade feminina, da maternidade, da obediência cristã e da sujeição ao patriarca. O comportamento de Weslian nos remete aos postulados de Bourdieu (1998, p.130) sobre o exercício da dominação simbólica, nesse caso a dominação masculina, e de como “o dominado tende a adotar sobre si mesmo, o ponto de vista dominante”.

No trecho inicial da propaganda de estreia o texto em *off* questiona qual é a receita que faz uma mulher merecer o respeito e a

admiração do povo. A resposta retoma a representação simbólica da mulher de grande coração, ratificando os 50 anos de seu casamento, seu companheirismo à Roriz, e suas ações beneficentes aos pobres. Durante o mesmo programa Weslian utiliza oito vezes no texto a sentença “meu marido”. Fez questão também de ratificar sua crença na cristandade e na religião católica, e sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC). Os acontecimentos que seguem a partir desse início são desoladores, com a candidata virando piada nas redes sociais e gerando hits cômicos na rede social *You tube*. O despreparo para a vida pública e para a discussão dos temas de interesse social ficou patente quando a candidata participou de debates ao vivo nas emissoras de televisão. No entanto, Weslian Roriz foi a vice-campeã em votos naquele escrutínio, chegando a concorrer num segundo turno, quando foi derrotada pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Agnelo Queiroz. Ela recebeu 440.128 (31,50% do eleitorado) votos no primeiro turno e 449.110 (33,90%) no segundo turno.

Os clichês sobre o comportamento ideal de uma mulher foram levados ao extremo pela candidata em todos os seus programas eleitorais. A ratificação dos valores cristãos, bem como a aproximação da figura da candidata ao de mãe dos pobres e esposa amantíssima formaram o carro chefe de seu discurso político. As instituições casamento e família foram enaltecidas em todos os momentos da campanha, mas o modelo familiar repousou na tradição ocidental cristã. Weslian representou o ideal da esposa perfeita, temente a Deus e companheira fidelíssima de Joaquim, disposta a submeter-se aos diversos constrangimentos da exposição pública para garantir a permanência de seu esposo no poder do Distrito Federal. O casamento para Weslian é sua carreira, por isso ela borra os limites do particular e invade a esfera pública para garantir a harmonia do seu lar. “A jovem sonhou-se através de

olhos masculinos, e é em olhos masculinos que a mulher acredita enfim encontrar-se”. (BEAUVOIR, 1960, p.415)

Em termos de propostas de políticas públicas, a candidata seguia o estilo de Roriz, populista e assistencialista. Em todos os *spots* e vídeos Joaquim Roriz se faz presente para chancelar a candidatura da esposa, e dar o recado ao eleitorado de que ele seria a cabeça do governo, caso Weslian vencesse. A campanha também se valeu da religião para desqualificar os oponentes, posicionando-se contra o aborto e ratificando os dogmas da doutrina cristã.

Ao analisarmos a imagem pública construída por Weslian Roriz vemos que ela lança mão das representações clássicas da figura feminina, a senhora respeitável, figurino discreto, voz suave infantilizada e devotada à família. Uma leitura dessa construção simbólica engendrada pela candidata correlaciona-se ao pensamento de Beauvoir (1960) sobre o casamento e mais especificamente acerca do papel desempenhado por uma classe de mulheres da sociedade burguesa:

Há primeiramente, bem entendido, numerosas mulheres que aceitam a sociedade tal qual é; são os *chantres* por excelência da burguesia, porquanto representam nessa classe ameaçada o elemento mais conservador; com adjetivos escolhidos, evocam os requintes de uma civilização dita da “qualidade”; exaltam o ideal burguês da felicidade e fantasiam com as cores da poesia os interesses de sua classe; orquestram a mistificação destinada a persuadir as mulheres a “ficarem mulheres”. (BEAUVOIR, 1960, p.477).

Ainda que questionemos do ponto de vista social a confirmação dos estereótipos na propaganda eleitoral, Hernson, Lay e Stokes (2003) afirmam que a pesquisa empreendida por eles sobre as campanhas eleitorais femininas indica que as candidatas têm mais chances de vencer uma eleição se utilizarem os estereótipos de gênero em sua propaganda. Os autores apontam que o eleitorado

acredita que as mulheres estão mais aptas a tratar de assuntos femininos como, cuidado com crianças e educação, e menos preparadas para lidar com economia e guerra, temas considerados masculinos. Ao passo que a estratégia pode funcionar como trampolim eleitoral, pode também tornar-se herança maldita, insulando as candidatas ao universo simbólico atribuído culturalmente ao feminino, enfraquecendo sua influência em outras esferas da atividade parlamentar, ligadas simbolicamente ao universo masculino, como as questões econômicas e militares, que ainda ocupam o centro das decisões da nossa sociedade. Outra reflexão acerca do estereótipo ratificado da maternidade traz como argumento a velha discussão entre o particular e o público. Miguel (2001, p.262) faz uma análise entre o papel da mãe e as atividades de Estado demarcando as incongruências nessa relação.

[...] a maternidade é uma relação de intimidade e exclusividade (uma mãe não está preocupada com a maternidade em geral, mas com seus rebentos em particular), enquanto a cidadania requer as qualidades opostas de abertura e inclusividade. Tudo isto torna a relação entre mãe e filho, como observou Mary Dietz, “um modelo particularmente impróprio” para a vida pública. (MIGUEL, 2001, p.262)

Tal pai, tal filho

O episódio Weslian Roriz para além da comicidade que gerou, nos alerta, para o modo como o patrimonialismo ainda se manifesta no estado brasileiro e propõe uma reflexão acerca do uso das mulheres na perpetuação desse sistema. O patriarcado representado na figura do pai pode até abrir mão de sua presença física no espaço de poder, mas ele ainda quer assegurar sua participação na tomada de decisões, ainda que por vias indiretas, por meio de seus filhos e filhas. O caso de Joaquim Roriz é emblemático, pois duas de

suas três filhas atuam na esfera parlamentar e ocupam cargos legislativos com propagandas ancoradas no jeito Roriz de governar. A tradição é novamente invocada como fator de aprovação, de legitimação social do sujeito público. Retornamos à simbologia do príncipe, do direito ao trono por meio da linhagem sanguínea e adentremos em como o feminino se insere na máquina estatal, neste caso, não para quebrar a tradição, mas para confirmar o poder patrimonial sobre determinada região.

Podemos observar que o sistema patrimonial abre brechas para o feminino desde que esse feminino seja funcional e não rompa com as estruturas da dominação familiar. Não se trata de uma questão de gênero, mas de outro modo de exercício do patriarcado. Nesse sentido, Saffioti (2004) nos alerta para as desigualdades na relação homem/mulher no seio da sociedade capitalista patriarcal, que por vezes, são obliteradas pelas discussões em torno do conceito de gênero: “tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração–dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p.136).

Inferimos, pois, que o gênero pouco interessa àqueles que ocupam o lugar privilegiado de poder, a verdadeira preocupação é a possibilidade de alternância do poder, pois essas mulheres inseridas e educadas no seio do patriarcado não vêm para romper com esse sistema, mas sim para perpetuá-lo, para guardar o lugar das próximas gerações da família. Elas também não querem que a família perca seu status, seu lugar privilegiado nas relações de poder, pois ao controlar esses espaços, os clãs também controlam os lucros dos setores que representam. A dinâmica propõe que quanto maior o controle político, maior a influência econômica. O poder da família que reúne essa rede de contatos cresce progressivamente. O fato é que o apelo à tradição, apesar de não estarmos mais no Estado Patrimonialista, ainda encontra adesão popular.

Bourdieu (1996, p.30), afirma que o capital político é uma forma de capital simbólico, é um crédito e reconhecimento à legitimidade para atuar na política. E esse capital político “se adquire nos aparelhos de sindicatos e partidos, transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas”. (BOURDIEU, 1996, p.30).

Rabay (2010, p.6) em pesquisa sobre a participação política das mulheres no Brasil retoma as questões da herança familiar na entrada das mulheres na política e destaca o peso desse capital político familiar na decisão das mulheres em “entrar para a política”. Outra característica verificada é o lugar de coadjuvante assumido por elas na carreira, em favor do sucesso de seus maridos. Assim, a pesquisadora relata o caso da deputada potiguar Lúcia Braga:

Lúcia Braga, deputada estadual por dois mandatos e federal por três, é um exemplo de esposa de política, cujo patrimônio tornou-se superior ao do marido. Em 1998, declarava existir “áreas” onde ela não fazia campanha para não interferir nos votos do esposo e, em 2006, renunciou à reeleição, preferindo consolidar a candidatura do marido, “*como qualquer esposa dedicada o faria*” (grifo da autora), embora muitos avaliassem suas chances de triunfo. (RABAY, 2010, p.7)

No Brasil é possível vermos famílias com tradição na política e no exercício de poder, com sua permanência nas casas parlamentares perpetuadas por diferentes gerações. Podemos citar como exemplos a família Sarney, no Maranhão, a família Magalhães, na Bahia, os Roriz no Distrito Federal, além das famílias Lobão, Tuma, Genro, Neves, Calheiros, etc. Os candidatos mais novos apoiam-se na figura pública do pai para conquistar votos e isso não exclui as candidatas. O professor de direito público da Universidade Federal do Paraná, Fabrício Tomio, destaca que “quando o voto é nominal, é mais fácil transferir o prestígio pelo sobrenome” (PREITE SOBRINHO, 2011)

A cientista política Maria do Socorro Braga afirma que Minas Gerais é o estado do Sudeste com o maior número de clãs na política e identifica que “na maior parte das vezes há menos vocação e mais interesse de perpetuação política”. (PREITE SOBRINHO, 2011)

Como sugere Beauvoir (1960), essas mulheres envolvidas no sistema de perpetuação de classes, estão mais interessadas em ratificar representações e manter-se nos lugares aparentemente confortáveis em que parecem estar. E não se trata de uma questão de gênero, trata-se de questões sócioeconômicas, pois o processo de identificação desse sujeito está muito mais atrelado à sua posição de classe do que às questões de gênero, raça ou sexo. As feministas de esquerda francesas ao discutir a questão da política de presença, preocupam-se com a ocupação dos cargos pelas mulheres da elite, apelidadas de *les patriciennes*, e ratificam que essas mulheres entram no poder nos “mesmos termos que os homens”. (SCOTT, 2001) Nesse sentido Young (2006) nos adverte para o discurso da representação especial totalizante baseada em apenas uma característica da identidade do indivíduo. “Os membros de um grupo de gênero, racial etc, têm histórias de vida que os tornam muito diferentes entre si, com diferentes interesses e diferentes posicionamentos ideológicos.” (YOUNG, 2006, p.141)

Assim, nos parece que a ideologia patriarcal/patrimonial importa-se mais com os ganhos auferidos na relação política que com a temática sobre o gênero. O que se pretende é a perenidade na esfera de poder, não importando o gênero de sua representação. Ademais porque esse gênero não se reconhece nessa luta de emancipação feminina, mas na luta pelos seus interesses econômicos. De fato, precisamos nos perguntar de que mulheres estamos falando? Assim como o discurso da “esposa perfeita” defendido por Weslian Roriz não ecoa em uma parte do universo de mulheres que fazem parte do eleitorado brasileiro, as lutas pela igualdade de gênero também não pertencem a Weslian. Pelo menos não às

lutas de sua representação política. Entramos novamente na questão da participação *versus* representação. É importante termos em perspectiva que a participação das mulheres na esfera parlamentar, ou mais precisamente de determinadas mulheres, não garante em absoluto que os temas de interesse feminino ganhem mais força na agenda legislativa. Como preconiza Scott (2001, p.379):

Não existe nada de essencialista em argumentar que algumas mulheres – em termos de uma análise de sua posição estrutural, suas experiências – serão mais sensíveis a essas ‘questões femininas’. O argumento se torna essencialista apenas quando se supõe que todas as mulheres pensarão ou devam automaticamente pensar sobre essas questões da mesma forma.

Apesar de nossa análise sobre as fragilidades da participação feminina na política nacional, verificamos também como salutar o aumento no número de mulheres que têm entrado para o campo. O fato de termos uma presidenta e de nove ministérios serem ocupados por mulheres pode iniciar uma nova socialização, onde a política passe a se configurar como um lugar possível e ‘natural’ para o feminino. Essas mulheres, ceifando aqui qualquer juízo de valor sobre interesses partidários, engendram uma representação simbólica para a transformação da sociabilidade feminina. Elas representam a possibilidade de se pensar à política como ‘lugar de mulher’, de aproximar essa perspectiva às outras mulheres, e de se configurar como opção de carreira para elas. No Brasil, apesar das cotas de candidatura, vê-se que a presença feminina no parlamento é mínima, se comparado com o número de eleitoras.

Algumas pesquisas sobre a participação feminina na esfera parlamentar identificam que a questão da socialização diferenciada baseada no gênero é o principal empecilho para que as mulheres ingressem na carreira política. O aprendizado dos papéis, homem/mulher, no ambiente familiar e nas instituições tradicionais como

a igreja e a escola reforçam os estereótipos e encaminham as escolhas dos indivíduos para o que seriam profissões de mulher e profissões de homem, com as meninas orientadas para o social e o cuidado com o outro e os meninos para as ciências exatas, a economia, o militarismo e a informática.

Um dos resultados dessa socialização diferenciada das mulheres está refletida em sua atitude em relação à política. A política é frequentemente vista como não sendo um domínio da mulher ou com a qual elas deveriam tratar. E muitas mulheres, quando entrevistadas, dizem que “não estão interessadas em política”, ou que a política “é coisa de homem”. (TABAK, 2002, p.104)

Nesse sentido as alterações na representação simbólica podem contribuir para uma nova dinâmica na socialização feminina, em que a escolha profissional passe mais por um processo de identificação individual que por uma doutrinação baseada em estereótipos de qualquer natureza. Não se trata de adotar a socialização masculina como o modelo universal, o que seria incorrer em mais uma opressão de gênero, mas sim oportunizar maior liberdade de escolha para o indivíduo. Afinal a escolha depende da opção para existir, e na vida em sociedade quanto mais ‘natural’ a opção, mais confortável estará o indivíduo para vivê-la. Bourdieu (1996, p.21) trata do tema a partir do conceito de *habitus*, “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p.21). Ao considerarmos o *habitus* em sua perspectiva dialética, relacional com as transformações sociais e culturais, podemos inferir que a transição das mulheres da esfera privada para a esfera pública, com a participação mais equilibrada de homens e mulheres nas instituições parlamentares, pode re-

configurar o *habitus* feminino e ampliar a agenda da democracia representativa.

Referências

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Imprensa. **Decreto n. 21.076**, de 24 fev. 1932. Código Eleitoral regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1960. 2v.

BÍBLIA Sagrada. Tradução Ivo Storniolo. 20.ed. São Paulo: Paulus, 1991.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1998.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

HERNANSON, P; LAY, J. C; STOKES, A. K. Women running “as women”: candidate gender, campaign issues, and voter-targeting strategies. **The Journal of Politics**, v. 65, n.1, p. 244-255, feb. 2003.

HOLLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MIGUEL, L.F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

_____. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p.253-267, 2001.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.1, p.268-290, 2001.

PINHEIRO, L.S. **Vozes Femininas: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2007.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Herança de pai para filho na política garante famílias no poder por gerações. **R7 Notícias online**, 13 ago. 2011. Disponível em: <<<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/heranca-de-pai-para-filho-na-politica-garante-familias-no-poder-por-geracoes-20110813.html>>> Acesso em: 20 ago. 2012.

RABAY, Gloria. Em Nome do Pai – mulheres e herança política. In: FAZENDO GÊNERO 9, Diáspora, Diversidade, Deslocamento, 9., Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis – SC., Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscom>

plementares#G.> Acesso em: 10 jul. 2012.

RORIZ anuncia que desiste de eleição e lança mulher ao Governo do DF. **G1**, 24 set 2010. Eleições 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/roriz-anuncia-que-desiste-de-eleicao-e-lanca-mulher-ao-governo-do-df.html>> Acesso em 15 jul. 2012.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SHUMAHER, S; BRAZIL, E (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

_____. “La querelle de femmes” no final do século XX. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.2, p.379, 2001.

SORIANO, Alzira. A primeira prefeita da América. **Tribuna do Norte Online**, Natal, 30 abr. 2009. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/especiais/redescobrindorn/redescobrindorn_paginterna.php?id=150057.> Acesso em: 11 maio 2012.

TABAK, F. **Mulheres públicas**: participação política & poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

YOUNG, Iris. Marion. Representação Política, Identidades e Minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. 4. ed. Brasília: EdUnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v.1.

AS MULHERES DAS PAISAGENS RURAIS

Cláudia Cambruzzi
claudiacambruzzi@hotmail.com

O mundo rural em nosso imaginário ainda é composto por uma paisagem de colorido próprio, com cores discretas, onde predomina o verde. À noite, as cores se escondem sob a penumbra de luzes dispersas, vindas das estrelas. Os sons produzidos pela natureza são nitidamente percebidos: o relinchar de um cavalo, o barulho da cachoeira, onde o ar é mais puro e o vento sopra mais forte.

Neste rural ainda nos deparamos com cenas como a de tirar o leite para o café da manhã, colher a fruta no pé, contemplar as flores nos jardins das casas, ouvir cantigas e brincadeiras de roda, saborear o café da tarde, com bolos e doces das nossas infâncias, ver galinhas livres e alimentadas com o milho recém debulhado, deparar-se com ovos em ninhos e ovelhas pastando nos morros. E não fica só nisso, nesse rural idealizado, ainda é possível encontrar nas cozinhas de muitas casas, compotas e geleias de frutas e verduras, o queijo, nata, salame, as tranças de palha de trigo, que mais tarde serão transformadas em chapéus e,

sem dúvida, ver as avós, tricotando as roupas de inverno, bordando as toalhas de mesa, as cestas de vime para colher as frutas.

As cenas descritas acima nos fazem perceber que todas estas experiências idílicas são exemplos das tradições dos “muitos dos rurais” de nosso país, e que elas estão praticamente associadas às figuras femininas: mães, avós, tias, “madrinhas”, primas e filhas. Tal percepção nos faz refletir sobre o importante papel das mulheres na manutenção e transmissão do patrimônio cultural rural, como também no desenvolvimento e manutenção deste mundo.

As mulheres são detentoras de múltiplas facetas do patrimônio cultural de qualquer território. No mundo rural, quando falamos especialmente em artesanato, culinária, cantigas, conhecimento de ervas medicinais, crendices, superstições, brinquedos e brincadeiras, festas, novenas e até mesmo a paisagem rural que idealizamos, um território bucólico, com pomar, jardim, galinhas circulando no terreiro, vacas pastando nas colinas, enfim, quando falamos destas, dentre tantas outras imagens, sempre vinculamos à figura feminina.

Tal articulação se faz, não apenas porque elas são peças importantes na engrenagem da vida cotidiana, mas, também, muito e especialmente. Além disso, são elas, as mulheres, praticamente as responsáveis pela transmissão deste patrimônio às gerações do futuro.

Mas, ao mesmo tempo, ao se revelar a extrema importância desta personagem, evidencia-se também um cotidiano muito doloroso. As mulheres começam o dia muito antes de seus maridos e filhos. Elas preparam o café para a família e já encaminham o almoço; saem sozinhas para tirar o leite, alimentar e soltar as vacas, tratar o porco e a galinha, muitas vezes com a geadá forte. E assim, quando todos estão prontos, fecham a casa e os acompanham até a roça, onde trabalham de igual para igual. Ao meio-dia, voltam

para casa e servem o almoço; enquanto os homens cochilam um pouco, elas lavam a louça e colocam a roupa para “quarar”. Lá pelas duas da tarde, acompanham seus maridos novamente para o trabalho e só voltam no final da tarde.

À noite, antes de servir o jantar, enquanto os homens descansam na varanda ou assistem televisão, elas buscam as vacas no pasto para ordenhá-las, alimentam os porcos e as galinhas, não se esquecendo do cachorro e dos gatos. No final de semana, os homens vão para o bar, ou jogar bolão e elas ocupam seu tempo livre remendando a roupa de todos ou fazendo uma limpeza mais caprichada na casa.

Apesar de seu evidente papel, esta personagem pouco ou nada responde pela organização e controle na propriedade rural; não tem direito a decidir sobre o resultado final da produção, não tem acesso à propriedade, pois na maioria das vezes são excluídas do processo sucessório, não tem os mesmos direitos que o homem ao lazer nos espaços públicos, tem pouquíssimo acesso ao crédito e aos programas de financiamento, como também à renda da propriedade. Mesmo realizando as atividades de igual para igual, não é valorizada como trabalhadora. É comum ouvir dos filhos e mesmo das filhas: “Minha mãe? Não, ela não trabalha, fica em casa e ajuda o pai quando ele precisa”.

A evidenciação da realidade das mulheres agricultoras reflete a posição da mulher na história da humanidade. Durante muito tempo, a mulher foi vista como um ser inferior, relegada a uma condição de exclusão, submissão e subordinação. Ao longo de muito tempo, focou-se nas diferenças físicas e biológicas, que eram a explicação para as desigualdades entre homens e mulheres, onde estes reconheciam nestas diferenças a condição de inferioridade feminina (mais frágeis, mais fracas, menos aptas às atividades racionais...), legitimando uma situação de desigualdade e de dependência em relação a si, fossem estes seus pais, irmãos, maridos ou filhos (COELHO, 2002).

Apesar dos estudos de gênero estarem implicados nas mais diversas áreas do conhecimento, poucos são os(as) autores(as) e pesquisadores(as) que exploram esta temática associada ao mundo rural. Nesse sentido, é de grande importância a produção de conhecimento sob essa perspectiva, observando especialmente o fenômeno da construção de identidades contemporâneas, produtoras e produtos de novos cenários, novas ruralidades e, conseqüentemente, novas sociabilidades.

Diante desse pressuposto, o presente trabalho tem por objetivo lançar um olhar sobre a importância do papel da mulher agricultora na manutenção do mundo rural, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico da propriedade, o que contribui diretamente na permanência de toda a família no território, como também no fortalecimento da identidade rural dos atores sociais, o que passa necessariamente pela questão do patrimônio, como elemento que fortalece o sentimento de pertencimento, ao realizar o elo entre o passado e o presente.

A abordagem de gênero também representa associar novas perspectivas e elementos à demanda sobre sustentabilidade; seja pela importância de que os saberes locais e a pluralidade cultural jogam em qualquer proposta de manutenção da biodiversidade; seja porque adotar esse entendimento significa fazer aflorar novas categorias e metodologias, por exemplo, ao se priorizar aspectos culturais e alimentares sobre questões econômicas na definição de estratégias de conservação da biodiversidade (BURG; LOVATO, 2007).

A relação das mulheres com a construção/manutenção do território é fundamental. Suas ações devem ser pensadas como manifestações de uma cidadania ativa, principalmente quando constatado que as desigualdades também se verificam no território e a investigação referente à problemática das relações de gênero no rural é essencial para que os atores sociais e a própria

agricultura tenham condições de sustentação e contribuam para a manutenção desse mundo.

A complexidade da reprodução do mundo rural fica mais evidente à medida que são trazidas à tona questões como as relações de gênero neste meio, onde as mulheres são sistematicamente excluídas e relegadas a um papel de subalternidade, fazendo, muitas vezes, deste território uma escolha negativa como projeto de vida.

No mundo rural, as mulheres vivem em uma forte condição de desigualdade e até de invisibilidade quanto à sua importância na reprodução econômica e social das famílias rurais, do estilo de vida e da própria unidade de produção.

Apesar de representar um papel fundamental na sustentabilidade e manutenção do tecido social do mundo rural, a mulher agricultora não tem o seu devido reconhecimento, na medida em que ainda não foi evidenciada sua estreita conexão com a manutenção do patrimônio cultural rural e no momento em que suas atividades produtivas são presumidas como “não trabalho”, uma vez que, segundo a visão masculina e patriarcal, não geram renda e recursos para o processo produtivo.

Mas, que rural este?

Antes de iniciar a jornada, é necessário elucidar a que rural estamos nos referindo. É preciso esclarecer que ainda não há um consenso do que seja o rural em nosso país. Existem inúmeras vertentes, mas dentre tantas, com diferentes vieses, optou-se por apresentar a definição de Ângela Ferreira (2002), que aproxima suas argumentações sobre o que seja o espaço rural, como um o *locus* de uma paisagem cultural e uma rede de relações sociais, com sensações de pertencimento, de desejos e de projetos, um

território vivenciado, um espaço de vida e de trabalho, que possui múltiplas ruralidades, constantemente reconstruídas.

Porém, há espaços rurais com perda de vitalidade, onde se ampliam espaços socialmente vazios¹, uma crescente ameaça à reprodução do agricultor familiar e onde predomina a propriedade patronal². Neste trabalho a opção é pelo rural dos agricultores familiares, que são depositários de uma cultura cuja reprodução dinamiza a economia, o meio ambiente, a sociedade, enfim, uma população que valoriza uma identidade territorial.

Este rural, sem dúvida, encontra-se em metamorfose, onde está se dando a construção de realidades complexas e compartilhadas. O espaço rural, na realidade, é um todo em formação e não apenas um pano de fundo, é uma construção cheia de razões, conflitos, contradições, emoções e visões de mundo, que refletem o modo de agir e pensar de quem ali habita.

O rural forma-se e transforma-se diante de diferentes dinâmicas, ditadas principalmente pela globalização, que ao longo das duas últimas décadas redesenhou as relações, através de novas tecnologias (comunicação, informática, biotecnologia) e que estão dirimindo as fronteiras entre o mundo rural e o urbano; os mercados de trabalho perderam a rigidez e flexibilizaram-se, rompendo a dicotomia rural *versus* urbano. Todas estas transformações têm afetado a estrutura e, possivelmente, a identidade das comunidades rurais, no sentido de que a identidade é a construção da realidade dos sujeitos históricos em cada lugar. (WANDERLEY, 2000)

Mas apesar disso, este território continua sendo o *lôcus* da família patriarcal, das relações de gênero desiguais e do discurso da heteronormatividade, onde meninos e meninas são induzidos (as) a assumir padrões estereotipados. À menina cabe o espaço do privado, do doméstico, da casa, da sensibilidade, das atividades secundárias; enquanto fica reservada aos meninos a esfera pú-

blica, onde se encontra a liberdade, o direito, a força, o trabalho primário, a sobrevivência da família.

Mulher no mundo rural: uma dura realidade

A agricultura familiar em nosso país é fortemente marcada pela participação de todos os membros da família no processo produtivo, porém temos claramente lugares para homens, mulheres, crianças e idosos. Entretanto, apenas o patriarca é visto como o integrante pleno, ou seja, o único detentor de conhecimentos e o domínio de toda a cadeia produtiva, o que nesta visão, garantiria a reprodução da propriedade e, conseqüentemente, da família.

Esta visão perpassa todos os componentes, não só da família agrícola, mas da sociedade e do próprio Estado, reforçando a ideia de que o homem é o responsável pelo trabalho produtivo e a mulher pelo reprodutivo, colocando-a como coadjuvante dentro do processo de reprodução, condição esta decorrente de milênios de sublevação da mulher na sociedade. Para Pierre Bourdieu (1999) os papéis definidos hierarquicamente no meio rural naturalizam-se e reproduzem-se como um *habitus* atravessando gerações.

Para Bordieu (1999), a visão dominante na divisão sexual está incorporada aos ditados, enigmas, cantos, poemas, representações artísticas, comportamentos, posturas, práticas, organização do espaço referente ao masculino e ao feminino, cultura, enfim, se encontra no *habitus* de cada indivíduo, desenvolvendo-se “como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação” (BORDIEU, 1999, p. 137).

A própria sociedade que forma a diferença entre os sexos biológicos, enraizada na relação de dominação de homens sobre

mulheres, que se manifesta, sobretudo, na realidade da ordem social através da divisão do trabalho, que segundo Bourdieu (1999), está associada diretamente à divisão sexual que permeia toda a sociedade ocidental.

Esta divisão se dá de “forma natural” e até inevitável, isto porque existe uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas, que leva a uma referência de mundo que apaga as condições sociais que a torna possível, legitimando o arbitrário, como se fosse natural (BOURDIEU, 1999).

Ainda segundo Melo (2002, p.5) esta ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”.

Apesar da realidade nos apontar que o ingresso da mulher no trabalho produtivo não foi o suficiente para esta alcançar sua emancipação, como sugere o filósofo, a partir de sua afirmação, o conceito de divisão sexual do trabalho apresenta-se como chave analítica para entender a organização do trabalho na agricultura familiar.

Quando lançamos um olhar sobre a inserção das mulheres no contexto da agricultura familiar, invariavelmente nos remetemos à análise das relações de gênero, mais especificamente, à divisão sexual do trabalho, elemento essencial na dinâmica familiar deste espaço, que evidencia a clara distinção de atuação de seus atores, encerrados, especificamente, no espaço privado ou no público. E é em torno desses dois espaços que são exercidas as atividades e criadas as identidades, cultural e socialmente construídas, pelos próprios atores sociais.

As identidades e hierarquias de gênero no rural estão fortemente relacionadas à divisão estrutural entre as esferas produtiva/pública e reprodutiva/privada, sancionadas ainda no século XIX pelo contrato social de Rousseau e onde a ordem simbólica de dominação patriarcal continua contribuindo para a subordinação feminina na divisão sexual do trabalho, como também no mercado de trabalho, na segregação ao espaço privado, na exclusão da herança e na neutralização da mulher à esfera doméstica, ou seja, destinando-a ao trabalho reprodutivo não remunerado (PAULILO, 2004).

Este quadro, além de ser sustentado pela divisão sexual é reforçado pela desigualdade no trabalho doméstico e na invisibilidade do trabalho na roça, como também pela exclusão da mulher agricultora dos espaços de poder e de tomada de decisões. O espaço público, como o de coordenação de tarefas, gerenciamento da propriedade e da renda é destinado aos homens; a mulher é relegada à esfera privada, como os cuidados com a casa, os filhos e o lazer restrito às atividades em família.

As posições do trabalho feminino e masculino, longe de serem baseadas na complementaridade e simetria, são pautadas por relações de poder, hierarquias e conflitos.

A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar é bastante adversa às mulheres. O trabalho da mulher é variável às épocas do ano, a demanda é bastante irregular, ela precisa compatibilizar suas atividades com as tarefas domésticas e, por fim, há dificuldade em contabilizar o tempo de trabalho. Tudo isto leva a visão da mulher agricultora como dona de casa e uma auxiliar no trabalho e não como indivíduo ativo na propriedade agrícola, o que contribui diretamente para a invisibilidade da identidade da mulher rural, onde muitas vezes ela deixa de se considerar como uma das protagonistas no mundo.

O que ainda não ficou evidenciado é que mesmo a mulher não possuindo renda, ela contribui economicamente, de um lado por realizar o trabalho dentro e nos arredores da casa e de outro por contribuir com seu esforço como um meio de reprodução da família (WOORTMAN,1987 apud PAULILO, 2004).

Mesmo diante da comprovação do papel essencial da mulher na propriedade familiar, Safiotti (1986) nos esclarece que as mulheres ainda não assumem para si essa cooperação, fortalecendo o processo de discriminação e invisibilidade. E nas situações em que consegue ter renda própria, esta, na maioria das vezes, é direcionada ao bem-estar dos membros da família.

Porém, nas situações em que a mulher obtém renda própria, ela sofre uma ampliação de sua jornada de trabalho, pois além das atividades cotidianas, necessita dedicar-se à produção de elementos que serão comercializados, ou ainda, realizar atividades fora da propriedade rural.

Na realidade, o protagonismo masculino deve e precisa ser questionado. O papel da mulher no cuidado com a casa, com a horta, com as pequenas criações (galinhas, ovelhas, porcos), com a produção de leite, e, conseqüentemente com as vacas, com os filhos, preparando-os para a reprodução da propriedade, com o próprio esposo e seu trabalho junto a este último na lavoura, como transmissora de valores, tornando a mulher um personagem essencial na reprodução da agricultura familiar.

Nem ela mesma se dá conta disto. Isto porque a socialização da mulher sempre se deu de forma muito rígida. Ela foi e ainda é educada para aceitar o que os homens decidem, mesmo quando não concorda e não há o direito de intervir. A decisão sobre suas vidas sempre foi tarefa de seu pai ou de seu marido. Abandonar o *habitus* de ser a parte dominada é tarefa muito difícil, pois é preciso

lutar sem aliados, já que a outra parte (seu marido e filhos), não tem nenhum interesse em mudar o *status quo*.

Taciana Gouveia (2003) nos diz que apesar de sua diversidade em diferentes territórios e espaços, a agricultura familiar não tem sido capaz de enfrentar as desigualdades de gênero, permanecendo um setor onde as mulheres têm a sua autonomia bastante restrita, e a sua cidadania negada, seja pelo Estado (através das políticas públicas) seja pela sociedade civil³, o que coloca as mulheres em uma condição secundária dentro das atividades produtivas, dificultando seu acesso aos meios produtivos e assim impedindo seu acesso a políticas públicas agrícolas, que são principalmente voltadas ao homem, chefe da família.

Saffioti (2004) aponta que o problema está na existência de uma *ordem patriarcal de gênero*, ou seja, um mundo onde os homens exercem poder sobre as mulheres, que poder ocorre de várias formas e não apenas pelo fato de vivermos em um mundo com desigualdades de gênero.

Kergoat (2003, p.56) afirma ainda, que na divisão social que se desenvolve nas unidades familiares de produção, o que existe é uma divisão fundamentada em dois princípios: o princípio da separação – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres –, e o princípio da hierarquização – o trabalho dos homens vale mais que o trabalho das mulheres –, ambos reproduzidos através de um processo de legitimação que se dá pelas relações que desenvolvem entre os membros da família.

Este quadro tem levado a uma tendência do afastamento da mulher do meio rural, em parte, agravado pelo tratamento diferenciado que a filha recebe (ainda que legalmente a igualdade entre os sexos esteja assegurada), de fato não é essa realidade que se apresenta, sobretudo, no meio rural. (CARNEIRO, 2006)

Para entender essa mulher agricultora, que se apresenta atrelada às novas formas de organização da unidade de produção agrícola, é preciso ter consciência que as relações de gênero que se estabelecem podem estar transformando-se, mas acima de tudo, de que a mulher é um componente essencial do modo de vida e de reprodução da agricultura familiar, mas que ainda não teve sua contribuição devidamente visibilizada.

Mulher e patrimônio cultural rural: é preciso evidenciar

A manutenção do patrimônio cultural, em sentido amplo, faz parte de um processo maior, que é a conservação e a recuperação da memória, processo pelo qual os povos preservam sua identidade.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF, 1990, p.476).

O valor atribuído aos signos presentes no rural advém da ideia de que esses bens são diferenciados dos demais, e devem receber uma proteção específica. O patrimônio cultural rural pode ser representado pelas técnicas, costumes, crenças e o “*modus faciendis*” do espaço rural, ícones que simbolizam e identificam diferentes culturas, desde objetos de uso pessoal até as tradições e rituais reproduzidos cotidianamente, elementos que reúnem a memória e a paisagem social do lugar (PANIS, 2008, p.7).

As mães e avós têm grande relevância nos processos de socialização, a elas atribui-se a tarefa de guardiãs dos valores culturais de uma comunidade. A figura feminina emerge então como agente

de socialização e como repositório da identidade grupal, algo associado ao doméstico ou ao privado (KANDIYOTI, 1986).

A manutenção de uma identidade cultural de uma geração para outra passa pelo âmbito das relações sociais primárias.

[...]a identidade e o sentimento de pertencimento são formados ao longo do tempo, através de processos inconscientes [...] Ela (a identidade) permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. (HALL, 2002, p.38-39)

Assim, ao invés de falar da identidade como algo acabado, concluído, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.

O patrimônio rural vai muito além do agrícola, ele é o resultado da intersecção entre o patrimônio natural, intimamente ligado à paisagem e o patrimônio cultural. Segundo Dewailly (1998), o patrimônio rural é hoje objeto de atenção, não apenas por sua importância econômica, mas muito mais pelo seu valor sociocultural. Sob este prisma, o patrimônio cultural rural relaciona-se a diferentes manifestações como as festividades, a arquitetura, as lendas, a culinária, os saberes populares.

Percebe-se que os meios rurais vivem, presentemente, uma exaltação patrimonial, cultural, social e econômica, que não pode deixar de ser vista como uma reação à aceleração da vida moderna. Faz-se necessário elucidar que em épocas de grandes transformações o patrimônio cultural rural e o próprio espaço rural podem e devem ser repensados, em função de novos usos, até atribuindo-lhes novas finalidades. Muitas vezes o patrimônio tem se afastado da dimensão folclórica e retórica, elevando-se a uma posição de estratégia de desenvolvimento e promoção do local.

Porém, os grupos tentam preservar sua identidade, pois ela é dispositivo de referencialidade e um elemento de pertencimento, a

partir dos sistemas de representação do território aos quais estes grupos pertencem, apesar de cada vez mais serem permeados por processo de troca entre universos intercambiáveis, resultado de complexas integrações e negociações simbólicas, o que tem interferido diretamente na cristalização de uma única identidade.

A forma como esse conhecimento é perpetuado, se dá principalmente pela transmissão oral, por meio do contato das mulheres mais novas com as mais velhas. Dessa forma, o aprendizado se dá pela socialização no interior do próprio grupo doméstico e de parentesco, sem necessidade de instituições mediadoras, apenas as novas gerações acompanham e vivenciam o dia a dia das mais velhas.

Muitos pesquisadores estão buscando perceber a relação da mulher com a preservação do meio ambiente. De acordo com Angelim (2006), a tendência é que, para as mulheres, a estabilidade do meio ambiente venha a se apresentar como um fator essencial para a qualidade de vida da família, contemplando assim a natureza como fonte de vida que precisa ser resguardada. Enquanto isso, na visão capitalista patriarcal, a natureza não passa de um mero objeto de consumo, dominação e poder.

Esta temática, quando percebida sob a ótica do gênero, agrega dimensões e elementos à discussão sobre a manutenção do território, seja quanto à importância dos saberes locais, da cultura, das tradições, enfim da diversidade cultural, seja quanto à conservação da paisagem e da própria biodiversidade. Assumir essa perspectiva faz com que sejam inseridas novas estratégias e critérios para que se priorizem os elementos culturais. Quando falamos da ameaça do mundo rural não devemos ficar atrelados apenas aos fatores econômicos.

A ação das mulheres deve ser pensada como manifestação de uma cidadania ativa e elemento fundamental na construção e

manutenção do território, como também de novas territorialidades, fenômenos eminentemente culturais, onde há um conjunto de permutas entre aquilo “que já é sabido” e o espaço “a saber”, ou seja, no processo de identificação territorial há um processo cognitivo, que envolve as tradições trazidas e as identidades já construídas (SANTOS, 1998).

A tradição fortalece a aprendizagem e abre a possibilidade para a repetição, nos remetendo a um processo social de estabelecimento, gerando a tradicionalização, que ao ganhar o campo social, consolida-se e torna-se naturalizada.

É preciso destacar também que a figura feminina age diretamente sobre a forma como os grupos sociais tecem suas relações, organizam seus modos de vida, suas práticas e o próprio imaginário coletivo. Isso porque a territorialização diz respeito à forma com que cada grupo constrói sua relação com o território, o concebe socialmente, se apropria e utiliza das tradições em suas práticas cotidianas, tornando-se o que denomina-se conhecimento adquirido, que acaba por formar os conjuntos identitários, que orientam o modo de ser, sentir e agir, ligando experiências passadas com as vivências do presente e com as expectativas futuras, envolvendo as tradições fixadas na memória a um processo de reprodução imaginado o que influencia a idealização do espaço e a edificação do território. Por isso, patrimônios culturais que estão sob a égide da figura feminina, são elementos essenciais na organização social da comunidade.

Considerações finais

Este trabalho procurou lançar um olhar sobre a importância do papel da mulher agricultora no desenvolvimento do mundo rural

sob dois prismas: seu papel na manutenção da propriedade e na perpetuação do patrimônio cultural deste território.

Tratar da questão de gênero e mais especificamente gênero no mundo rural não é uma tarefa fácil. A discussão teórica apresentada mostrou que se faz urgente um debate sobre as condições necessárias para mudanças nas relações sociais desiguais entre homens e mulheres, o que implica em relações mais democráticas no espaço familiar, dando às mulheres o papel de agente da sua própria história.

Mas o que se percebe de antemão é que há uma forte desigualdade e até a invisibilidade do papel da mulher na agricultura familiar e que a estreita conexão entre ela e o patrimônio rural ainda não foi evidenciada.

Primeiramente, fica claro que o estudo das relações de gênero focando a divisão sexual do trabalho, pontualmente na pequena propriedade familiar, é essencial para que se apontem temas relevantes, como as situações de vida e de trabalho das mulheres, e como se dão os processos de socialização pelo quais se atribuem diferenças “naturais” entre os sexos.

A realidade rural, assim como a urbana, (re) produz um processo de divisão do trabalho que reflete diretamente no contexto das famílias. O que é trabalho de homem e seus espaços sociais diverge do que é trabalho de mulher, bem como seus limites de atuação. Isto significa dizer que relações de classe são sexuadas, assim como as relações de gênero são perpassadas por pontos de vista de classe.

Percebe-se também que todo o patrimônio e saberes tradicionais que marcam a construção das memórias coletivas e individuais das comunidades, circulam fisicamente ou metaforicamente entre os atores do território. Eles são assim preservados, para que permaneçam na lembrança, de forma que cada pessoa contribui

inscrevendo nele sua representação e que o sentimento de pertencimento, seja modelado na memória. As mulheres, na pessoa da mãe, da avó, entre outras, são, portanto, as nossas primeiras agentes da socialização, a assumirem esta missão.

É importante destacar que as tradições, o saber-fazer, enfim, que as práticas e o conhecimento da mulher agricultora são elementos essenciais do patrimônio cultural do mundo rural e uma importante ferramenta na afirmação das relações sociais e, conseqüentemente, das dinâmicas identitárias, pois conseguem estabelecer laços de pertencimento, de cooperação e solidariedade. Enfim, as notas aqui lançadas, tornaram claro o papel da mulher na conservação e transmissão do patrimônio cultural do mundo rural, bem como apontam a mulher como uma das importantes ferramentas na reafirmação da identidade dos atores sociais e a própria manutenção do território.

Apesar da mulher ter enfrentado a construção social e histórica de secundarização de seu papel dentro das relações familiares e do trabalho, uma nova dinamização do meio rural que se apresenta, pode incentivar e desmistificar essa imagem que está imbricada no imaginário social.

Entretanto, como bem sabemos as mudanças nem sempre são harmoniosas, embora devam iniciar-se imediatamente. E para que estas sejam iniciadas, são necessárias novas estratégias de negociação ou possibilidade de rompimento do papel cristalizado pela relação binária e desigual de gênero.

Uma das estratégias seria a intersecção entre o mundo privado e o público. Estabelecendo-se assim, uma divisão sexual do trabalho diferenciada da que hoje ainda está instituída, onde pais e filhos também sejam os responsáveis pelas tarefas do privado, podendo assim iniciar-se um processo de comprometimento por parte destes com a manutenção do patrimônio e onde a mulher possa

transitar na esfera pública, buscando a realização de projetos de vida como indivíduo.

A investigação de uma nova realidade que se impõe é essencial para que os atores sociais deste território e a própria agricultura familiar tenham condições de sustentação. Dessa forma, é possível contribuir para a manutenção do mundo rural contemporâneo, que deve consolidar-se, a partir de agora, como um espaço diferenciado do ponto de vista das relações de gênero, que evidencie as transversalidades das dinâmicas sociais e coloque a mulher como uma das protagonistas de sua construção.

Notas

¹ Espaços socialmente vazios correspondem as áreas onde acontece a atividade agropecuária fundada em um modelo de desenvolvimento voltado para a produção em grande escala, portanto altamente mecanizada, capitalizada e atrelada ao capital financeiro, o que resulta em uma paisagem de grandes propriedades sem população (FAO/INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br)

² Agricultura patronal é entendida como aquela em que o cultivo ocorre em grandes propriedades e onde a terra tem um “patrão”, ou seja, um dono que não trabalha diretamente com a terra, sendo as atividades executadas por funcionários contratados. A produção volta-se quase que exclusivamente para a comercialização e há o uso intensivo de tecnologia de ponta, como por exemplo, o uso de *softwares* e GPS para determinar a quantidade de fertilizantes a ser utilizada em cada área da propriedade.

³ Apesar da variada oferta de políticas públicas voltadas especificamente para mulheres rurais, como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR), a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma agrária, na prática, ainda há empecilhos para o total acesso a estas, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher, que oferece crédito às mulheres agricultoras familiares, mas ao mesmo tempo estabelece critérios, como a abertura de conta em banco ou a apresentação de plano execução, situações as quais as mulheres não têm acesso direto e imediato.

Referências

- ANGELIM Rosângela, Gênero e Meio Ambiente: Atualidade do Ecofeminismo – **Revista Espaço Acadêmico**, ano V, n. 58, mar. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- _____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 205-227, jun/dez. 2004.
- BURG, Ines Claudete; LOVATO, Paulo Emilio. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n.1, fev. 2007.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 1.ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006. p.165-185.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.
- COELHO, Mariana. **A evolução do Feminismo**: subsídios para sua história. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná. 2002.
- DEWAILLY, J.-M. Images of heritage in rural regions. In: BUTLER, R. et al. **Tourism and recreation in rural areas**. Chichester: John Wiley & Sons, 1998. p.123-139.
- GUANZIROLI, C.E. et al. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, mar., 1994.
- FERREIRA, Ângela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.15 , p. 87-145, 2002.
- GARCIA, A. R. Jr. **Terra de trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam a vida das mulheres**. Observatório da Cidadania. 2003. Disponível em: www.nead.org.br. Acesso em: 02 ago. 2012.
- GARANZOLI, C.F (Coord.) **Diretrizes de política agraria e desenvolvimento sustentável**: resumo do relatório final do Projeto UTF/ BRA/. Brasília: FAO/INCRA, 1994. Disponível em: www.incra.gov.br> Acesso em: 05 ago. 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KANDIYOTI, D. **La mujer em los sistemasde producción rural**: prob-

- lemas y políticas. Barcelona, España: Ediciones de Serbal, 1986.
- KERGOART, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, M. (org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2003. p. 55-63.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 1990.
- MELO, Lígia de Albuquerque. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Resumos Expandidos...** Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002. p.1-14.
- PANIS, M. O patrimônio Cultural e o Turismo: Novos usos e funções do espaço rural pelotense. In: Encontro Nacional de Geógrafos, XV. **Anais do...** São Paulo: USP: AGB, 2008. 11 p.
- PAULILO, Maria Inez S. Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis, UFSC, v.12, p. 229-252, jan/abr. 2004.
- SAFFIOTI, Helecieth I.B. Para além da violência urbana In: _____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Helecieth I.B. Feminismos seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1986.
- SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado.** São Paulo. Hucitec, 1988.
- SCHFELER, Maria de Lourdes N. **Mulheres guardiãs da terra e da vida:** um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar. 2002. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia. Instituto de Geociências - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teutobrasileira. **Boletim do Museu Nacional.** Rio de Janeiro, n. 37, 20 out. 1982.
- WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, Editora da UFPR, n. 2, p.29-37, jul./dez. 2000.

	COLOFÃO
Formato	15 x 21 cm
Tipologia	Aldine 401 BT 11/15 Castle T e Castle T Ling
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m ² (capa)
Impressão	EDUFBA
Capa e Acabamento	Cartograf
Tiragem	400